



A assim chamada "corrida armamentista" e os conflitos transnacionais na América Latina



SAEI



Observatório de Fenômenos
Transnacionais nas Américas

FACAMP
FACULDADES DE CAMPINAS



A ASSIM CHAMADA 'CORRIDA ARMAMENTISTA' E OS CONFLITOS TRANSNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA

Alcides Eduardo Dos Reis Peron

Aurora Moreira Sampaio Tavares

Bruno Barreto Antonioli

Érika Laurinda Amusquivar

Patrícia Nogueira Rinaldi

Thiago Mendes Borges





DEDICATÓRIA

Dedicamos esse trabalho a todos os membros do OFTA:

Alcides dos Reis Peron

Aline Penatti

Aurora Moreira Sampaio Tavares

Bruno Barreto Antonioli

Bruno Mabelini

Carolina Barcelos

Débora Oska

Érika Laurinda Amusquivar

Igor de Mello Simplício

Larissa Lucchesi Ortega

Marcelo César de Abreu

Patrícia Nogueira Rinaldi

Tatiane Krice

Thiago Mendes Borges



ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	7
RESUMO.....	8
APRESENTAÇÃO	9
1. DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA: A ASSIM CHAMADA CORRIDA ARMAMENTISTA, A ECONOMIA E O ESTADO DE GUERRA PERMANENTES E A AMÉRICA DO SUL.....	10
2. A ASSIM CHAMADA CORRIDA ARMAMENTISTA: DIAGNÓSTICOS JORNALÍSTICOS, TEÓRICOS E HISTÓRICOS.	23
2.1 OS ENTORNOS REGIONAIS SUSCETÍVEIS À OCORRÊNCIA DA ‘CORRIDA ARMAMENTISTA’	23
2.2 UM ANTIGO DIAGNÓSTICO PARA A AMÉRICA DO SUL.	26
2.3 NO QUE CONSISTIU A CHAMADA CORRIDA ARMAMENTISTA E SEUS REFLEXOS NA AMÉRICA DO SUL	31
3. ECONOMIA E ESTADO DE GUERRA PERMANENTES.....	38
3.1. O MERCADO BÉLICO E O FIM DA GUERRA FRIA.	38
3.2. A AMÉRICA DO SUL E A TRANSFERÊNCIA DE ARMAMENTOS.....	44
3.3. O SISTEMA MILITAR INDUSTRIAL (SMI) ESTADUNIDENSE NA DÉCADA DE 1990 E A ECONOMIA DE GUERRA PERMANENTE.	49
3.4. A DOCTRINA BUSH E O ESTADO DE GUERRA PERMANENTE.....	56



4. AMÉRICA DO SUL: RAZÕES PARA O ENGAJAMENTO EM GASTOS MILITARES; ESTUDOS DE CASO PARA VENEZUELA, CHILE E EQUADOR

60

4.1.	RAZÕES PARA O ENGAJAMENTO EM GASTOS MILITARES	60
	<i>Uma definição de gastos militares</i>	<i>60</i>
4.2.	VENEZUELA	63
	<i>Uma breve retomada: o papel histórico do petróleo e do Estado na Venezuela... 64</i>	
	<i>Gastos militares da Venezuela: definições políticas e potencial econômico</i>	<i>68</i>
	<i>As transformações da política de defesa venezuelana</i>	<i>72</i>
	<i>Os principais fornecedores de armamentos</i>	<i>75</i>
	<i>Aumentos dos gastos em articulação com a política externa e os conflitos geopolíticos.....</i>	<i>77</i>
4.3.	CHILE	81
	<i>Uma breve retomada: o processo de redemocratização do Chile</i>	<i>82</i>
	<i>Gastos militares do Chile: decisões políticas e potencial econômico</i>	<i>83</i>
	<i>A indústria de defesa do Chile.....</i>	<i>87</i>
	<i>Aumentos dos gastos em articulação com a política externa e os conflitos geopolíticos.....</i>	<i>88</i>
4.4.	EQUADOR.....	91
	<i>Uma breve retomada: As crises sociais e instabilidade política</i>	<i>92</i>
	<i>As crises econômicas: um agravante político</i>	<i>94</i>



Gastos Militares no Equador: a indústria nacional e a manutenção da defesa 96

As relações fronteiriças e a militarização: o “Plano Equador” 99

Um breve balanço: As motivações dos gastos militares da América do Sul e o contexto internacional 105

5. CONCLUSÃO: UM BALANÇO DOS FOCOS DE CONFLITO

INTERESTATAL E TRANSNACIONAL NA AMÉRICA DO SUL..... 108

5.1. A MINIMIZAÇÃO DOS CONFLITOS INTERESTATAIS: ENQUADRAMENTO À ORDEM HEGEMÔNICA E PROJETOS DE LIDERANÇA PELA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA... 110

5.2. A FACE TRANSNACIONAL DAS RELAÇÕES SUL-AMERICANAS 119

BIBLIOGRAFIA 126



AGRADECIMENTOS

À Secretaria de Acompanhamentos e Estudos Institucionais (SAEI) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, por nos confiar uma importante missão que esperamos ter cumprido não somente como analistas, mas como cidadãos do País que tanto precisa do esforço intelectual de seu povo num século fadado a repressão de várias ordens. Nesse meio tempo, agradecemos o Professor Lício da Costa Raimundo que nos reservou a liberdade e autonomia para o desempenho de nossas atividades. Professores e fundadores da FACAMP Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, João Manuel Cardoso de Mello e Liana Aureliano; professores César Augusto Lambert de Azevedo, Eduardo Barros Mariutti, Salvador Ghelfi Raza e Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos que nos concederam sua disponibilidade, conselhos e atenção à questão tratada pelo OFTA para a SAEI. A segurança que nos proveram, garantiu o desenvolvimento de nosso artigo, sobretudo, na superação dos convencionais estudos e teorias de Relações Internacionais, restritos as experiências dos “atores principais”, poucas vezes aplicáveis a realidade brasileira e os “coadjuvantes” da América do Sul. À FACAMP, instituição que nos proveu a formação e consciência crítica dentro do debate das relações internacionais, converteu seus esforços para que o OFTA, num esclarecimento inédito sobre o tema “Corrida Armamentista.”, realizasse seu trabalho. De fato, demos início a um pensamento renovado acerca do tema, pautado nas interconexões que um momento sem igual na história do País a despeito da conjuntura internacional e da vida de cada cosmopolita necessita. Gratos também a imprescindível ajuda do Sr. Frederico Bacic e do Diretório Acadêmico da FACAMP. Especial agradecimento à Srta. Fernanda Lins Emerenciano que nos proveu de refinadas análises econômicas presentes ao longo do artigo e na ajuda fundamental para a conclusão do mesmo. Somos gratos sobretudo a toda equipe do OFTA que trabalhou do começo ao fim, com determinação e superando vários obstáculos. Por fim, ao Sr. Adauto S. Emerenciano, por reconhecer e valorizar nosso trabalho incondicionalmente e ao Professor José Luis Niemeyer dos Santos Filho, por nos mostrar caminhos além da sala de aula.



RESUMO

Frente às proposições da ocorrência de uma ‘corrida armamentista’ na América do Sul, o presente artigo tem por objeto as seguintes questões: quais as motivações que levam os Estados a se engajarem em na aquisição e na produção de armamentos? Depois, quais as causas históricas para tal aumento de gastos militares? A linha argumentativa para alcançar as respectivas respostas engloba três estudos de caso (Chile, Venezuela e Equador) e passa pela compreensão dos elementos constitutivos da estrutura histórica que vem sendo mais claramente gestada a partir de 2001, com a nova estratégia da retomada da hegemonia americana. Sua característica mais geral é a da efetivação de um estado de guerra sem limites na qual a articulação entre política e economia, poder e dinheiro são elementos fundamentais para a compreensão do aumento dos gastos militares, aos quais denominamos *economia e estado de guerra permanentes*. Tal estrutura modifica os paradigmas interestatais das relações internacionais ao modificar o caráter do conflito, que agora apresenta características transnacionais, englobando não apenas Estados, mas também forças sociais específicas.



APRESENTAÇÃO

O presente trabalho consiste no primeiro fruto da parceria entre o Observatório de Fenômenos Transnacionais nas Américas (OFTA) das Faculdades de Campinas (FACAMP) e a Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência (SAEI-GSI) estabelecida em março de 2007. O objetivo dessa parceria é, primeiramente, estreitar os laços entre governo e academia. Depois, salientar o caráter estratégico de temas concernentes à dinâmica transnacional nas Américas, cujas repercussões no Brasil exige um tratamento especial.

A partir desses objetivos, o OFTA tomou para si a missão de redigir uma análise a partir do tema proposto pela própria SAEI: Gastos militares na América do Sul. Os investimentos de países que têm incrementado seus gastos em armamentos: Venezuela, Equador e Chile. Estaria havendo uma corrida armamentista na América do Sul? Quem são os principais países fornecedores de armamentos para esses três países? Esses países têm recebido apoio de países externos à região?

O tema proposto apresentou grande desafio, haja visto que exigia acesso à fontes de caráter sigiloso e estratégico para os Estados Nacionais; afora a dificuldade em comparar fontes, valores e metodologias diferentes no tocante a gastos militares. Com o desafio apresentar uma leitura sobre o tema que abrangesse uma nova perspectiva, que explicitasse a interação entre o Estado, o Sistema Internacional e as forças sociais, foram mobilizados seis membros do OFTA, entre alunos e profissionais da FACAMP, que se dedicaram, desde então, à consecução desse artigo. Além da equipe do OFTA, a coordenação do curso de Relações Internacionais e professores da FACAMP foram mobilizados e nos acompanharam durante todo o processo, não apenas contribuindo com levantamento bibliográfico, mas também participando das discussões.

É importante ressaltar a particularidade desse profícuo debate: o artigo engloba referências bibliográficas e argumentos de autoridade fundamentalmente civis, sem acesso a fontes e interpretações diretamente relacionadas aos meios militares. Assim, cremos que um dos resultados mais positivos dessa parceria foi estimular a participação da sociedade civil, e particularmente, acadêmica, na discussão de temas relacionados à segurança institucional.



1. Definição da Problemática: A assim chamada corrida armamentista, a economia e o estado de guerra permanentes e a América do Sul.

Com a implosão do bloco soviético e a retomada da hegemonia americana¹ entre as décadas de 1980 e 1990, a questão do desarmamento e da não-proliferação de armas tornou-se aspecto central da agenda de segurança internacional, centralizada nas discussões do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU)². Mas, mesmo que os países da América do Sul não tivessem se tornado signatários de inúmeros tratados concernentes ao tema do desarmamento, durante a década de 1990 ocorreram transformações que impuseram totais restrições à aquisição e produção de meios militares.

A primeira restrição apresentava um caráter externo: o novo regime de segurança internacional baseava-se no desenvolvimento de inúmeros mecanismos de controle à exportação de armas, restringindo, assim, a oferta de armamentos a partir de condicionalidades de aquisição. Já a segunda apresentava um caráter interno, referente ao desmantelamento das indústrias bélicas latino-americanas. A nova prática econômica de racionalização das estruturas produtivas ineficientes pela exposição do aparelho produtivo nacional à concorrência externa e o afastamento do Estado nas atividades da economia – diretrizes do Consenso de Washington – culminou na bancarrota dessas indústrias³. Tais motivos explicam, pois, não apenas a expressiva redução dos gastos

¹ Cf. TAVARES, M.C. “A retomada da hegemonia norte-americana”. In: TAVARES, M.C. e FIORI, J. L. (org.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 1997. Nesse capítulo, a professora Conceição Tavares, ainda no ano de 1981, já consegue antecipar as características da retomada da hegemonia estadunidense, baseadas em dois pilares: a dependência global do dólar como moeda mundial, tornando assim os títulos do tesouro americano como o instrumento de maior segurança financeira; e o desenvolvimento tecnológico bélico empregado em uma guerra global.

² Inclusive, essa é uma das funções declaradas do Conselho de Segurança: “elaborar planes para el establecimiento de un sistema que reglamente los armamentos”. Cf. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Funciones y poderes del Consejo de Seguridad*. Disponível em:

<http://www.un.org/spanish/docs/sc/unsc_funciones.html>. Acesso em: 18 jun. 2007.

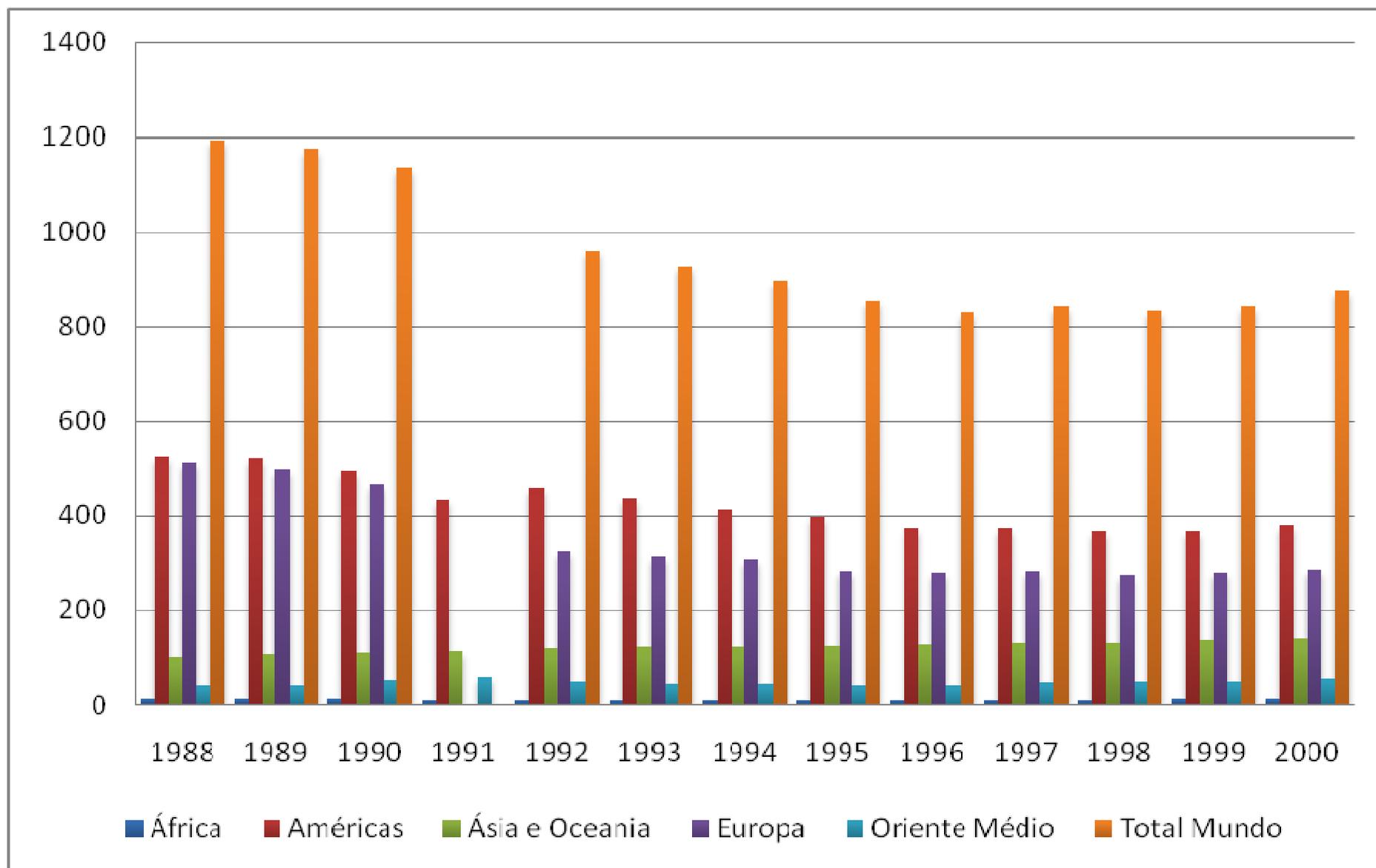
³ O complexo industrial bélico necessita de um mercado interno consumidor em expansão de forma a incentivá-lo por meio de pedidos constantes que apresentem continuidade, estimulando assim, o setor. Logo, faz-se importante observar que uma economia aquecida, com demanda e absorção internas suficientes e um parque industrial forte e em expansão são vitais para suprir as demandas logísticas da indústria bélica, o que permite, como consequência, que se tenha também um fortalecimento do poder



militares durante toda a década supracitada, como exemplifica o gráfico 1.1 a seguir, mas também tiveram por consequência restrições à manutenção e modernização das forças armadas.

nacional. Todas essas condições estavam ausentes no período de crise e reestruturação liberalizante das décadas de 1980-90.

Gráfico 1.1 Gastos militares em US\$ bi, globais e por região, 1988-2000⁴



⁴ Dados em bilhões de dólares, a preços constantes de 2005. Gráfico: OFTA. Fonte dos dados: SIPRI Yearbook 2007. Disponível em: http://www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_wnr_table.html. Acesso em: 05 mai. 2007.



Vários argumentos foram lançados para justificar o desmantelamento material das forças armadas na América do Sul. No conjunto das explicações econômicas, destacam-se os impactos macroeconômicos negativos causados pela importação de armamentos, em um período de sérias restrições no balanço de pagamentos e transferência de recursos reais ao exterior como pagamento da dívida externa⁵; ademais, há o argumento de que a compra de armas é socialmente nefasta, já que reduz o montante de investimentos destinados a programas sociais. Entre as explicações de cunho político-jurídico para o desarmamento estão os relacionados à estabilidade política na região, haja visto que as forças armadas na América do Sul sempre foram uma forte instituição ameaçadora da democracia; e aquelas que envolvem a questão dos direitos humanos. Já as argumentações de caráter militar enfatizam que a segurança da América do Sul não exige a aquisição de meios militares sofisticados, mas sim o fortalecimento de uma estrutura coletiva de segurança, em função das ‘novas ameaças’ apresentadas: tráfico de drogas, definições fronteiriças, movimentos de guerrilha, deslocamentos de grupos humanos e até o crescimento da desigualdade social⁶.

Sob o aspecto das relações interestatais, deve ser ressaltado o grave efeito ideacional de perda de prestígio a partir do sucateamento material das forças armadas e do desmantelamento das indústrias bélicas nacionais. Afinal, a projeção política de cada Estado no sistema internacional envolve não apenas o uso efetivo da força, mas de maneira muito significativa, o caráter simbólico dessa projeção, relacionado à demonstração de poder. Tal efeito ainda é mais significativo em Estados médios e fracos os quais têm menor autonomia material (concernente à capacidade de financiamento) e estrutural (concernente à sua posição na hierarquia de poder

⁵ No contexto internacional do fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, com a Guerra Fria caminhando para seu fim, temos mudanças significativas como a desaceleração da economia dos principais países desenvolvidos; grande queda das taxas de juros; necessidade de reestruturação das Empresas Transnacionais e a necessidade de expansão do mercado para os excedentes exportáveis dos EUA. Na América do Sul, com o intenso movimento de quebraadeiras entre os Estados da região e declarações de moratórias, os ajustes dos anos 1980 exigiram o acúmulo de saldos comerciais cuja renda era integralmente transferida ao exterior para o pagamento do serviço da dívida. Cf. BATISTA JR. Paulo Nogueira. “Formação de capital e transferência de recursos ao exterior”. *Revista de Economia Política*, vol. 7, No. 1, jan./mar. 1987.

⁶ Cf. MORA, Frank; PALÁ, Antonio. “US Arms Transfer Policy for Latin America Lifting the Ban on Fighter Aircraft”. *Aerospace Power Journal*, Primavera de 1999. Disponível em: <<http://www.airpower.maxwell.af.mil/airchronicles/apj/apj99/spr99/mora.html>>. Acesso em: 22 abr. 2007.



internacional) de utilização da força. Para a história da América do Sul, a redução de produção e aquisição de armamentos significou, pois, o enfraquecimento da construção de uma identidade nacional soberana – afinal, na simbologia das relações internacionais, o controle de meios militares está relacionado com a capacidade de autonomia do país. Isso mesmo em governos democráticos, que estão em oposição à tentativa militarista de construção da identidade nacional, como sucedeu no período das ditaduras.

A transição do século XX para o século XXI traz consigo, não obstante, mudanças importantes nos elementos constitutivos da ordem mundial gestada agora hegemonicamente pelos Estados Unidos. Os princípios do desarmamento não se efetivaram diante da nova agenda de segurança global estabelecida pelos Estados Unidos a partir do marco dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. O hegemona lança-se, a partir de então, em uma guerra preventiva de caráter global, cujas diretrizes são fundamentais para a compreensão do aumento significativo com gastos militares desde então. Tal constatação torna-se evidente ao lançarmos olhar às estatísticas. Segundo o relatório anual sobre gastos militares do Instituto Internacional de Estocolmo de Investigações sobre a Paz⁷ (SIPRI, na sigla em inglês), verifica-se a trajetória crescente dos gastos militares globais: no ano de 2006, US\$ 1204 bilhões foram despendidos, o que implica em um aumento de 37%, em um período de 10 anos⁸.

Embora o aumento seja global, seu caráter reflete as assimetrias de poder no sistema internacional: a maioria dos gastos obviamente concentra-se nas grandes potências. Somente os dos Estados Unidos chegaram a US\$528.7 bilhões em 2006, valor que representa 46% do montante global. A dimensão dos gastos estadunidenses fica mais clara quando comparados aos dos demais países que lideram o *ranking*, exposto na tabela 1.1: Inglaterra, França, China e Japão, cada um com gastos militares entre 4% e 5% do total global. A Rússia ocupa globalmente o sétimo lugar, com US\$ 34.7 bilhões gastos⁹. Já em termos regionais, a Ásia apresentou maior aumento de gastos com armamentos: 12% em 2006, e 73% nos últimos dez anos¹⁰. A China superou os gastos japoneses, passando a ocupar o quarto lugar global do *ranking* de gastos com

⁷ SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute. <www.sipri.org>

⁸ SIPRI Yearbook 2007. Disponível em: <<http://www.sipri.org/contents/milap/milex/aprod/trends.html>> Acesso em: 05 mai. 2007.

⁹ Idem. Disponível em: <http://www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_major_spenders.pdf/download> Acesso em: 05 mai. 2007.

¹⁰ Idem. Disponível em: <http://www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_wnr_table.html> Acesso em: 05 mai. 2007.



armamentos, totalizando cerca de US\$ 49.5 bilhões, contra US\$ 43.7 bilhões do Japão, em quinto lugar. A Índia sustenta o décimo lugar no *ranking* global, despendendo US\$ 23.9 bilhões¹¹. No Oriente Médio, os países que lideram o aumento de gastos são aliados dos Estados Unidos: Arábia Saudita, o nono país com maiores gastos militares, na cifra de US\$ 29 bilhões¹²; seguidos de Israel e Emirados Árabes Unidos. A América Central, por sua vez, foi a única região do mundo onde os gastos militares diminuíram: 5% na última década¹³. Tal redução se deve justamente à adesão aos elementos do regime de segurança internacional, concentrando recursos apenas para a segurança interna e legando sua segurança externa aos organismos coletivos. O comportamento regional dos gastos pode ser visualizado no gráfico 1.2.

¹¹ Idem. Disponível em:

<http://www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_major_spenders.pdf/download.> Acesso em: 05 mai. 2007.

¹² Idem, Ibidem.

¹³ Idem. Disponível em: <http://www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_wnr_table.html.> Acesso em: 05 mai. 2007.

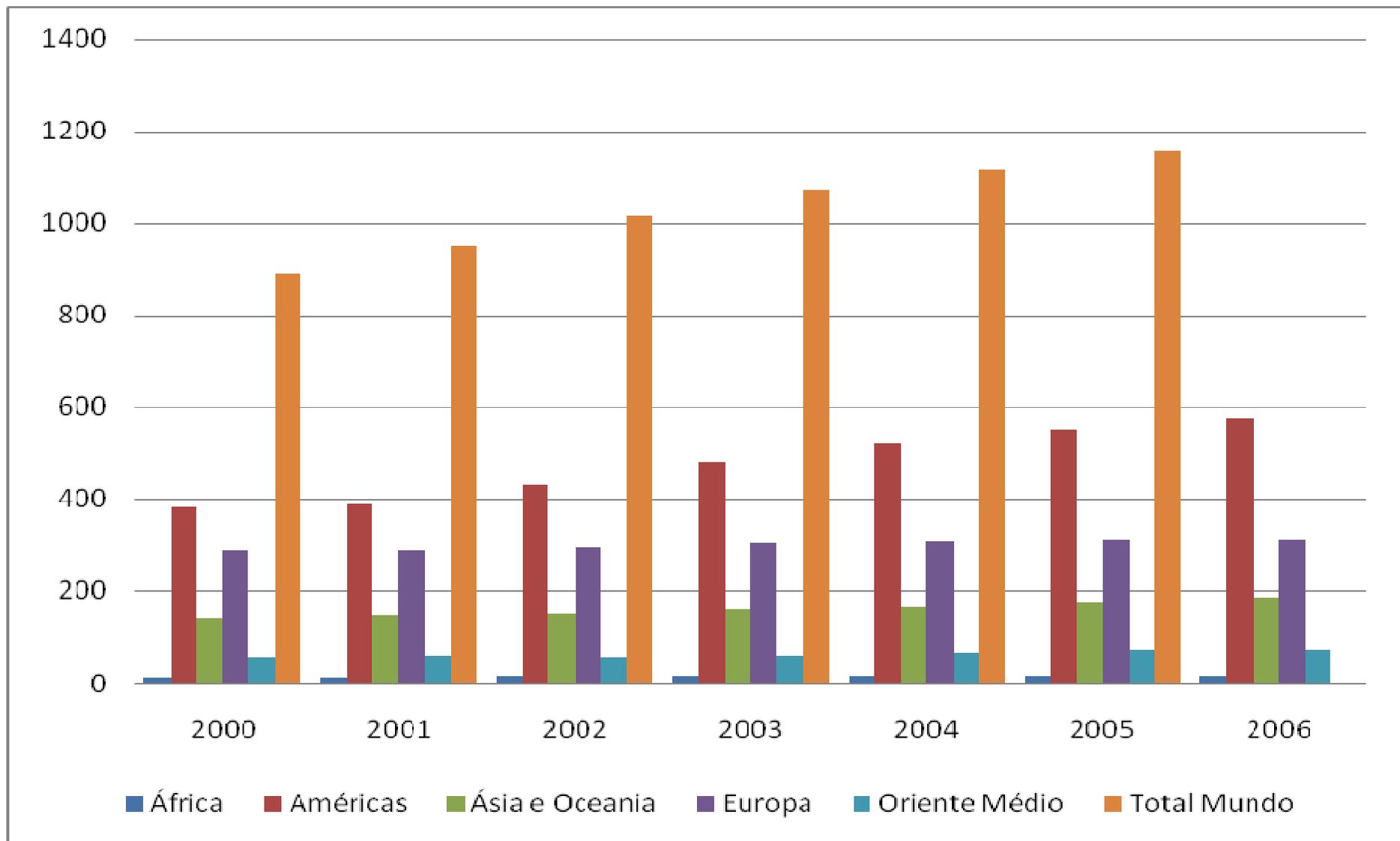


Tabela 1.1 Os 15 países com maiores gastos militares em US\$ bi, 2006¹⁴.

Rank	País	Gastos	% Mundial
1	Estados Unidos	528.7	46
2	Reino Unido	59.2	5
3	França	53.1	5
4	China	49.5	[4]
5	Japão	43.7	4
	Sub-total top-5	734.2	63
6	Alemanha	37.0	3
7	Rússia	[34.7]	[3]
8	Itália	29.9	3
9	Arábia Saudita	29.0	3
10	Índia	23.9	2
	Sub-total top-10	888.7	77
11	Coréia do Sul	21.9	2
12	Austrália	13.8	1
13	Canadá	13.5	1
14	Brasil	13.4	1
15	Espanha	12.3	1
	Sub-total top-15	963.7	83
	Mundo	1 158	100

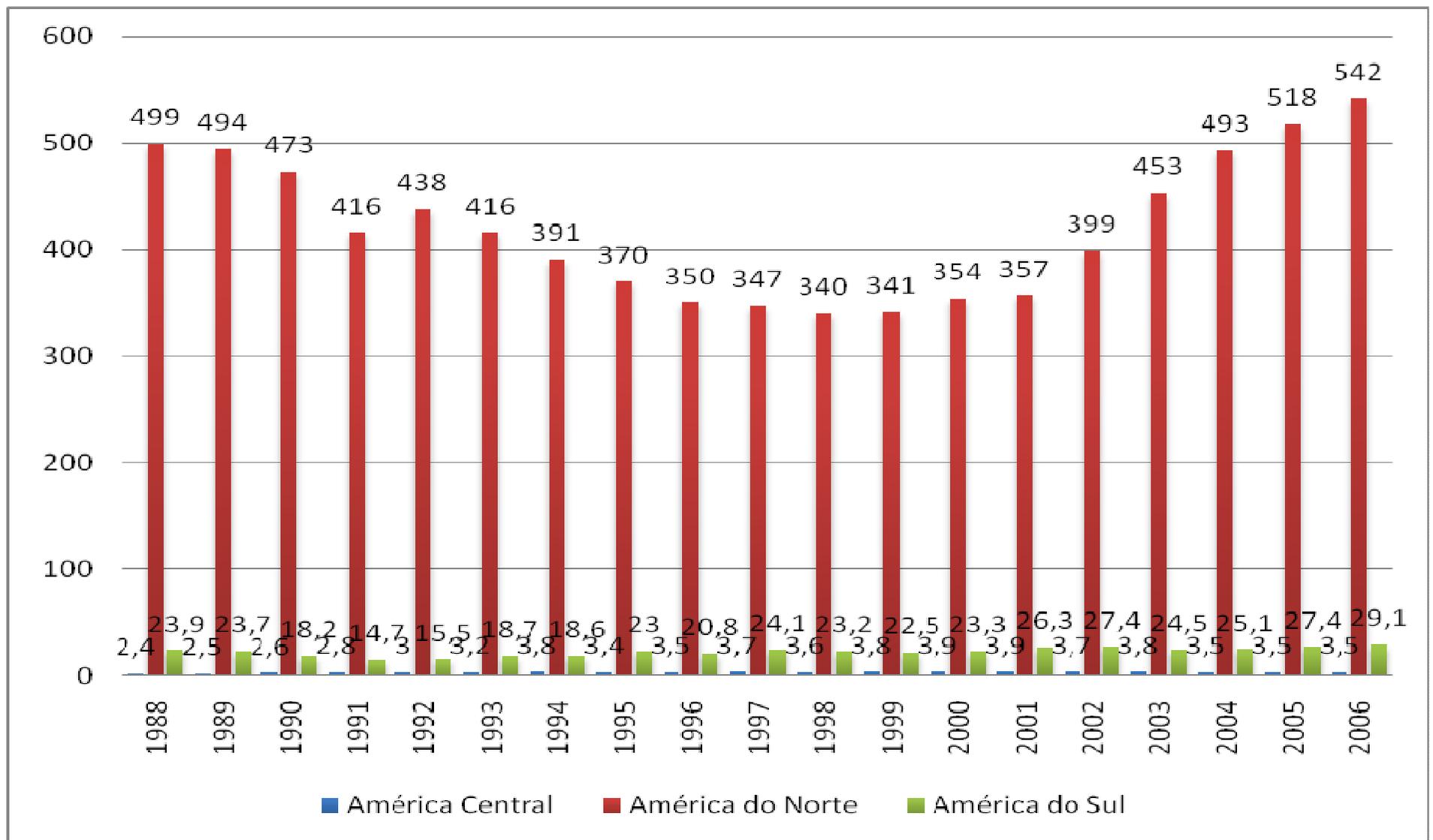
¹⁴ Dados em bilhões de dólares, a preços constantes de 2005. Tabela: OFTA. Fonte dos dados: SIPRI Yearbook 2007. Disponível em: <http://www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_major_spenders.pdf/download> Acesso em: 05 mai. 2007.

Gráfico 1.2 Gastos militares em US\$ bi, globais e por região, 2001-2006¹⁵



¹⁵ Dados em bilhões de dólares, a preços constantes de 2005. Gráfico: OFTA. Fonte dos dados: SIPRI Yearbook 2007. Disponível em: <http://www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_wnr_table.html> Acesso em: 05 mai. 2007

Gráfico 1.3 Gastos militares em US\$ bi das Américas do Norte, Central, e do Sul, 1988-2006¹⁶



¹⁶ Dados em bilhões de dólares, a preços constantes de 2005. Gráfico: OFTA. Fonte dos dados: SIPRI Yearbook 2007. Disponível em: <http://www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_wnr_table.html> Acesso em: 05 mai. 2007

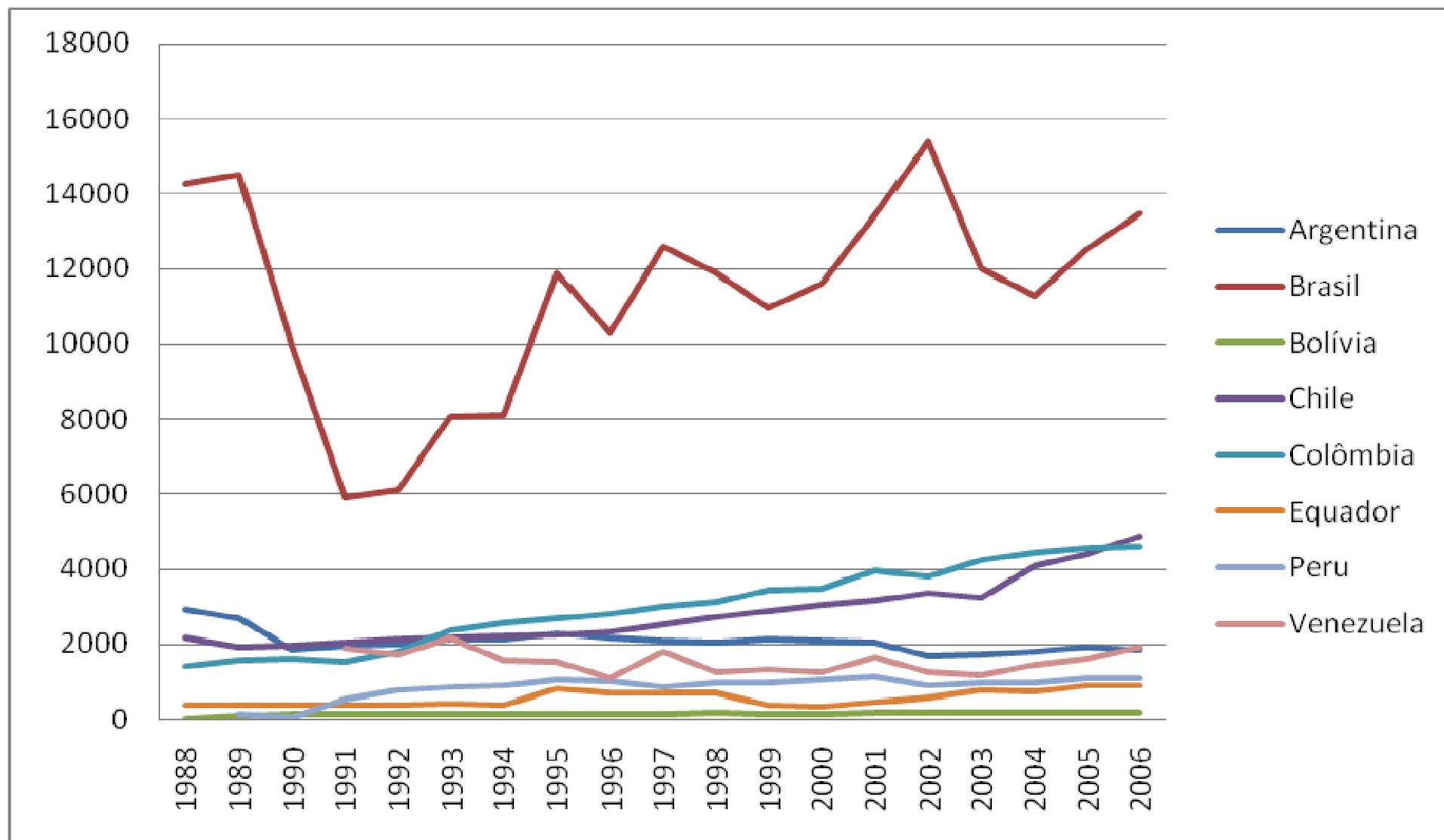


Finalmente, a América do Sul ampliou seus gastos militares em 21%, no período que compreende os anos de 1997-2006. O país com maiores gastos na região é o Brasil, que ocupa o décimo quarto lugar no *ranking* mundial, com US\$ 13.4 bilhões¹⁷. Não obstante, os dados demonstram um aumento considerável nos gastos de todos os Estados da região, como discriminado na tabela 1.2 abaixo. Destaque para o segundo lugar ocupado pela Colômbia, em função do expressivo aporte financeiro para gastos militares oriundo dos Estados Unidos a partir do *Plano Colômbia*, que chegou à cifra de US\$ 4609 milhões em 2006. Em terceiro lugar está o Chile, em quarto, a Venezuela que investiu US\$ 1924 milhões esse ano, ultrapassando assim a Argentina, que ficou em quinta posição, com gastos de US\$ 1847 milhões. Em sexta posição está o Peru, com gastos de US\$ 1086 milhões, e em sétima, o Equador, que empregou US\$ 908 milhões em 2006. E no oitavo lugar está a Bolívia, com gastos estáveis durante todo o período, e de US\$ 155 milhões em 2006¹⁸. Tais posições podem ser visualizadas no gráfico 1.4.

¹⁷ SIPRI Yearbook 2007. Disponível em: <http://www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_major_spenders.pdf/download> Acesso em: 05 mai. 2007.

¹⁸ SIPRI Military Expenditure Database. Disponível em: <http://first.sipri.org/non_first/milex.php> Acesso em: 05 mai. 2007.

Gráfico 1.4 Gastos militares em US\$ bi dos Estados da América do Sul, 1988-2005¹⁹



¹⁹ Dados em bilhões de dólares, a preços constantes de 2005. Gráfico: OFTA. Fonte dos dados: SIPRI Military Expenditure Database. Disponível em: <http://first.sipri.org/non_first/milex.php> Acesso em: 05 mai. 2007.



Tais estatísticas são impressionantes para além do seu carácter quantitativo; elas introduzem interessantes problemáticas aos estudiosos das relações internacionais, que podem ser estudadas a partir das mais variadas perspectivas analíticas; o propósito deste trabalho, não obstante, apresenta um recorte mais específico. Inicialmente, busca compreender as relações entre o aumento global de gastos e a ocorrência da chamada ‘corrida armamentista’. A justificativa para tal recorte deve-se, primeiramente, à seguinte observância: o diagnóstico mais imediato realizado pelos analistas internacionais frente tais dados é o de haver uma relação causal entre o aumento dos gastos militares globais na atual conjuntura e a ocorrência de uma ‘corrida armamentista’; depois, porque tais analistas utilizam o termo de forma instintiva e indistinta, revelando leituras bastante enviesadas da realidade global. Mas a compreensão da ‘corrida armamentista’ consiste apenas no mote inicial desta análise, de modo a tentar responder as seguintes perguntas: quais as motivações que levam os Estados a se engajarem em na aquisição e na produção de armamentos? Depois, quais as causas históricas para tal aumento de gastos militares? A linha argumentativa para alcançar as respectivas respostas passa pela compreensão dos elementos constitutivos da estrutura histórica que vem sendo mais claramente gestada a partir de 2001. Sua característica mais geral é a da efetivação de um estado de guerra sem limites²⁰, na qual a articulação entre política e economia, poder e dinheiro²¹, são elementos fundamentais para a compreensão do aumento dos gastos militares, aos quais denominamos *economia e estado de guerra permanentes*.

No capítulo subsequente, trataremos de definir ‘corrida armamentista’; em primeiro lugar, por uma definição retirada de materiais documental e jornalístico, sobretudo para compreender sua utilização nas análises correntes sobre a conjuntura latino-americana; depois, por uma definição teórica corrente, a chamada escola realista

²⁰ Cf. MAMPEY, Luc; SERFATI, Claude. “Os grupos armamentistas e os mercados financeiros: Rumo a um compromisso Guerra sem limites”? In: CHESNAIS, François (org.) *A finança mundializada*, Boitempo Editorial, São Paulo, 2005. Retornaremos à conceituação de “guerra sem limites” no Capítulo 3.

²¹ Cf. TAVARES, M.C; FIORI, J. L. *op.cit.* Este livro ressalta que, muito embora poder e dinheiro atuem em lógicas distintas, a manutenção do poder exige o aporte de recursos, bem como o próprio dinheiro gera poder.



ofensiva; e por fim, uma definição histórica, de modo re-contextualizar o conceito em suas origens, a saber, a Guerra Fria. No Capítulo 3, por sua vez, serão estabelecidas as conexões entre as condições legadas pelo fim da Guerra Fria e as características da *economia e estado de guerra permanentes*, com o objetivo de demarcar a dinâmica da nova ordem, a partir das intersecções entre interesses estatais, a indústria bélica e o mercado financeiro, compondo o sistema industrial militar; O capítulo 4 apresenta um caráter mais investigativo, buscando encontrar as razões do engajamento em gastos militares por parte da América do Sul, a partir de três estudos de caso: Chile, Venezuela e Equador; a escolha de tais países parte do significativo aumento relativo de seus gastos militares, o que causou certa repercussão midiática; também é analisado a questão da relação inversamente proporcional da integração regional versus corrida armamentista sob uma ótica dicotômica entre “cooperação e competitividade”; ademais são exemplos interessantes para compreender a dinâmica dessa estrutura histórica atual. Finalmente, o Capítulo 5 aponta nossas conclusões referentes aos fenômenos transnacionais engendrados pela questão do armamentismo global.



2. A assim chamada corrida armamentista: diagnósticos jornalísticos, teóricos e históricos.

Com o objetivo de analisar a *interpretação corrente*²² que defende a ocorrência de uma ‘corrida armamentista’ em vários entornos regionais – e fundamentalmente, sobre seu possível desenvolvimento na América do Sul – é necessário, em primeiro lugar, compreender quais elementos tal visão prioriza para assim definir certas conjunturas como ‘corrida armamentista’. Para tanto, dividiremos esse capítulo em três partes. Na primeira, realizaremos um balanço das principais conjunturas de 2007 que foram denominadas ‘corrida armamentista’. Já na segunda parte, realizaremos o mesmo exercício analítico, mas com foco na América do Sul, e compreendendo um balanço histórico mais amplo. Finalmente, a terceira parte envolve uma breve problematização histórico-teórica a partir do contexto gênese do termo ‘corrida armamentista’, a saber, a Guerra Fria.

2.1 Os entornos regionais suscetíveis à ocorrência da ‘corrida armamentista’

Para compreender a visão corrente sobre a relação entre o aumento de gastos militares e a ocorrência de uma ‘corrida armamentista’ na conjuntura de 2007, além de se fazer um mapeamento nas fontes mais disseminadas da mídia internacional, recorreremos fundamentalmente ao documento-base *Annual Threat Assessment of the Director of National Intelligence for the Senate Armed Services Committee*²³. Tal documento foi redigido por J. Michael McConnell, diretor nacional de Inteligência do atual governo dos Estados Unidos, e publicado em 27 de fevereiro de 2007. Tal escolha justifica-se por dois motivos.

²² Por “visão corrente” compreendemos a visão preponderante sobre os assuntos internacionais, seja ela de caráter prático, isto é, a opinião formulada pela mídia internacional, bem como a visão teórica dominante nos assuntos internacionais. A visão corrente em termos dos assuntos internacionais tem relação direta como projeto de poder hegemônico.

²³ MCCONNELL, Michael J. *Annual Threat Assessment of the Director of National Intelligence for the Senate Armed Services Committee*. Disponível em: <<http://armed-services.senate.gov/statemnt/2007/February/McConnell%2002-27-07.pdf>> Acesso em: 21 mar. 2007.



Primeiramente, por um aspecto teórico, qual seja, a concepção de que é o Estado hegemônico aquele capaz de ordenar e priorizar os elementos da agenda internacional – e este documento consiste em um bom retrato dos tópicos prioritários da agenda de segurança internacional, bem como delimita os Estados e regiões que apresentam o caráter de instabilidade e ameaça à ordem internacional gestada pelos Estados Unidos. E em segundo lugar, por um aspecto prático: o conteúdo desse documento é consideravelmente citado em notícias internacionais relacionadas ao tema, balizando as interpretações da mídia sobre os focos de conflito globais.

Relacionando os dados divulgados pelo SIPRI com as interpretações oriundas do *Annual Threat Assessment*, devemos pontuar, como um primeiro aspecto da visão corrente sobre a corrida armamentista, o fato de que muito embora o aumento dos gastos militares apresente caráter global, o engendramento da ‘corrida armamentista’ é percebido de forma fragmentada; manifesta-se em espaços regionais circunscritos, e, portanto, apresenta motivos e características peculiares a cada região internacional. Em termos gerais, a visão corrente aponta a ocorrência de três espaços regionais nos quais se observa possíveis ‘corridas armamentistas’: o primeiro espaço é o Oriente médio; o segundo, a Ásia; e o terceiro, a América do Sul.

Não obstante, é importante ressaltar que dois entornos que eram comumente tratados como lócus de possível ‘corrida armamentista’ não são os mais destacados pelo documento. No que tange a Índia e Paquistão, o *Annual Threat Assessment* traz uma argumentação curiosa. Ambos os Estados sempre tiveram suas relações caracterizadas por uma ‘corrida armamentista’, desde o desenvolvimento de seus respectivos programas nucleares nos anos 60 do século XX, e particularmente, quando se declararam efetivamente potências nucleares em 1998. De forma espantosa, porém – tendo em vista o grau da rivalidade entre os dois países, bem como o alto poder destrutivo de suas capacidades militares – o documento afirma que a retomada do diálogo bilateral em 2006 encerrou a ‘corrida’:

Although both New Delhi and Islamabad are fielding a more mature strategic nuclear capability, they *do not appear to be engaged in a Cold War-style arms race* based on a quest for numerical superiority²⁴.

²⁴ Idem, Ibidem, p. 14. Grifo nosso.



O mesmo diagnóstico é feito para as relações bilaterais entre China e Japão, os quais, durante os últimos anos, têm disputado o quarto e quinto lugares no *ranking* mundial de gastos militares:

We assess that China's aspirations for great power status, threat perceptions, and security strategy would drive this modernization effort even if the Taiwan problem were resolved²⁵. (...) In the past year, China achieved notable success in improving relations with Japan under newly elected Prime Minister Abe and prospects for cross-straits conflict with Taiwan diminished²⁶.

A preocupação com uma 'corrida armamentista' agora apresenta outros entornos. No Oriente Médio, envolve basicamente a questão do desenvolvimento de armas nucleares pelo Irã, seus efeitos negativos em termos de segurança sobre todo o equilíbrio de poder no Oriente Médio, e a conseqüente projeção dos Estados Unidos em controlar a região; efeito semelhante teria o programa nuclear norte-coreano na Ásia, mas nesse caso, o conflito ganha nova dimensão por englobar expressivas economias mundiais. Segundo o referido documento, as políticas ofensivas de ambos os Estados são prejudiciais à consolidação do regime de não-proliferação nuclear, podendo assim estimular aspirações nos países vizinhos, culminando em uma 'corrida armamentista':

Should additional countries in Northeast Asia or the Middle East *seek nuclear weapons in reaction to Iran's or North Korea's nuclear programs*, the global nonproliferation regime could unravel. We are watching several states for signs of nuclear weapons aspirations, in part because of reporting of past contact with A. Q. Khan and his network when it was active²⁷.

Finalmente, em relação à América do Sul, há certo otimismo com relação à consolidação da democracia na região, mesmo com a vitória de vários partidos de esquerda. A exceção estaria na Bolívia e principalmente na Venezuela, que vêm buscando imprimir um caráter político e ideológico nas Forças Armadas – de acordo com o documento. Como reflexo das políticas de aquisição militar encabeçadas pela Venezuela, a América do Sul pode estar vivenciando o ponto de partida para o desenvolvimento de uma 'corrida armamentista':

His [Chávez] purchase of modern military equipment from Russia, including 24 SU-30 advanced fighter-bombers, and moves toward developing his own weapons production capability are increasingly worrisome to his neighbors. These weapons purchases *could fuel an arms race* in the region²⁸.

²⁵ Idem, Ibidem, p. 15

²⁶ Idem.

²⁷ Idem, Ibidem, p.8. [Grifo nosso.]

²⁸ Idem, Ibidem, p. 14. [Grifo nosso.]



No tocante ao nosso estudo, a questão mais instigante é que a expressão ‘corrida armamentista’ – *arms race* – é utilizada em todo o corpo do texto do *Annual Threat Assessment* apenas duas vezes. Na primeira vez, o termo é usado de forma negativa, de modo a afirmar que as relações Índia-Paquistão não evocam uma ‘corrida armamentista’, conforme citamos acima (vide citação 19). A segunda, e a única utilização de forma positiva e explícita, refere-se ao entorno de segurança da América do Sul. As conseqüências político-diplomáticas dessa afirmação são, no mínimo, desconfortáveis aos líderes da região: tradicionalmente reconhecida como uma região pacífica, sem ameaças nucleares tangíveis – como nos demais casos de possíveis ‘corridas armamentistas’ expostas acima, o que torna a colocação do diretor ainda mais destoante – a afirmação de que pode haver tal movimento na região tem peso considerável frente à comunidade internacional. Trataremos de tais repercussões na sessão a seguir.

2.2 Um antigo diagnóstico para a América do Sul.

A possibilidade de uma ‘corrida armamentista’ na região repercutiu na mídia internacional em leve tom de alerta. A notícia mais reproduzida sobre o assunto pelos periódicos sul americanos (particularmente os brasileiros)²⁹ foi o da agência internacional BBC; já portais estrangeiros sobre segurança e defesa³⁰ reproduziram mais amplamente a notícia da agência France-Presse. O conteúdo de ambas as reportagens, entretanto, foi relativamente discreto, já que não desenvolvem um posicionamento sobre a questão, seja ele positivo ou negativo, mas apenas comentam a declaração do diretor. Segundo a manchete da BBC: “EUA dizem que Chávez pode causar ‘corrida armamentista’: O diretor nacional de Inteligência dos Estados Unidos, general da reserva Michael McConnell, disse nesta terça-feira que a Venezuela ‘pode provocar uma corrida armamentista’ na América do Sul”³¹. De maneira praticamente idêntica, a

²⁹ A reportagem foi reproduzida pelas seguintes fontes: Folha de São Paulo; Portal Uol; Portal Terra.

³⁰ Cf. Defense news: <www.defensenews.com>

³¹ EUA dizem que Chávez pode causar ‘corrida armamentista’. *BBC Brasil*. 27 de fevereiro, 2007. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/02/070227_chavez_eua_dg.shtml> Acesso em: 03 abr. 2007.



manchete da France-Press: “ Venezuela Could Trigger Regional Arms Race: U.S. intelligence chief Michael McConnell said on Feb. 27 that Venezuela’s weapons purchases could spark an arms race in the region”³².

Além da argumentação de que as aquisições da Venezuela são o motivo propulsor da ‘corrida armamentista’ – um aspecto que é extremamente relevante para a elaboração de nossa perspectiva, que será tratado na seção seguinte – iremos primeiramente nos debruçar sobre o diagnóstico da *possibilidade*. McConnell, mesmo em toda a autoridade de seu discurso, não confirma a *existência factual* da assim chamada corrida armamentista, mas mantém ainda o caráter de consolidação de um cenário na América do Sul. A questão em torno da possibilidade foi, como se pode notar acima, mantida pela divulgação jornalística do documento.

De fato, desde após o contexto da Guerra Fria, a possibilidade de ocorrência de uma ‘corrida armamentista’ na América do Sul tem sido profetizada pela mídia internacional há exatos dez anos, isto é, desde 1997. Esse ano foi um marco no tocante às discussões sobre armamentismo na América do Sul, relacionadas à decisão do então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, em finalmente romper com a Diretiva Presidencial 13 (*Presidential Directive 13 – PD-13*), instituída em 1977 pela administração do presidente Carter, cujo conteúdo baniu a venda de aviões para os países da região. Na época, havia a preocupação de que o fim do banimento tornava concretas as possibilidades de elevação do conflito entre Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela³³. A seguinte manchete do jornal *New York Times* faz um interessante balanço da questão na época:

Clinton Administration will lift ban on sales of the most advanced weapons to countries in Latin America, which was imposed by Pres Jimmy Carter in 1978; Pentagon and military contractors have been arguing in recent years that arms sales should be allowed in region because most of countries, except Cuba, are moving toward democracy; some lawmakers and arms-control advocates score reversal of policy, saying Latin democracies are unstable and

³² VENEZUELA Could Trigger Regional Arms Race: U.S. Intel Chief. *Agence France-Press* apud Defense News. 27 fevereiro, 2007. Disponível em: <<http://defensenews.com/story.php?F=2585736&C=america>>. Acesso em: 03 abr. 2007.

³³ Debruçaremos-nos sobre as implicações políticas e econômicas na Sessão 2.3 desse capítulo e no Capítulo 3, respectivamente.



an influx of advanced weapons could set off an arms race and rekindle traditional rivalries³⁴.

A partir de então, a possibilidade de uma ‘corrida armamentista’ na América do Sul passou a ser levantada a cada nova grande aquisição realizada por qualquer um dos Estados da região, e divulgada em notícias espalhadas, sem grandes projeções. A questão volta a ser recolocada com maior consideração no ano de 2001, (que como já vimos, é um ano marco nos termos da *economia e estado de guerra permanentes*) a partir da declaração do Prêmio Nobel da Paz Oscar Arias ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)³⁵, fazendo crítica ao denso orçamento dos Estados sul americanos destinado à defesa, em detrimento de políticas sociais consistentes. Segundo o ex-presidente da Costa Rica, defensor do fim das forças armadas nacionais, como ocorreu nesse país, tal situação se perpetua por conta da não-transparência na divulgação do orçamento militar, definido de forma elitista e excluído de um debate público democrático. Embora em sua conferência não seja citada a expressão ‘corrida armamentista’, seu texto foi base argumentativa para inúmeros artigos que alegavam a possibilidade de tal fato:

Os comentários de Arias coincidem com os rumores inquietantes de uma nova corrida armamentista na América do Sul, já que volta a ser debatido nos Estados Unidos o fim das restrições à compra de modernos aviões de combate e de material bélico pelos países da região³⁶.

É fundamental ressaltar que as notícias que envolvem o período 2001-2004 voltam olhar prioritariamente para as aquisições chilenas no período. A possibilidade de uma ‘corrida armamentista’ envolvia as relações bilaterais Chile-Brasil e Chile-Peru, muito embora essas últimas foram mais tensas. Nas relações com o Brasil, os atritos emergiram em apenas uma ocasião, a saber, o ano de 2001, ano em que o Brasil lançou licitação para a aquisição de caças. Segundo notícia da *Folha de São Paulo* na época: “Há também possíveis efeitos colaterais [da aquisição]. ‘Pode haver uma corrida

³⁴ LEE MYERS, Steven. *U.S. Lifts A Ban On Weapon Sales to Latin America*. The New York Times, 2 de agosto de 1997. Disponível em: <<http://select.nytimes.com/gst/abstract.html?res=F30714F63F590C718CDDA10894DF494D81&n=Top%2fReference%2fTimes%20Topics%2fPeople%2fc%2fClinton%2c%20Bill>>. Acesso em: 18 jun. 2007.

³⁵ ARIAS, Oscar. *Valores, liderazgo, desarrollo y el BID: Série de conferências da Cátedra Siglo XXI; Banco Interamericano de Desenvolvimento*. 21 de novembro, 2001. Disponível em: <<http://www.iadb.org/idbamerica/index.cfm?thisid=1199>>. Acesso em: 18 jun. 2007.

³⁶ CONSTANCE, Paul. *O sigilo é uma forma de corrupção*. Disponível em: <<http://www.iadb.org/idbamerica/index.cfm?thisid=1195>>. Acesso em: 18 jun. 2007.



armamentista. Os vizinhos do Chile podem se sentir ameaçados’, afirma Raúl Benítez-Mantaud, do Instituto de Estudos Sul americanos da Universidade de Pittsburgh”³⁷. Este jornal brasileiro acompanhou de perto a questão, que reaparece apenas em 2004 em caráter de minimização do conflito: “A decisão do governo Luiz Inácio Lula da Silva de postergar até 2004 a licitação para a compra de 12 caças FX pode esfriar a escalada armamentista na região iniciada em 2001, quando os EUA autorizaram o Chile a comprar dez caças F-16 de alta performance”³⁸.

Por outro lado, a possibilidade de uma ‘corrida armamentista’ entre Chile e Peru permeou a mídia durante todo o período 2002-2005. Em 2002, em função da compra de dez caças F-16 estadunidenses por parte do Chile. O interessante é que, nesse caso, foi o próprio Estado peruano quem manifestou publicamente o sentimento de ameaça. A manchete da agência Reuters resume a conjuntura da época: “O Peru alertou que a compra dos caças poderia levar a uma corrida armamentista regional, mas a Força Aérea chilena rejeita esse argumento e alega que sua atual frota é obsoleta”³⁹. O sentimento de ameaça pelo Peru resulta na compra de duas fragatas italianas para o transporte de mísseis, com a justificativa de que o Chile teria rompido um suposto equilíbrio militar na região com suas aquisições. Na época, o próprio Ministro da Defesa, Roberto Chiabra, alegou em uma entrevista ao Canal N de TV a cabo em Lima que o Chile estaria dando início à uma verdadeira corrida armamentista na região⁴⁰. As preocupações peruanas continuam no ano de 2005, quando o Chile recebe os caças encomendados em 2002; não obstante, o discurso chileno foi o de apaziguamento, e a questão da ‘corrida armamentista’ entre Chile e Peru está agora minimizada⁴¹.

³⁷ NEGÓCIO tem implicação estratégica. *Agência Folha*. 12 de agosto, 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u23394.shtml>> Acesso em: 30 jun. 2007.

³⁸ AITH, Marcio. *Governo dos EUA diz que decisão não interfere nas relações com o Brasil*. Folha de São Paulo. 04 de janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0401200308.htm>> Acesso em: 30 jun. 2007.

³⁹ CHILE vai comprar dez caças F-16 produzidos pelos EUA. *Agência Reuters apud Folha de São Paulo*. 30 de janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/reuters/ult112u11299.shtml>> Acesso em: 30 jun. 2007.

⁴⁰ PERU alega corrida armamentista do Chile para comprar mísseis. *Agência France-Presse apud Folha de São Paulo*. 20 de fevereiro, 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u69483.shtml>> Acesso em: 30 jun. 2007.

⁴¹ COMPRA de caça-bombardeios não representa ameaça, diz Chile. *Agência ANSA apud Folha de São Paulo*. 16 de dezembro, 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u90612.shtml>> Acesso em: 30 jun. 2007.



O ano de 2005, por sua vez, é marco na mudança do discurso sobre a ‘corrida armamentista’ na América do Sul; agora, este não parte mais dos Estados da América do Sul, como foi o período 2001-2004. Trata-se da primeira manifestação pública dos Estados Unidos no período sobre a questão da aquisição de armamentos na região, em uma clara oposição às transformações engendradas na Venezuela desde 2003. Segundo manchete da agência *Associated Press*: “Funcionários do governo dos Estados Unidos, incluindo o secretário de Defesa Donald H. Rumsfeld, criticou os planos da Venezuela de comprar rifles Kalashnikov AK-103 e AK-104, e expressou a preocupação de que Chávez torne-se um fator de desestabilização na América do Sul”⁴².

Apenas em 2006 a ‘corrida armamentista’ deixa de ser uma questão entre Estados específicos para ganhar uma perspectiva regional, isto é, como se envolvesse toda a América do Sul. Tal mudança de patamar foi particularmente divulgada pela agência BBC, a partir de três argumentos de autoridade europeus. O primeiro deles, o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IIEE), da Inglaterra, alertou preocupação com os elevados gastos militares da região, comparados apenas com o período da Guerra Fria e das ditaduras militares. A segunda perspectiva foi realizada pelo Instituto Gutierrez Mellado, da Espanha, que alertou sobre as conseqüências negativas do rearmamento em uma região cujas questões fronteiriças estão ainda em aberto. Finalmente, o terceiro argumento foi o do deputado europeu Alain Lipietz, do Partido Verde, com a curiosa tese de que a América do Sul possui um problema cíclico de rearmamento:

Os governos sul-americanos fizeram fortes investimentos em armamento durante os anos 70 e 80, quando tinham regimes militares. Com a chegada da democracia, essas cifras foram diminuindo e chegaram ao menor nível no final dos anos 90. Agora voltamos a ver uma crescente preocupação com as armas, no mesmo momento em que volta o populismo⁴³.

Todas essas perspectivas de ‘corrida armamentista’ – que talvez com exceção à afirmação peruana, foram consideradas pela mídia como *possibilidade* – compõem o

⁴² VENEZUELA nega interesse em corrida armamentista regional. *Associated Press apud Folha de São Paulo*. 01 de abril, 2005. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u82200.shtml>> Acesso em: 30 jun. 2007.

⁴³ BIZZOTO, Márcia. *Gasto com armas na América do Sul preocupa europeus*. BBC Brasil. 10 de maio, 2006. Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/05/060510_armasmarciars.shtml> Acesso em: 30 jun. 2007.



background histórico das afirmações lançadas no *Annual Threat Assessment* no ano de 2007. Ora, mas porque mesmo após insistentes previsões, a assim chamada corrida armamentista ainda não se efetivou? Quais são os fatores que explicam ou não sua ocorrência? Se fosse apenas uma questão quantitativa, de aumento dos gastos militares, a mídia internacional não se posicionaria apenas em sinal de alerta, de possibilidade, mas sim empregaria um outro discurso. Se faz crucial, pois, compreender a ‘corrida armamentista’ em sua origem histórico-conceitual; só assim poder-se-á compreender e explicar a questão do aumento dos gastos militares na América do Sul.

2.3 No que consistiu a chamada corrida armamentista e seus reflexos na América do Sul

Como é de evidente constatação a partir da leitura das fontes documentais e midiáticas expostas ao longo deste capítulo, há uma tendência quase automática dos analistas internacionais em diagnosticar a ocorrência de uma corrida armamentista a partir das estatísticas de aumento global de gastos militares. Também é fácil constatar que essa correlação, ao menos no que tange à essas fontes, não passam de suposições, ou afirmações sem respaldo argumentativo e científico. Simplesmente, de acordo com tais afirmações, o mundo inteiro não apenas vive uma ‘corrida armamentista’, como, por conclusão silogística, tal ‘corrida’ parece ser um aspecto intrínseco ao sistema internacional, muito embora não se delimitem seus contornos e características. Não obstante, é relevante apresentarmos aqui um breve levantamento sobre quais elementos comporiam esse tipo de acontecimento tão propalado pela mídia.

O alarmismo feito em relação ao aumento de gastos militares tem por primeiro aspecto o reflexo da proeminência de uma corrente teórica muito forte nas relações internacionais – chamada de realismo ofensivo⁴⁴ – as quais são interpretadas pela predominância das questões de segurança e defesa a partir do conceito de “dilema de segurança”. Segundo essa corrente, as condições estruturais do sistema, a saber, a anarquia entendida como a pluralidade de unidades soberanas, somadas às características comportamentais de suas unidades principais, a saber, o Estado racional,

⁴⁴ Cf. MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of great power politics*. W.W. Norton and Company. New York/London, 2001.



que realiza cálculos de custo e benefício perante o comportamento dos demais, gestam uma lógica eminentemente permeada pelo conflito traduzido no uso da violência bélica.

Quando cada Estado depende apenas de si próprio para existir e, portanto não há a certeza da ação dos outros atores, o uso da força é o meio perene das unidades para atingir seus objetivos e colocar em ação suas políticas. Ao mesmo tempo, a projeção dessas ações individuais para o ambiente coletivo, ou sistêmico, obriga que todos os estados estejam preparados para opor a ação violenta dos demais, sendo esse o comportamento mais racional frente a uma estrutura anárquica. A partir dessa lógica, é impossível prever quanto poder é necessário para manter a segurança e sobrevivência no sistema. Assim, a busca por poder – traduzida em meios militares – é eterna, em uma incessante espiral expansionista e de rivalidade perene na qual o aumento da segurança de um Estado implica necessariamente na insegurança dos demais – eis a essência do ‘dilema de segurança’.

Entretanto, ainda se aceito os pressupostos dessa interpretação das relações internacionais, que nos conduzem à conclusão de que os Estados têm por psicologia uma ânsia incontrolável em adquirir armamentos, ainda assim não se explica no que consiste a ‘corrida armamentista’. Mesmo nos termos do realismo ofensivo, ‘corrida armamentista’ não se constitui um conceito ahistórico intrinsecamente constitutivo da dinâmica perene das relações internacionais. Tal fato não apenas explicita o uso indiscriminado e acrítico da expressão nos meios documentais e midiáticos⁴⁵, mas também deixa evidente que uma conceituação de ‘corrida armamentista’ apenas pode ser alcançada se imersa em seu contexto histórico originário, conhecido como Guerra Fria⁴⁶.

Nesse período, o sistema internacional conformava relativo grau de previsibilidade, com um padrão razoavelmente claro de relacionamento e comportamento entre os Estados em interação. É sabido que a efetivação de qualquer ordem tem relação direta com o estabelecimento de regras que limitem o uso da violência; mas é fundamental problematizar o modo como a ordem bipolar da Guerra

⁴⁵ Para não dizer falacioso e/ou sofista, como veremos ao longo do texto.

⁴⁶ Em função do breve espaço e do nosso objeto, não faremos nesse espaço uma análise exaustiva da estrutura e dinâmica da Guerra Fria. Recortaremos apenas as facetas fundamentais para o entendimento do nosso objeto de pesquisa.



Fria estipulava tal limite. A peculiaridade da Guerra Fria, nos termos da política internacional⁴⁷, consiste no fato de que muito embora houvesse o controle do uso da violência interestatal, não havia nenhuma reticência substancial à aquisição dos meios militares de uso da violência interestatal.

Talvez seja tal distinção a que melhor explicita a característica “fria” dessa guerra – a ausência de um efetivo combate no campo de batalha traduziu-se em uma disputa numérica por aquisição de meios militares de uso da violência, de modo que a própria capacidade total de destruição exercida por ambas as potências era garantidora da não-ocorrência de seu emprego. A *essa disputa específica denominou-se corrida armamentista*, que não consistia em um fim em si mesmo, mas o meio pelo qual o princípio regente desta ordem histórica se manifestava, a saber, a doutrina de Destruição Mútua Assegurada (do inglês, MAD, *Mutual Assured Destruction*)⁴⁸. Segundo essa lógica, era necessário garantir os meios de dissuasão de modo que a destruição do inimigo fosse total tanto no *first strike*, isto é, no primeiro ataque efetivo entre as duas potências, quanto em termos de capacidade de retaliação devastadora. Ora, a partir de tal guia de ação política, a guerra “quente” dificilmente ocorreria, frente à possibilidade plena de ataque e de retaliação – muito embora, paradoxalmente, a estabilidade e a contenção do conflito ocorressem justamente pelo acúmulo de meios militares. Colocando essa lógica nos termos da época: o objetivo primordial é a deterrência/compelência/dissuasão⁴⁹, isto é, é evitar a guerra (*war prevention*), seja por

⁴⁷ Distinguímos a ordem em termos da política internacional de modo a frisar um de seus aspectos que é a generalização da lógica da defesa, tanto no círculo de aliados dos Estados Unidos quanto da União Soviética. Cf. WALTZ, Kenneth. *Teoria das Relações Internacionais*. Trad. Port. Lisboa: Gradiva, 2002. Contrasta-se, pois, por exemplo, com os termos da ordem econômica de Bretton Woods (Cf. BELLUZZO, L. G. M. “Dinheiro e as transfigurações da riqueza”. In: Tavares, M.C. e Fiori, J. L. *op.cit.* gestada no entorno capitalista, muito embora ambas estruturas se afetassem mutuamente.

⁴⁸ Cf. MARTINS, Luciano. “Ordem internacional, interdependência assimétrica e recursos de poder”. *Política Externa* Vol 1 Nº 3 Dez/Jan/Fev 1992 – 1993, p. 70-72.

⁴⁹ Os termos foram desenvolvidos por diferentes teóricos, mas envolvem, em resumo, essa mesma lógica. Cf. BRODIE, Bernard. “On Nuclear Weapons: Utility in Nonuse”. In: *War and Politics*. New York: Macmillan, 1973. Nesse capítulo, Brodie trata especificamente do papel da deterrence no ambiente da Guerra Fria, e das possibilidades de defesa e retaliação pela simples posse de armas nucleares, pois “in politics or strategy...objects at rest can do enormous work – if those objects are such things as nuclear weapons” (p.376). O autor também demonstra que os altos recursos alocados para o desenvolvimento de armas nucleares pelas potências ocidentais no contexto da Guerra Fria objetivavam vantagens compensatórias que, apesar de sutis, eram cruciais na lógica desse período: “We do need repeatedly to threaten that we will use them [nuclear weapons] in case of attack. We do not need to threaten anything. Their being there is quite enough. The Russians know that no one could really guarantee their nonuse in



resistência pela força na possibilidade de um ataque (*denial*), seja a possibilidade de punição em caso de um ataque (*retaliation*):

Deterrência e compelência mostravam-se, do ponto de vista conceitual, como duas faces de uma moeda, unidas por uma igual lógica interna que sustentava necessidades crescentes de recursos militares, a fim de assegurar uma capacidade de destruição residual dos arsenais após um primeiro enfrentamento⁵⁰.

Mas falta um elemento em nossa leitura sobre a ordem da Guerra Fria: essa lógica guiava *diretamente* apenas *as duas grandes potências*, Estados Unidos e União Soviética. A preocupação comum e orquestrada pela segurança⁵¹, traduzida pela sustentação de elevados gastos para a ampliação incessante dos meios militares, somente poderiam ocorrer na relação entre (quase) iguais, isto é, apenas entre dois Estados fortes. Tal afirmação torna-se mais evidente quando se observa que tal base doutrinária (e suas derivações) apenas passou a ser gestada a partir da metade da década de 1950, justamente quando a União Soviética passa a deter o poder nuclear⁵².

Sob essa perspectiva, ameniza-se a perspectiva realista ofensiva de conflito mortal entre as duas potências para revelar uma interessante estratégia na qual a palavra ‘corrida’ assume uma posição esclarecedora: a disputa não se tratava de um mero acúmulo de meios militares no interior de cada Estado-líder – a isso se chamaria apenas *armamentismo*. Pois além meramente desse fato, o que garantia a manutenção da

case of a major conflagration”. Mesmo com a implosão do mundo soviético, essa concepção ainda é relevante e faz parte do ideário de defesa dos países nucleares. BUZAN, Barry. “Introduction: Deterrence and Defense”. In: *An Introduction to Strategic Studies*. London: Macmillan, 1987. O debate central desse capítulo refere-se à definição de *deterrence* como uma relação de complementaridade entre *denial* e *retaliation*. A partir dessa conceitualização, o autor descarta a distinção entre “*deterrence = retaliation*” e “defesa = *denial*”, afirmando que *deterrence* é uma estratégia de defesa: “This narrow view is questionable...The essence of deterrence is the making of military threats in order to prevent another actor from taking aggressive actions...There is no reason why the threat of a stout defence cannot fulfill the requirements of deterrence. Logically, therefore, the concept of deterrence encompasses both denial and retaliation.”(p. 136).

⁵⁰ RAZA, Salvador Ghelfi: "As Crises e a Manobra de Crises" In: *Aerpace Power Journal em Português*, 2.o trimestre 2002, p.41.

⁵¹ Cf. ARON, Raymond. “Que é uma Teoria das Relações Internacionais?”. In: *Estudos Políticos Estudos Políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985, 2ª Edição. p. 394.

⁵² “(...) the two superpowers were equal in the sense that neither could physically prevent the other from delivering hundreds of thermonuclear warheads onto its territory. What had been a highly lopsided two-party balance of power in the mid-1950s, was, by the late 1960’, a bipolarity of effectively equal nuclear vulnerability” BUZAN, Barry. *op.cit.*



posição de cada potência era o controle de suas esferas de influência⁵³: assim, era uma *corrida sobretudo por aliados*, e aí sim, conquistados e enquadrados por métodos armamentistas a partir de um discurso de segurança. A criação de instituições regionais de segurança de cada bloco, a saber, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, e o Pacto de Varsóvia, em 1955, figuravam-se como alianças de defesa em primeiro grau, por constituírem a linha geopolítica central do conflito: foram instituições por meio das quais as potências injetaram investimentos visando o acúmulo dos meios de defesa, verdadeiros programas de assistência militar, laboratórios e armazéns das armas convencionais produzidas.

Assim, a doutrina traduziu-se materialmente em aumento dos investimentos na indústria bélica nacional, o que por parte destas se traduzia no aumento da produção e particularmente, no desenvolvimento de armamentos de alta tecnologia – como é o caso dos mísseis de longo alcance. Foi no governo de Richard Nixon em que o aumento nas transferências de armamentos para os países aliados efetivou-se, permitindo assim o aumento da influência de Washington na política interna destes países, como fica claro na exposição de Frank Mora e Antonio Palá:

The Foreign Assistance Act of 1961 served as the cornerstone for weapons transfers during the early stages of the cold war. Rooted in the Truman Doctrine of containment, this act provided the legal means for the United States to sell or transfer weapons to foreign governments that supported our national security objectives. By 1969, the Nixon Doctrine, which emerged from the quagmire of the Vietnam War, proposed the idea that the United States would use arms transfers as a means to contain Soviet influence⁵⁴.

É nesse contexto que, mesmo em grau de menor importância, mas ainda com engajamento necessário, estava a América do Sul, que também foi compelida à ordem por uma inclusão à lógica militarista e de segurança. Em termos normativos, os Estados Unidos financiaram golpes militares conservadores de modo a gerar governos respaldantes do combate ao comunismo⁵⁵, estabelecendo estados de guerra internos,

⁵³ De acordo com Aron, os sistemas bipolares têm uma hierarquia de poder peculiar: a divisão Estados fortes, médios e fracos é transformada em Estados líderes, engajados (zonas de influência) e neutros. Cf. ARON, Raymond. *Ibidem*.

⁵⁴ MORA, Frank; PALÁ, Antonio. *op cit*.

⁵⁵ “Procurava-se criar um marco político que justificasse sua atuação na derrubada do governo nacionalista de Jacobo Arbens na Guatemala. Para tanto foi aprovada a Declaração de Solidariedade para a preservação de integridade política dos Estados Americanos contra a Intervenção Comunista Internacional”. HIRST, Mônica. *História da Diplomacia Brasileira: O período 1945-64*. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/acs/diplomacia/portug/h_diplom/pd009.htm> Acesso em: 29 mai. 2007



bem como estimularam a proliferação de tratados e instituições em torno da questão da segurança. Estabeleceram-se, assim, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947, e a Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948. Em termos efetivos, militarizou a região contra a ‘ameaça comunista’:

Nestas circunstâncias, o governo norte-americano optou pelo fortalecimento de alguns vínculos bilaterais através do Programa de Assistência Militar. Em 1952 foram assinados sete acordos militares com países da região: Brasil, Chile, Uruguai, Equador, Peru, Colômbia e Cuba. Introduziu-se o conceito de segurança coletiva, prevendo-se a assistência militar (equipamento e treinamento) em troca do fornecimento de materiais estratégicos. Este tipo de entendimento foi rejeitado na época pela Argentina, México e Guatemala⁵⁶.

A ordem armamentista vigorou até o momento em que a produção, a aquisição e a distribuição de armamentos para a manutenção das esferas de influência era fundamentalmente símbolo do poder e da coesão intra-bloco. Não obstante, ao longo das décadas de 1950 e 1960, vários acontecimentos ressaltaram “a manifestação original dessas relações: a solidariedade de interesses dos inimigos ideológicos, a oposição de interesses dos aliados”⁵⁷: a criação da Comissão Econômica para a América do Sul e Caribe (CEPAL), em 1948; a Conferência de Bandung, em 1955; e o Movimento dos Não-alinhados, em 1961, demonstram que o conflito Leste-Oeste era cortado pelo conflito Norte-Sul. Os indícios de fragmentação da ordem da Guerra Fria passam, pois, pelo esgarçamento da oposição de interesses intra-bloco, quando a manifestação da corrida armamentista para controlar as áreas de influência deixa de ser uma boa estratégia e passa justamente a ser um instrumento de projeção nacional por parte dos Estados engajados e neutros.

Tal dinâmica atinge a inflexão na década de 1970, no momento em que França e China passam a efetivamente representar uma ameaça às suas respectivas lideranças frente ao desenvolvimento de seus respectivos poderes nucleares. Até mesmo na América do Sul o armamentismo muda de termos: tornou-se mais um meio de poder para a disputa fronteiriça entre Chile, Argentina e Peru⁵⁸; e de liderança regional entre Argentina e Brasil, no que tange ao desenvolvimento de seus respectivos programas

⁵⁶ Idem, *Ibidem*.

⁵⁷ ARON, Raymond. *op. cit.*, p. 394.

⁵⁸ Cf. COSTA, Eduardo Ferrero; ARBULU, Enrique Obando. *Armamento convencional y desarme en América del Sur: Políticas y Perspectivas*. Conferência de Institutos de Investigação da América do Sul e Caribe. Apud LOPES, Roberto. *Rede de intrigas: os bastidores do fracasso da indústria bélica no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1994. Nota de rodapé 39, p. 41.



nucleares. É nesse contexto sul americano que se justifica a já citada diretiva presidencial de Carter de banir, em 1977, a exportação de armamentos para a América do Sul, em oposição à argumentação corrente de que tais transferências dificultavam o processo de democratização desses países, bem como acabavam por estimular a violação dos direitos humanos com a manutenção dos governos ditatoriais: “President Carter required that arms transfers be directly linked to furthering US security interests and tied them very closely to the human rights records of the recipient governments”⁵⁹.

A tais manifestações de poder nacional envolvendo possibilidades de conflito armado chamou-se também de ‘corrida armamentista’. Muito embora haja uma relação comum com a lógica original do termo, qual seja, a necessidade de concentração de recursos militares, esta é a única. Exclui-se dos conflitos entre os Estados engajados as peculiares relações de “solidariedade de interesses dos inimigos ideológicos”⁶⁰, de corrida por áreas de influência, passando pelo armamentismo como símbolo de controle. De uma ordem onde até então o desarmamento era impossível, há uma inversão de estratégia. As potências caminham para a fase de distensão e de controle da expansão armamentista, revelando, assim, um enfraquecimento das alianças. Não obstante, os resquícios do fim da Guerra Fria são fundamentais para a configuração da atual ordem histórica que, embora não seja orientada pela ‘corrida armamentista’, tem estreitas conexões com a indústria bélica e a lógica de segurança e defesa gestadas nesse período. Vejamos no próximo capítulo como esta retomada histórica ilumina a compreensão da estrutura atual.

⁵⁹ MORA, Frank; PALÁ, Antonio. *op cit.*

⁶⁰ ARON, Raymond. *op. cit.*, p. 394.



3. Economia e estado de guerra permanentes

O objetivo desse capítulo consiste em analisar a atual conjuntura do mercado global de meios militares, bem como realizar uma breve análise de sua evolução desde a década de 1970, visando ao entendimento de seus movimentos estruturais; à identificação dos principais fornecedores e compradores – nesse último caso, na América do Sul – e à relação desses movimentos com as estruturas históricas de cada período. Todavia, será dado um foco maior sobre a indústria bélica estadunidense, a qual em sua condição de maior produtora mundial está totalmente atrelada aos interesses dos Estados Unidos, no que tange a manutenção de sua política externa hegemônica, e com influências muito nítidas na América do Sul.

Torna-se fundamental demonstrar como a indústria bélica estadunidense, historicamente envolvida com interesses políticos de seu Estado, assume atualmente um papel importante no processo de retomada da hegemonia americana. Nossa linha argumentativa explicita que os princípios da ordem internacional atual são regidos a partir do firmamento de um compromisso entre o governo estadunidense e o *sistema militar industrial*, objetivando a manutenção de uma produção que atenda, ao mesmo tempo, os interesses dos Estados Unidos em manter a ordem, e os interesses desse complexo industrial na expansão de seus lucros. A consequência de tal compromisso é a emergência de uma economia e um estado permanentes de guerra⁶¹, ou ainda, de uma guerra sem limites⁶², como veremos ao longo do capítulo.

3.1. O mercado bélico e o fim da Guerra Fria.

Frente à importância dada aos *fins* dos meios militares, a saber, seu emprego político pelos Estados, os analistas internacionais se olvidam, ao tratar de questões político-militares, que a produção e aquisição desses meios estão intrinsecamente ligadas à lógica do mercado. Consiste em uma indústria bélica que, como todo tipo de ramo produtivo, também está inserida em um mercado global, sujeita às mesmas leis de

⁶¹ Cf. ARANTES, Paulo Eduardo. *Extinção*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2007.

⁶² Cf. MAMPEY, Luc; SERFATI, Claude. *op. cit.* p. 255

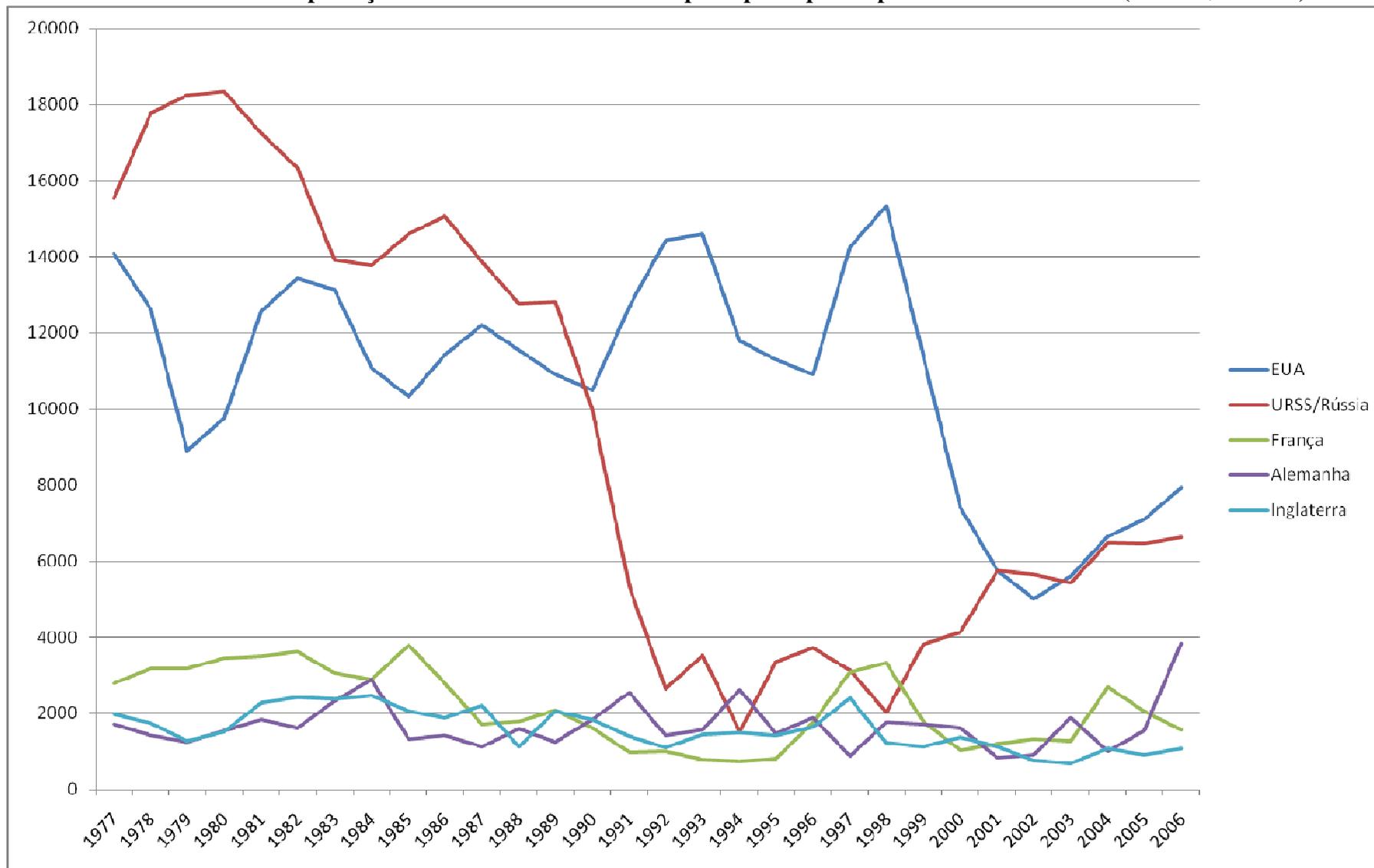


oferta e demanda; possui os seus principais *players*, cada qual apresentando um determinado tipo de posicionamento, especialidades e nichos de mercado. Entretanto, o que confere peculiaridade a esta indústria é justamente o fato de sua dinâmica de acumulação ser alimentada pela demanda de produtos destinados à manutenção de segurança e defesa dos Estados. Logo, é embebida em interesses político-ideológicos extremamente delicados, os quais tendem a ser determinantes em seu processo e desenvolvimento; ao mesmo tempo, a expansão desse setor é fundamental para a manutenção das políticas estatais, caracterizando uma íntima relação entre política e economia.

Tal interdependência entre a indústria bélica e o Estado ganha proporções estruturais durante o período que segue após a Segunda Guerra Mundial, com a consolidação da indústria bélica estadunidense⁶³ e soviética. A doutrina de Destruição Mútua Assegurada (MAD), já explanada no Capítulo 2, foi muito além do que uma construção teórica abstrata, mas se concretizou a partir de investimentos maciços que engendraram transformações gigantescas indústria bélica, ampliando a sua capacidade de produção e desenvolvendo novas tecnologias, atingindo patamares expressivos de eficiência e produtividade. Em termos econômicos, o exercício da doutrina MAD tornou os Estados Unidos e a União Soviética nos maiores produtores e fornecedores mundiais de armamentos, como se observa no gráfico 3.1.

⁶³ Cf. MILLS, Charles Wright. *Poder e Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. Mills, em 1965, já atentava para tais transformações na estrutura política estadunidense, ocorridas na transição do século XIX para o século XX. Denominou “Triângulo de Poder” o compromisso firmado entre as elites política, econômica e militar, formando assim uma única elite com interesses convergentes que colocaram em prática a estratégia de conquista hegemônica desse país.

Gráfico 3.1 Total de exportações mundiais de armamentos pelos principais exportadores 1977 - 2006 (Em US\$ Bilhões)⁶⁴



⁶⁴ Gráfico: OFTA. Fonte dos dados: SIPRI Arms Transfer database. Disponível em: <http://www.sipri.org/contents/armstrad/output_types_TIV.html>. Acesso em: 20 de jun. 2007.

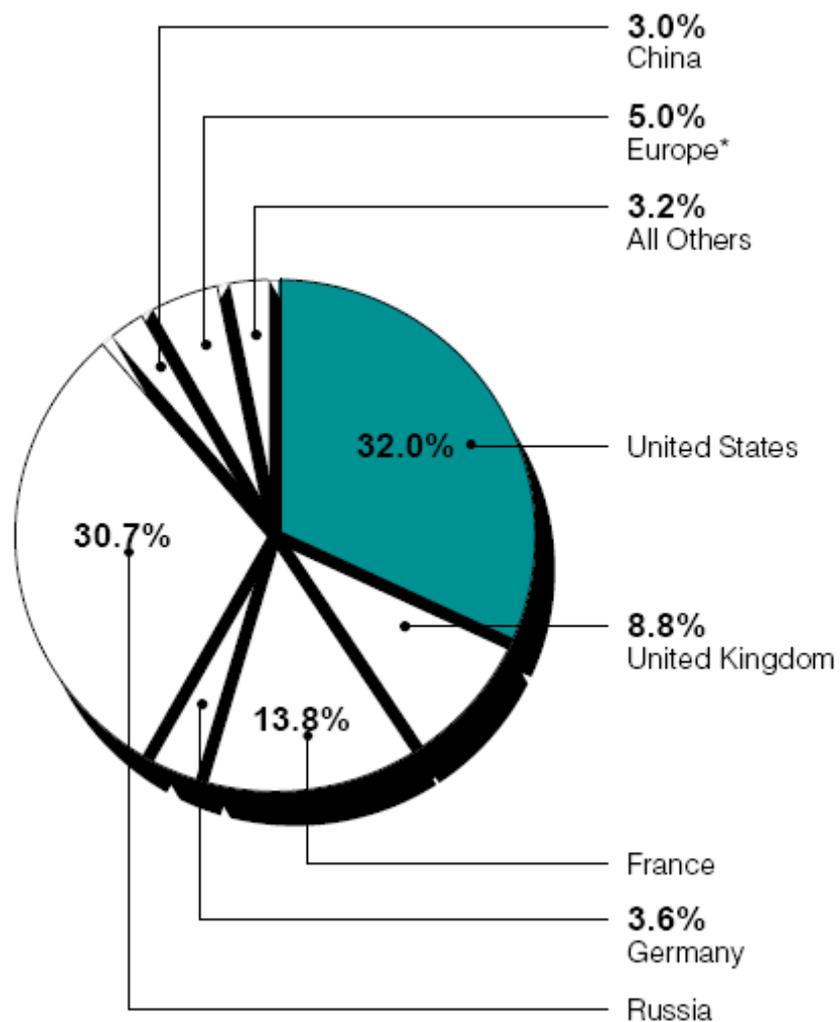


Do período que segue até o início da década de 1990, a União Soviética ainda consegue acompanhar o desenvolvimento dos Estados Unidos, mantendo elevados índices de produção e exportação de armamentos; apresenta, porém, durante dez anos – o período de 1988-1998 – instabilidade e decréscimo abruptos na produção de armamentos, resultando em uma significativa perda de mercado para os Estados Unidos a partir da década de 1990, como demonstram os gráficos 3.2 e 3.3. Isso se deve ao colapso econômico sofrido pela União Soviética no final da década de 1980, como reflexo da crise do bloco que culminaria na mudança de sua estrutura política e de governo. Tal mudança trouxe conseqüências importantes, particularmente relacionadas ao fim daquela lógica da Guerra Fria, bem como à idéia de supremacia absoluta estadunidense.

Entretanto, a vitória ideológica mascarou transformações importantes na indústria bélica global: enquanto no período anterior essa indústria era dominada quase que exclusivamente pelas duas potências, com atuações praticamente inexpressivas de outros Estados frente às suas exportações, no final da década de 1990 há uma reinserção competitiva da indústria bélica européia, que passa a produzir e a exportar mais armamentos. Essa reinserção se deve a dois motivos. Primeiramente, porque nesse período o sistema militar industrial estadunidense apresenta alguns problemas relacionados com o seu processo de concentração e centralização, o que levou a uma queda relativa da produção e das exportações de armamentos desse país. E depois, porque as indústrias européias começam a apresentar uma melhor competitividade no que tange os índices de produção e exportação, reduzindo assim a dispersão em relação à produção dos Estados Unidos. Até mesmo a indústria russa passa a apresentar um maior desenvolvimento, muito embora o aumento de seus índices de exportação mais tem a ver com a venda de armamentos obsoletos da época da corrida armamentista do que propriamente de uma expansão produtiva tecnológica, como é o caso da indústria européia. Os gráficos 3.2 e 3.3 demonstram as acomodações no *market share* entre países no início da década de 1990.



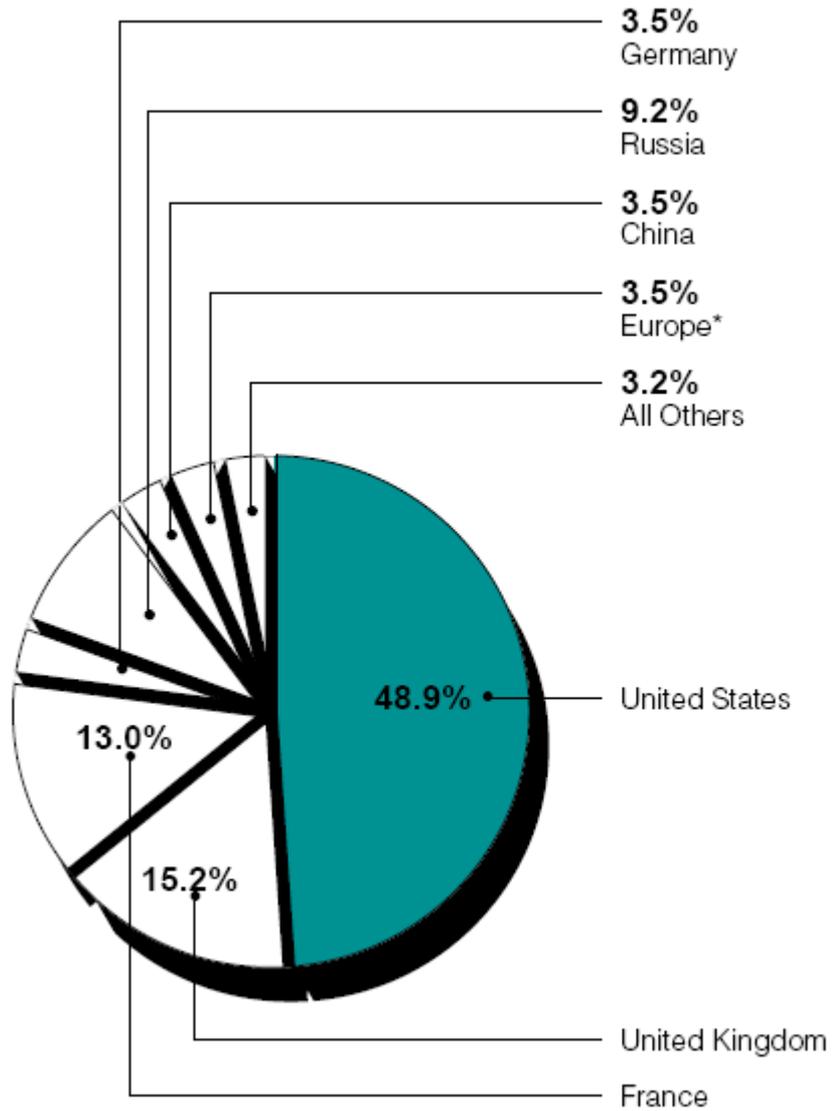
Gráfico 3.2 Fornecimento global de armas por fornecedor em % (1990)⁶⁵



⁶⁵ FONTE GAO -United States General Accounting Office, Report: Military Exports, A comparison of Government Support in United States and Three Major Competitors Disponível em: < www.gao.gov/cgi-bin/getrpt?NSIAD-95-86> Acesso em: 15 jun. 2007



Gráfico 3.3 Fornecimento global de armas por fornecedor em % (1993)⁶⁶



⁶⁶ FONTE GAO -United States General Accounting Office, Report: Military Exports, A comparison of Government Support in United States and Three Major Competitors Disponível em: < www.gao.gov/cgi-bin/getrpt?NSIAD-95-86> Acesso em: 15 jun. 2007

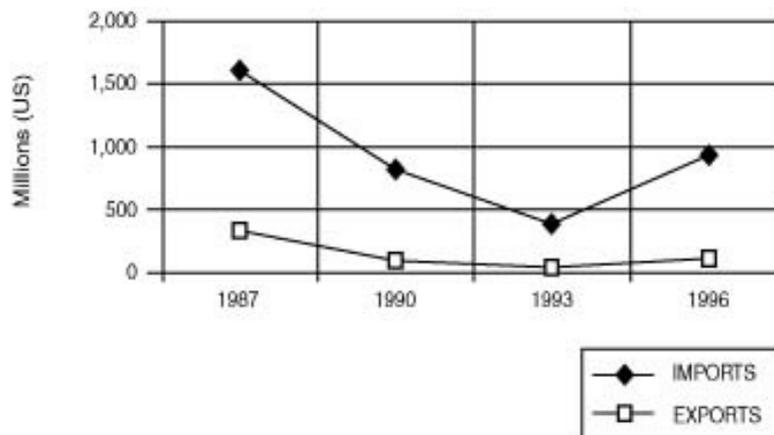


3.2. A América do Sul e a transferência de armamentos

A queda da demanda da América do Sul por armamentos reflete, além do fim da Guerra Fria, as dificuldades econômicas enfrentadas pela região com a crise da dívida externa na década de 1980 e as reformas neoliberais no início da década subsequente; tais movimentos podem ser observados no gráfico 3.4 a seguir. Nessa seção, pois, cabe analisar o movimento da oferta de armamentos para a América do Sul, que apresenta algumas peculiaridades históricas interessantes e relacionadas com as transformações políticas e econômicas relacionadas à produção bélica. Como observamos na seção anterior, o início da década de 1990 foi marcado por uma predominância dos Estados Unidos como maior fornecedor de armamentos não apenas global, mas também para a América do Sul, como se pode notar na tabela 3.1.

Gráfico

**X
de
pela
Sul⁶⁷**



**3.4
Importações
Exportações
armamentos
América do**

⁶⁷ Fonte: MORA, Frank; PALÁ, Antonio. *op.cit*



Tabela 5.1 Total de exportação de armamentos dos EUA para a América do Sul 1997-2006 (em US\$ Milhões)⁶⁸

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Venezuela
1997	113	-	129	7	97	-	-
1998	185	*	*	17	79	6	-
1999	278	9	14	5	41	-	17
2000	70	18	27	10	62	-	-
2001	2	-	120	14	261	-	5
2002	13	-	70	-	123	-	11
2003	12	-	8	-	85	-	13
2004	16	-	57	11	-	2	-
2005	4	-	52	-	3	2	-
2006	17	20	16	285	30	-	-
Total	710	47	493	349	781	10	46

* Dados não disponíveis

Muito embora o comportamento da oferta e da demanda por armamentos na América do Sul esteja atrelado à dinâmica global, esta região apresentou uma questão adicional, a saber, as implicações do já citado *Presidential Directive 13* o qual bloqueava a venda de armamentos de alta tecnologia para a América do Sul. O interessante é que, durante todo o período de vigência desta lei, houve várias exceções envolvendo importantes exportações para Estados da região, sendo que o caso das exportações de caças F-16 para a Venezuela em 1978 foi o mais emblemático. De fato, a lei era contornada nas vezes em que os Estados Unidos que acreditavam a ameaça soviética era mais evidente na América do Sul. As demais exportações de aviões para a América do Sul – que eram as que envolviam maior tecnologia e controle por parte dos Estados Unidos – podem ser observadas na tabela 5.2 abaixo.

⁶⁸ Fonte dos dados: SIPRI Arms Transfer database. *op. cit.*



Tabela 5.2 Aviões de combate das maiores forças aéreas latino-americanas⁶⁹

Avião	Procedência	Fabricação	Força Aérea e Quantidade
AMX A-1	BR/IT	1989	BR (28)
A-4 Skyhawk	EUA	1972	AR (48) some a/c on order
A-37 Dragonfly	EUA	1967	CH (35), CO (26), EC (10), PE (16)
F-5 Tiger	EUA	1972	BR (56), CH (16), VE (18)
F-16A Falcon	EUA	1978	VE (24)
Jaguar	RU	1972	EC (11)
Mirage III	FR	1965	AR (15), BR (18)
Mirage V	FR	1970	AR (5), CH (29), CO (13), PE (11), VE (?)
Mirage F-1	FR	1976	EC (14)
Mirage 50	FR	1980	CH (15), VE (17)
Mirage 2000	FR	1982	PE (10)
Kfir C-2/7	IS	1975	AR (22), EC (9), VE (12)
Su-20/22	URSS	1970	PE (20+)
Su-25 Frogfoot	URSS	1970	PE (14)
MiG-21	URSS	1958	CU (150)
MiG-23 Flogger	URSS	1971	CU (38)
MiG-29	URSS	1982	CU (34), PE (18)

Mesmo com diversas críticas, alertando para desestabilização política dos países e das instituições democráticas da região, o governo de Bill Clinton, em 1997, rompe, 20 anos depois, com o *Presidential Directive 13 (PD-13)*, retomando a venda de armas para a América do Sul. Se retornarmos ao Gráfico 3.4, veremos que esse é o período correspondente a um aumento de importações de armamentos por parte da América do Sul, demonstrando que o fim do *PD-13* foi um marco institucional importante. Devemos, não obstante, atentar para quais os motivos que conduziram essa ação do presidente Clinton. As justificativas mais imediatas foram de caráter político, alegando que a retomada da venda de armas para essa região seria um marco positivo para o estreitamento dos laços de cooperação entre os Estados Unidos e a América do Sul, bem como promover uma estabilização maior da região, como é colocado por Mora e Palá:

Former defense secretary William Perry noted that the sale of US aircraft is indeed more stabilizing than destabilizing because it comes with US training,

⁶⁹Fonte dos dados: FUENTES, Luis. *Air Forces of the Americas. Airpower Journal International*. Disponível em: <http://www.airpower.maxwell.af.mil/almanac/english/engindex.html>. Acesso em 20 jun. 2007.



military-to-military contact or dialogues with our democratically controlled armed forces, and control by the US over spare parts⁷⁰.

Entretanto, tal explicação não é suficiente; a eminência do retorno russo ao mercado de armamentos, bem como a perda do mercado sul americano para as indústrias européias, devem ser destacadas como fatores decisivos para a derrubada do *PD- 13* em 1997. No momento em que foi identificado um aumento de demanda por armamentos na América do Sul, principalmente de tecnologia vanguardista, como a de caças, e esta não estava sendo atendida pela indústria estadunidense, indústrias de outros países, como a francesa e seus Mirages, a Rússia com seus Migs, e mesmo Israel com o Kfir, passaram a suprir este mercado.

E ao prever perdas de cunho econômico, as indústrias de armamentos estadunidenses passam a reagir contra o *PD- 13*, haja visto que esta perda de mercado poderia comprometer a sua competitividade global. As principais indústrias, como a Lockheed Martin, e a McDonnell Douglas, buscaram, assim, reverter essa política que prejudicava diretamente as suas receitas. Estas empresas passaram a atuar diretamente com o Pentágono, que por sua vez teve de estimular nos países sul americanos a demanda pelos armamentos vendidos pelos EUA: “The arms lobby first had to stir up demand among the Latin Americans (...) Within six months, Chile and Brazil had sent formal requests to Washington for information on buying F-16s and F/A-18s”⁷¹. O passo seguinte foi o de pressionar o Congresso dos EUA, que em pouco tempo conseguiu coordenar forças políticas de modo que o Executivo revogou o ato que baniu a venda de armas para a América do Sul.

A disputa pelo mercado de exportações entre Rússia e Estados Unidos ganha acentuação mais complexa na América do Sul a partir de 2003. Para tanto, a emergência da liderança de Hugo Chávez na Venezuela, com um discurso anti-imperialista contrário à política externa estadunidense teve influência fundamental. O hegemonia, no ano supracitado, promove um embargo econômico e suspende as vendas de armas à Venezuela, em conseqüência ao processo de reestruturação das Forças Armadas Nacionais, como veremos de forma mais complexa no capítulo seguinte. Por hora, é importante frisar que, no momento em que os Estados Unidos “marginalizaram” a

⁷⁰ MORA, Frank; PALÁ, Antonio. *op. cit*

⁷¹ WALLER, Douglas. *How Washington works...Arms deal*. Time. 14 de abril, 1997. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,986173-4,00.html>. Acesso em: 18 jun. 2007.



Venezuela, e cortaram o fluxo de armamentos para esse país, os reflexos na oferta de armamentos foram semelhantes à do banimento de 1977: houve uma ampliação do *market share* de outros fornecedores para a América do Sul, especialmente a Rússia, em detrimento dos Estados Unidos. Não apenas envolvendo estratégias de articulação político-ideológicas, mas também interessantes acordos comerciais, a Venezuela passa a estreitar relações de transferência com a Rússia. O ano de 2006 exprime a solidez desses acordos – conforme pode ser observado na tabela 3.3 – o que acabou ferindo tanto os interesses dos Estados Unidos em impedir a reestruturação das FAN quanto implicou em uma maior projeção das exportações bélicas russa para a América do Sul.

Tabela 3.3 Total de exportação de armas da Rússia para a América do Sul 1997- 2006 (Em US\$ Milhões)⁷²

	Argentina	Peru	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Venezuela
1997	1	11	-	-	68	47	24
1998	-	4	-	-	-	18	-
1999	-	94	-	-	-	-	-
2000	-	-	-	-	-	-	-
2001	-	157	-	-	-	-	-
2002	-	-	-	-	41	-	-
2003	-	-	-	-	-	-	-
2004	-	-	-	-	-	-	-
2005	-	-	-	-	-	-	-
2006	-	-	-	-	-	-	360
Total	1	266	-	-	109	65	384

Desse modo, observa-se que mais do que uma lógica de segurança nacional observada durante a Guerra Fria, a transferência ou vendas de armamentos assume agora uma característica de mercado, com claros interesses de capitalização. Independente do posicionamento político dos compradores, o interesse em promover a indústria bélica, bem como expandir suas vendas, estão intimamente imbricados a certos

⁷² Fonte dos dados: SIPRI Arms Transfer database. *op. cit.*



objetivos políticos. O caso da vendas de armas da Rússia para a Venezuela é, pois, emblemático, haja visto que não apenas contraria o embargo dos Estados Unidos como exprime diversas relações permeadas por interesses econômicos.

3.3. O Sistema Militar Industrial (SMI) estadunidense na década de 1990 e a economia de guerra permanente.

O termo Sistema Militar Industrial (SMI) é utilizado por Luc Mampaey e Claude Serfati⁷³ por designar um conjunto de setores interdependentes, não apenas relacionado com empresas produtoras de armamentos, mas com outros setores conectados com a articulação da guerra. Tal articulação produz uma lógica própria de reprodução, permitindo, portanto, ultrapassar a abordagem de meros setores industriais, entendendo toda a gama de relações desse sistema. No caso dos Estados Unidos, seu objetivo é a manutenção de um relativo protecionismo em seu setor armamentista, ao mesmo tempo em que fornece as condições para o país manter a sua capacidade militar frente aos outros países.

Em termos específicos, o SMI é composto pelos grupos e firmas de armamentos, o Departamento de Defesa (DoD), e o Congresso juntamente com o Executivo. Logo, deve-se entender a produção de material bélico como uma parte desse sistema militar, que enlaça a esfera política – políticas de segurança e defesa nacional – e também a esfera econômica, abrangendo manifestações industriais, tecnológicas e de comércio internacional⁷⁴. Por meio desta abordagem, torna-se possível entender toda a gama de relações que envolvem o complexo militar-industrial dos Estados Unidos, bem como as articulações de mútua de influência entre esse complexo e o governo, e especialmente, os resultantes desta relação para a política externa desse Estado. Para compreender as implicações desse último ponto, devemos considerar as reestruturações sofridas pelo SMI ao longo da década de 1990, e também no ano de 2001 após os ataques de 11 de setembro.

Foi no ano de 1993 em que se tornaram evidentes essas grandes transformações, quando o DoD incentivou os grupos produtores de armas a se unirem, iniciando assim

⁷³ MAMPEY, Luc; SERFATI, Claude. *op. cit.*p.223

⁷⁴ Cf. DAGNINO, Renato Peixoto. *A indústria de armamentos brasileira: uma tentativa de avaliação*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia. Campinas: UNICAMP, 1989, p.65.



uma série de fusões e aquisições, possibilitada graças ao poderio dos grupos financeiros na sua direção. O surgimento de acionistas institucionais, oriundos da “comunidade financeira”, e mais especificamente, dos fundos de aplicação, foram agentes cruciais para a promoção das reestruturações estratégicas dentro das empresas de armamentos. Essa decisão do DoD estava relacionada com a necessidade de redução com os gastos militares por parte do governo estadunidense, cujo movimento já vinha ocorrendo desde 1986 com a política de distensão: os processos de concentração e centralização permitiriam uma maior eficiência desse setor, bem como uma maior capacidade de atuação mundial, possibilitando ainda o desenvolvimento de novas tecnologias, com uma menor presença do Estado na realização de altos dispêndios.

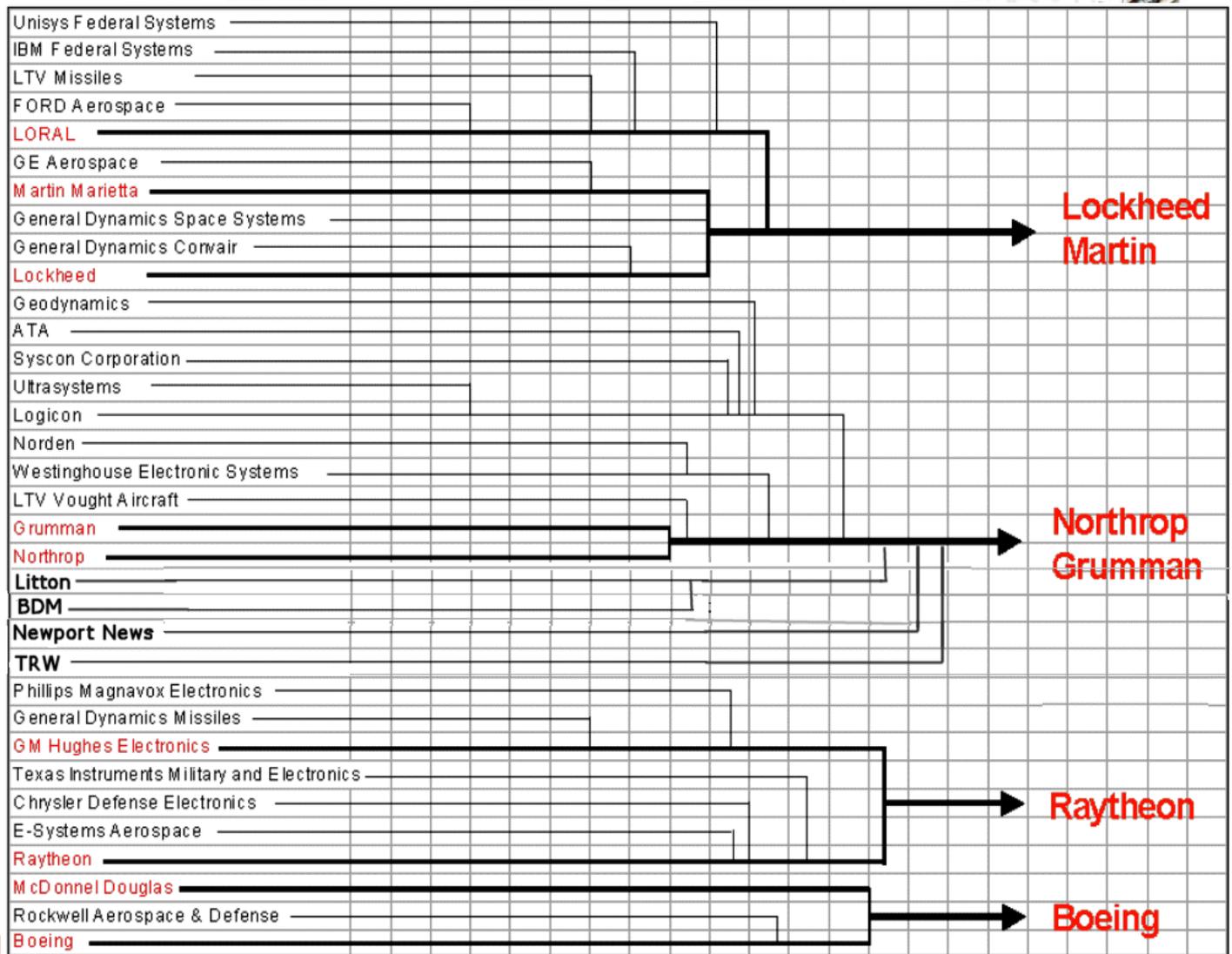


Tabela 3.4 Fusões e aquisições do setor de produção de armamentos dos EUA⁷⁵

Em contrapartida aos interesses estatais, estão os objetivos das grandes empresas desse complexo, a saber, a maximização dos ganhos bursáteis, dada às junções de capitais, e ao mesmo tempo reforçar o relacionamento entre os grupos, permitindo uma melhor dinâmica do setor; assim, a estratégia desses grandes grupos era composta de uma parte financeira e de uma parte produtiva. No que tange à valorização financeira, esses grupos passaram a ter a sua valorização bursátil medida por um índice específico, denominado *Amex Defense Index*, o qual mede as valorizações das 15 maiores empresas de capital aberto no setor de defesa. Em termos produtivos, iniciou-se um processo de

⁷⁵ Fonte: GLOBAL SECURITY. *Military Mergers*. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/industry/mergers.htm>> Acesso em 28 de jun. 2007.



integração vertical entre as empresas e grupos, tal como foi colocado por Mampaey e Serfati:

O processo de concentração na indústria norte-americana de armamento se desenvolveu, então, sobre um eixo vertical, já que os grupos que concebem e montam os sistemas de armas compraram as firmas que produziam subsistemas e componentes complexos ⁷⁶.

O processo de integração vertical é de extrema importância pois estrutura e articula os setores econômicos em torno de um verdadeiro sistema militar industrial. Assim, esse complexo não é composto somente pela indústria de armamentos, mas envolve toda uma gama de beneficiamento formado por empresas de tecnologia de informação, nanotecnologia, dentre outras de orientação civil. Destarte, o processo de integração vertical permitiu um maior intercâmbio de conhecimentos e de processos produtivos, facilitando o desenvolvimento de novas tecnologias bélicas, e ainda de produtos destinados aos mercados civis, as chamadas tecnologias duais. Assim, a possibilidade de desenvolvimento de novas tecnologias de maior retorno é uma característica fundamental do SMI ao longo da década de 90.

Tais reestruturações promovidas no SMI possibilitaram, principalmente no período entre 1990 e 1997, uma enorme valorização dos ativos das empresas envolvidas nos processos de concentração e centralização, gerando dividendos e lucros, em função tanto do bom dinamismo apresentado pela produção de armamentos, quanto dos patamares consideráveis do orçamento militar dos Estados Unidos nesse momento. Cabe ressaltar que esses grandes grupos têm as suas receitas atreladas às variações do orçamento militar estadunidense, pois a maioria deles mantém contratos com o DoD para a produção de armamentos. Essa é, pois, a face prática da estrutura de relacionamentos que compõe o SMI, culminando em uma dinâmica de acumulação quase autônoma. Desse modo, a própria decisão de gastos refere-se tanto a considerações estratégicas de caráter internacional quanto aos interesses do complexo industrial-militar.

Todavia, a partir de 1997 as cotações apresentam uma relativa baixa, devido a dois fatores: o primeiro relaciona-se às dificuldades oriundas dos processos de concentração e centralização dessas indústrias; o segundo, trata-se da constante redução do orçamento militar dos EUA observada desde meados da década de 80, haja visto que

⁷⁶ MAMPEY, Luc; SERFATI, Claude. *op. cit.* p. 235



o maior cliente da indústria de armamentos é o próprio Estado⁷⁷. Essa baixa somente é contornada, de modo a permitir o retorno dos lucros bursáteis das empresas desse setor, a partir de 1999, quando os EUA aumentam os gastos militares:

Desde 1999, o orçamento militar, em particular das despesas consagradas à P&D e à produção, registra uma elevação particular, pois a administração propõe um aumento de US\$ 110 bilhões para o período de 1999-2003 (...) A alta das cotações recomeça finalmente alguns meses antes de 11 de setembro, num contexto de desmoronamento de Wall Street e principalmente da Nasdaq⁷⁸.

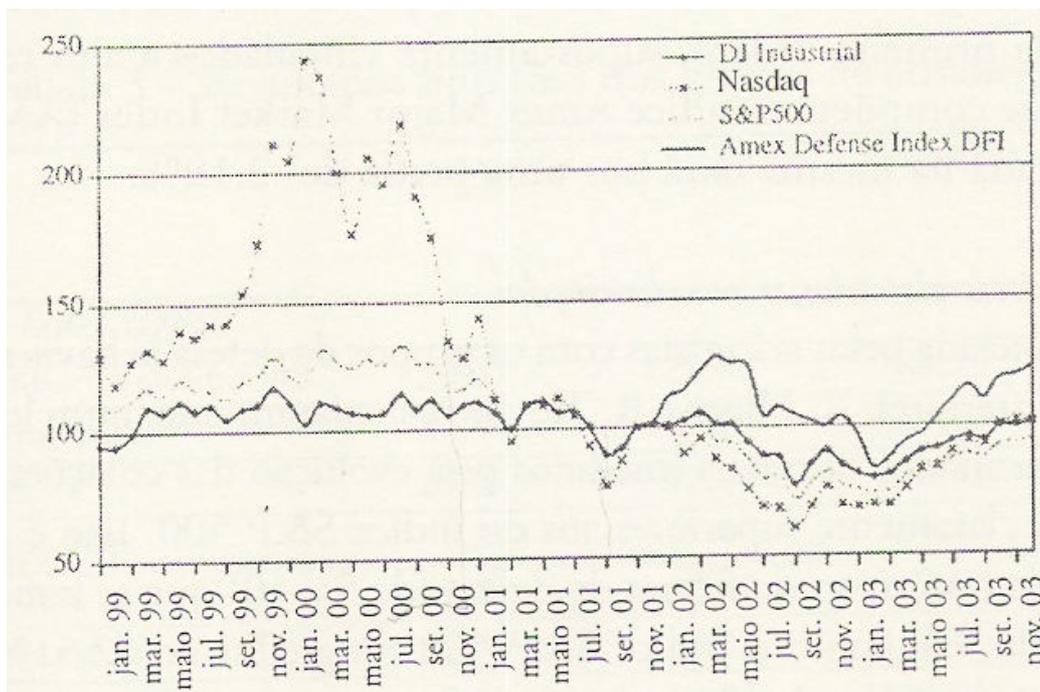
Com os ataques terroristas no ano de 2001, previsivelmente há uma queda de todos os índices financeiros nos EUA, como a *Nasdaq* e *Down Jones*, e mesmo o *Amex Defense Index*. Todavia, logo após esse marco ocorre o denominado “efeito *Twin Towers*”, promovendo uma recuperação significativa do *Amex Defense Index* em relação a todos os outros índices financeiros até meados de 2002. A alta dos demais índices, como os da *Nasdaq* e *Down Jones* somente retorna em 2003, no momento em que há um aumento dos gastos militares do governo estadunidense, relacionados com a realização da empreitada no Iraque. Isso pode ser apreciado no gráfico 3.5:

⁷⁷ DAGNINO, Renato Peixoto. *op. cit.*

⁷⁸ MAMPEY, Luc; SERFATI, Claude. *op. cit.*p.235



Gráfico 3.5 Evolução dos índices Down Jones Industrial, Nasdaq, S&P 500 e DFI, 1º de janeiro de 1999 a 9 de dezembro de 2003⁷⁹.



Dessa forma, é perceptível que a atuação dinâmica do SMI passa pelo aumento do controle das instituições políticas sobre os grupos componentes desse complexo, principalmente após os ataques terroristas de 2001. Nesse momento, com a formulação de uma nova doutrina de segurança nacional pelo governo de George W. Bush, estabelece que ataques preventivos a Estados considerados “suspeitos” são legítimos, tanto para a projeção do “livre comércio” e de valores liberais, como para o combate ao terrorismo, sendo, portanto, de suma importância a manutenção de um sistema de produção de armamentos bem desenvolvido. Um SMI dinâmico se alia com os interesses nacionais de estabilização da hegemonia militar em escala mundial, e com uma guerra “cirúrgica” contra o terrorismo, exigindo, portanto, o desenvolvimento de armamentos de alta tecnologia.

Associado a tais fatos, criou-se o Departamento de Segurança Nacional nos Estados Unidos, visando um maior controle sobre os grupos armamentistas, com o objetivo de estimular maciçamente o desenvolvimento de novas alternativas

⁷⁹ Fonte: MAMPEY, Luc; SERFATI, Claude. *op. cit.* p. 235



tecnológicas para esse setor. O aumento das cotações das empresas de armamentos, bem como o aumento dos ganhos econômicos nesse período – proveniente dos aumentos das vendas – deixa clara a maneira de como o SMI foi beneficiado a partir do argumento de uma “guerra contra o terrorismo”, concretizado na ‘guerra preventiva’ contra o Iraque.

A guerra contra o Iraque, a despeito do contexto no qual a decisão foi tomada (isolamento relativo dos Estados Unidos), as dificuldades de manutenção da ordem e o custo financeiro muito elevado da ocupação não frearam a retomada das cotações em Wall Street e na Nasdaq, em 2003. Isso desmente a afirmação convencional segundo a qual os mercados financeiros observam com repulsa o uso da violência militar (...) Os “mercados” norte-americanos estão, talvez, começando a “internalizar” em seus comportamentos a fatalidade de novas guerras e de operações militares, a forjar algum tipo de compromisso “guerra sem limites”, no qual a utilização discricionária da força armada dos Estados Unidos constitui seu novo horizonte⁸⁰.

A preponderância do capital financeiro sobre os grupos armamentistas impõe a necessidade de obtenção de lucros constantes, tanto econômicos como bursáteis; isto, somado às relações entre esse setor da economia e o governo, explicitam a formação de um compromisso entre governo e entidades privadas. Esse compromisso se traduz na constituição de um SMI plenamente desenvolvido, capaz de permitir aos Estados Unidos a retomada de sua hegemonia militar em escala mundial, ao mesmo tempo em que, ao implementar sua estratégia de controle hegemônico, garante que os setores armamentistas desse Estado obtenham ganhos constantes.

Obviamente, não há uma explicitação desse compromisso, porém a entrada dos EUA numa guerra e a subsequente valorização dos ativos e aumento dos ganhos das empresas do setor de armamentos não podem ser entendidas meramente como uma consequência. Desse modo, entende-se que há uma economia de guerra permanente em âmbito global, na qual existe uma disputa por mercados para a expansão das indústrias bélicas mundiais. Mais do que isso, a instituição de um compromisso nos moldes supracitados impõe a condicionalidade de promover guerras ao redor do mundo como elemento dinamizador, transformando assim a lógica do conflito interestatal tradicional, ou seja, entre dois ou mais Estados, em uma “guerra sem limites”, nos moldes das ‘guerras preventivas’.

⁸⁰ MAMPEY, Luc; SERFATI, Claude. *op. cit.*, p. 246



3.4. A Doutrina Bush e o estado de guerra permanente

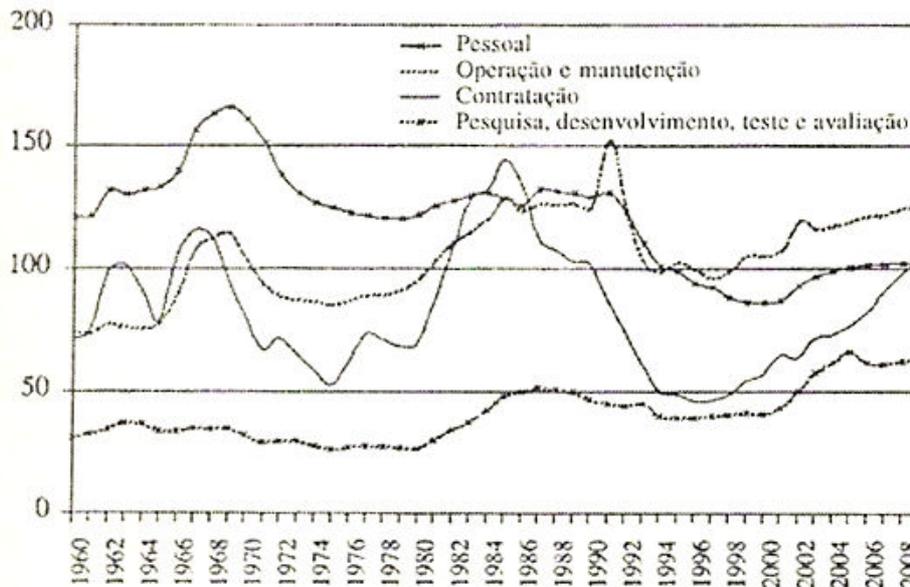
Considerar a existência de um *estado de guerra permanente*, ou mesmo de um “estado de sítio” mundial⁸¹, não pode ser entendida como uma análise extremista, mas sim como a análise de uma realidade complexa na qual está imerso o sistema internacional, bem como as sociedades como um todo.

Ao analisarmos os fluxos de investimentos do governo estadunidense para o orçamento militar, do período que compreende os anos 60 até atualmente, observamos claramente que na eminência de uma guerra os gastos aumentam, e na ausência diminuem, o que explica o comportamento de “picos e vales” de quantias despendidas, como se nota no gráfico 3.6 abaixo. Tomando por base a guerra do Vietnã na década de 1960, e a guerra do Golfo Pérsico no final dos anos 1980, é perceptível que nesses períodos os gastos militares disparam, obviamente, como consequência para manter as empreitadas militares nesses países. Entretanto, após o ano de 1999, os gastos apresentam um aumento progressivo, diferente dos dispêndios abruptos observados anteriormente. Essa progressão indica a manutenção do compromisso entre governo e grupos armamentistas nacionais, pois esboça um contínuo aumento dos gastos, o que é benéfico para esse setor da economia, e deixa clara também a busca norte-americana para a retomada da sua hegemonia, principalmente na esfera militar.

⁸¹ ARANTES, Paulo Eduardo. *op. cit.*



Gráfico 3.6 Composição das despesas militares dos Estados Unidos 1960-2009 em US\$ Bilhões⁸²



A capacidade de exercer influência em âmbito global pode ser realizada, de acordo com Joseph Nye⁸³, através da manutenção do “poder bruto” e do “poder brando” – este último seria a capacidade de controle e legitimidade de um Estado não pelo uso da força, mas por meio de elementos ideológicos e culturais. Os EUA por sua vez, após os ataques de 11 de setembro, diminuem seu poder bruto (ou militar) numa relação inversamente proporcional ao seu poder brando, objetivando a continuidade de sua capacidade de influência global, sob a égide da denominada *Doutrina Bush*.

Doutrina foi a denominação dada ao documento que preconizava as diretrizes básicas de segurança nacional dos EUA, iniciado durante o governo Clinton, porém finalizado no governo Bush, logo, altamente influenciado pelos ataques terroristas do período. O discurso estadunidense, visando justificar os futuros ataques “preventivos”, exaltava o adjetivo de “guerra justa”, pois o inimigo, bem como os males por ele

⁸² Departamento de Defesa dos Estados Unidos (2003), Estimativas de orçamento para Defesa Nacional para FY2004. *apud*. MAMPEY, Luc; SERFATI, Claude. *op. cit*, p. 236.

⁸³ Cf. NYE, Joseph S. “O paradoxo do Poder Americano: Por que a única superpotência do mundo não pode seguir isolada”. Editora Unesp, São Paulo, 2002.



causados seria comum a todos, lastreando, assim, qualquer empreitada bélica. Os argumentos sustentadores demonstram uma clara mudança da perspectiva do conflito e da guerra nas Relações Internacionais:

A guerra do Iraque não veio a nosso encontro. Ela não “estourou” (...) alias, nenhuma das atuais guerras norte-americanas “eclodiu” (...) Falta –lhe um casus belli (...) Trata-se, em suma, de uma guerra preventiva, como se diz na doutrina oficializada em setembro de 2002. De fato uma categoria muito diferente de guerra, nada menos do que “o uso da força para eliminar uma ameaça forjada”, conforme emendou Chomsky⁸⁴.

Este entendimento sobre a atual ordem histórica, dinamizada por “uma guerra de respostas flexíveis na melhor linha *just in time* de um sistema operando em rede”⁸⁵, nos permite refletir sobre o sentido, e mesmo a veracidade, dos argumentos dos Estados Unidos para a “criação” das guerras e incitação a conflitos ao redor do globo. Primeiro porque nos leva a crer que as guerras atuais não tiveram um motivo pautado em divergências históricas, do contrário, foram premeditadas visando ao atendimento de interesses em composição dos EUA e de sua indústria bélica. Em segundo lugar, a considerar o modo como ocorrem as guerras “na melhor linha *just in time*”, compreende-se que existe não apenas uma indústria promotora desses conflitos, mas de forma evidente, um complexo militar industrial que se beneficia e se reproduz a partir do engendramento de conflitos armados.

Retomemos aos elementos elencados ao longo desse capítulo: o aumento do orçamento militar estadunidense no final da década de 1990; a criação do Departamento de Segurança Nacional – órgão do governo que estreitaria as relações entre grupos armamentistas e governo; o processo de concentração do setor armamentista nos Estados Unidos, organizado sob a direção do capital financeiro. A soma desses elementos leva à conclusão de que esse setor, mais do que estratégico para os interesses nacionais, tem sua existência condicionada a uma política externa específica, tornando a promoção da guerra um dos ditames do interesse nacional estadunidense.

A economia e o estado de guerra permanente é a expressão do interesse capitalista de reprodução do setor bélico industrial dos Estados Unidos, posto que a força motriz da demanda, nesse caso, é a existência de guerras ou de ‘corridas armamentistas’, estimulando a produção de meios militares, gerando ganhos

⁸⁴ ARANTES, Paulo Eduardo. *op. cit.* p. 26

⁸⁵ Idem, p.26



econômicos e bursáteis. Essa necessidade, aliada aos interesses de uma potência em processo de retomada de hegemonia global, com uma clara supremacia militar frente aos demais países, produz uma guerra sem limites sob a justificativa moral de uma guerra justa.



4. América do Sul: Razões para o engajamento em gastos militares; estudos de caso para Venezuela, Chile e Equador

Neste capítulo analisar-se-á a América do Sul sob dois focos: gastos militares e integração regional. Trata-se, portanto, de levantar e analisar os dados que demonstrem que a América do Sul vem passando por um processo provocador de mudanças em todos os Estados, sobretudo a partir da década de 1980. Tais transformações ocorreram por diversos motivos: no campo político, a ascensão e queda de governos ditatoriais, neoliberais e esquerdistas; no econômico, o fracasso do modelo de substituição de importações, o protecionismo, o neoliberalismo e o processo de integração; no social, contestações e revoltas populares e a perpetuação do sonho bolivariano; no militar, a rivalidade histórica sobre a questão das fronteiras, os problemas transnacionais, e o aumento dos gastos militares.

É neste contexto que buscaremos identificar, pelo estudo de caso de três Estados da América do Sul – Venezuela, Chile e Equador – as razões pelas quais estes vêm aumentando seus gastos militares, determinando assim, suas motivações internas e externas, relacionando-as com a estrutura histórica contemporânea apresentada nos capítulos anteriores. Esse capítulo é fundamental de modo a traçar nossas conclusões acerca da possibilidade de uma rivalidade entre os Estados sul-americanos caracterizada pela aquisição de meios militares frente ao contexto de construção da integração regional e de conflitos de caráter transnacional.

4.1. Razões para o engajamento em gastos militares

Uma definição de gastos militares

Ao se propor analisar o cenário atual da América do Sul, algumas variáveis são importantes considerar, haja visto que a situação conjuntural não permite desvincular a história da região, nem mesmo desconsiderar a situação global que constitui as relações internacionais; o que inclui conceber, pois, as influências da herança colonial no



desdobramento dos processos de independência e consolidação do *status* de Estados-Nação. Entretanto, não cabe analisar neste capítulo a história efetiva da América do Sul, mas um recorte analítico para se compreender de fato as condições militares que os países sul americanos possuem. Tomar como base tal conjectura é, na verdade, tornar este corpo analítico mais propenso a vieses. Torna-se, portanto, relevante a consideração de outras variáveis, senão apenas o elemento militar.

A questão militar é um ponto sobressalente na América do Sul. Embora os dados apresentados no Capítulo 1 revelem que esta região é uma das menos militarizadas do mundo, a problemática que se levanta é como se dá tal investimento militar e sua relação com a soberania nacional, a segurança e a defesa de cada Estado. Sem embargo, não se propõe neste capítulo comparar efetivamente os gastos militares de cada Estado da América do Sul, mas revelar algumas motivações-chave para tal processo. Significa compreender, pois, que esta análise não considera apenas as questões militares, mas também as questões históricas, econômicas, sociais e políticas – interna e externa. Considera-se também as afirmações levantadas nos capítulos anteriores, de que os gastos militares não são estabelecidos de forma independente, mas estão relacionados com as condições tanto de oferta para as aquisições – e no caso da América do Sul, já ressaltamos a influência dos Estados Unidos nesse processo – quanto materiais internas de cada Estado, isto é, em termos do orçamento para defesa.

Para tanto, faz-se necessário, para vias de um estudo de caso, explicitar uma definição operacional de gasto militar. Neste trabalho utilizar-se-á a definição do SIPRI⁸⁶. Segundo este instituto, a definição de “gasto militar” refere-se a toda quantidade de capital despendida nas Forças Armadas, incluindo Forças de Paz; Ministérios da Defesa e outras agências governamentais comprometidas em projetos de defesa; Forças Paramilitares quando solicitada para ser treinada, equipadas e avaliada para operações militares; espaços militares para atividades. Estes gastos devem incluir o gasto de pessoal (civil e militar envolvido em questões militares); operações e manutenção; procurações; P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) militar; construção das Forças Armadas; doações (no caso de gasto militar do país fornecedor). No entanto, o gasto militar não se refere à defesa civil, despesa atual para atividades precedentes de

⁸⁶ SIPRI. *Sources and Methodology for SIPRI military expenditure data*. Disponível em: <http://www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_sources.html> . Acesso em: 05 mai. 2007.



benefícios de veteranos militares, desmobilização, conversão de produção facilitada de armas e destruição de armas.

Por esta definição é possível conceber as demais variáveis como a econômica e política além da militar e, conseqüentemente, entender o cenário pelo qual cada Estado passa, bem como sua propensão à variação dos gastos militares. Para tanto, não se considera apenas a variação bruta do gasto, mas sua correlação com as demais variáveis que determinam esta alteração. Significa entender, pois, que “gasto” não é sinônimo de “aumento” no artefato militar, mas um acréscimo de valor agregado que pode ou não se constituir em objetos militares tangíveis. Sob esta perspectiva é que o presente capítulo analisa as questões que permeiam as motivações dos Estados que vêm apresentando esta variação de gasto maior que a média dos países da América do Sul, a saber: Venezuela, Chile e Equador.



4.2. VENEZUELA

Segundo dados divulgados pelo relatório do SIPRI, a Venezuela destinou 1.2% de seu PIB em 2005 para gastos na área militar, passando assim de US\$ 1,606 milhões em 2005 para US\$ 1.924 milhões em 2006, um aumento de cerca de 19,8% em seu orçamento militar se comparado ao ano anterior. Do ano de 1990 até os dias atuais há uma ascendência (com pequenas variações) dos gastos militares na Venezuela. Tal gasto, sobretudo nos últimos anos, vincula-se principalmente com a aplicação da política de defesa em modernizar a FAN (Força Armada Nacional) da Venezuela, obsoleta desde a crise dos anos 1980 – modernização esta que é uma das promessas do atual presidente Hugo Chávez em libertar o país, bem como seus vizinhos, da relação assimétrica estabelecida entre Estados Unidos e América do Sul – tentando proporcionar, desse modo, uma mudança no equilíbrio de poder na região. A política de prestígio que o presidente vem tentando firmar também é um fator relevante para o aumento desse gasto, dado que a política externa da Venezuela se modifica com a subida de Chávez ao poder. Outro motivo para o aumento dos gastos tem sido a situação conjuntural macroeconômica favorável pelo qual o petróleo, principal produto de exportação venezuelana, passa no mercado mundial; quantia essa que é repassada ao setor militar.

Entretanto, tal aumento do gasto militar tem provocado uma série de discussões acerca da finalidade desses armamentos no cenário internacional, sobretudo frente à política severa de resistência de Chávez para com os Estados Unidos, alinhando-se cada vez mais com países como a Rússia e Cuba, o que suscitou um debate político sobre suas reais intenções na América do Sul. Ademais, para se compreender a discussão sobre o delineamento das políticas de Chávez perante o mundo é necessário observar primeiramente as condições históricas e conjunturais políticas, econômicas e sociais pelas quais a Venezuela vem passando no cenário interno e internacional para compreender, como consequência, as razões pelas quais o país aumentou seus gastos militares.



Uma breve retomada: o papel histórico do petróleo e do Estado na Venezuela.

O atual presidente da Venezuela representa um marco divisor de águas na vida política do país e da América do Sul. Chávez efetuou mudanças no que tange a uma reorientação da política externa e uma reformulação da doutrina de segurança do país. Para se compreender as conseqüências dessas mudanças na problemática do aumento dos gastos militares na América do Sul, faz-se necessário voltar ao período de redemocratização venezuelana, e isto inclui observar o papel decisivo do petróleo como base material do Pacto de Punto Fijo⁸⁷, um acordo entre as elites que constituiu base para a consolidação da democracia e da governabilidade no país após o período ditatorial. Tanto a democracia quanto a questão do petróleo, pois, estão intimamente ligadas a este progressivo aumento no gasto para o setor militar que a Venezuela vem promovendo, sobretudo com a presença de Chávez no poder.

O fim da ditadura de Marcos Peres Jiménez no final dos anos 1950 firmou a necessidade de reformular as instituições políticas na Venezuela, culminando no estabelecimento de um pacto social entre as elites cuja base material – e portanto, o elemento articulador – eram o petróleo e o papel interventor do Estado, este último como responsável pela distribuição clientelista dos rendimentos petrolíferos entre as elites. Neste aspecto, o Estado desempenhou um papel fundamental na forma como intervinha. Nas palavras do professor de Relações Internacionais do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, Rafael Duarte Villa⁸⁸, “não se pode compreender a vida política venezuelana, desde o início do período democrático em 1958, sem o entendimento do papel protagônico do Estado”.

Desse modo, em 1961 celebra-se na Constituição o Pacto de Punto Fijo, que pretendia estabelecer tal “acordo” entre as elites em nome da estabilidade e da governabilidade do país. Como se pretendia consolidar a frágil democracia venezuelana, a política externa no período tinha como paradigma fundamental a defesa da democracia

⁸⁷ VILLA, Rafael Duarte. “Venezuela: mudanças políticas na era Chávez”. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 19, n. 55, 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300011&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 02 jul. 2007.

⁸⁸ VILLA, Rafael Duarte. *op.cit.*



no âmbito externo, cujo arcabouço teórico era a Doutrina Betancourt, formulada por Rômulo Betancourt⁸⁹, que estabelecia como diretrizes norteadoras da ação externa a democracia e o petróleo. Sua política era explícita em não reconhecer nenhum governo que não fosse democrático ou que tivesse origem em um golpe de Estado. Tal direcionamento, em pleno contexto de governos populistas e autoritários que se seguiram no período dos anos 1950 até os anos 1980 na América do Sul, acarretou em uma posição isolacionista por parte da Venezuela e conseqüente aproximação dos Estados Unidos, seu maior mercado consumidor. Não obstante essa defesa da democracia, a estrutura 'democrática' estabelecida pelo Pacto de Punto Fijo era muito peculiar: uma espécie de "ditadura legalizada", na qual havia apenas dois partidos – Ação Democrática e Partido Social Cristão – que se revezavam no poder durante o período 1958-1988.

Mas o país adotou também uma política protecionista como forma de efetuar a industrialização⁹⁰, incomodando ainda mais os países vizinhos. A ação externa, portanto, também apresentava um claro objetivo econômico: procurou fortalecer os laços políticos e comerciais que privilegiassem o principal produto exportado, o petróleo. Assim, as principais diretrizes da política externa venezuelana se tornaram, segundo Amado Cerro, "a dependência das exportações de petróleo, que corresponde a cerca de 90% do total exportado; a dependência dos Estados Unidos, principal investidor, cliente e fornecedor; e a repercussão interna dos acontecimentos políticos na área do Caribe"⁹¹. No período de vigência do Pacto Punto Fijo, em razão de sua posição

⁸⁹ BETANCOURT, Rômulo. *Venezuela: Política y Petróleo*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1956.

⁹⁰ A respeito da industrialização venezuelana, Wilson Cano afirma que, como o País gozava de uma base industrial e agrária pouco desenvolvidas, a economia ia se apoiar na exportação de petróleo como principal produto exportado, isto já em 1910-1920 de forma que se consolida como uma economia de enclave, enquanto os demais países da região realizam processos de industrialização, a Venezuela prefere contar com as volumosas reservas advindas da exportação petrolífera, o que resulta na adoção de rumos diferentes do resto da América do Sul, uma vez que a exportação de petróleo retira dinamismo da economia - mas dá suporte à políticas de manutenção de oligarquias no poder, por meio da distribuição desigual e clientelista da imensa riqueza conseguida com o petróleo. Um exemplo da falta de dinamismo é a resposta dada (ou não) pela Venezuela à crise de 1929, na qual o país, devido ao baixo grau de urbanização, não tinha forças internas na sociedade que pressionassem pela modernização da economia, haja visto que predominava a exportação de minérios e produtos agrícolas, com a população vivendo no campo e com agriculturas de subsistência. Cf. CANO, Wilson. *Soberania e Política Econômica na América do Sul*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

⁹¹ CERRO, Amado Luis. *A Venezuela e seus vizinhos*. RelNet. Cena Internacional. (publicação digital UnB), 2001. Disponível em: < <http://www.rabisco.com.br/colunas/caderno0/caderno045.htm> > Acesso em: 02 de jul. 2007.



sobre o Caribe, do petróleo e da dependência dos Estados Unidos, a Venezuela figurava, pois, como aliado estratégico para a ação norte-americana na América do Sul⁹².

Contudo, a partir da eleição de Rafael Caldera Rodríguez, em 1968, a Doutrina Betancourt passou a ser aplicada com menor rigidez, de modo que nos anos 1970 dá-se prioridade a uma diversificação dos países que poderiam consumir o petróleo venezuelano. Porém, a alta valorização do petróleo, fruto de dois choques de preços provocados pelo cartel da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)⁹³, acarretou não apenas em grande aumento dos rendimentos com o produto, mas também uma tentativa do governo venezuelano de retomada do projeto bolivariano de liderar uma integração latino-americana.

Observa-se, assim, um rompimento do isolacionismo e início de uma reorientação da política externa, cuja contrapartida interna foi uma recomposição dos dois partidos políticos. Com isto o país passou a articular os objetivos internos de desenvolvimento econômico com objetivos externos de cooperação, resultando em um estímulo aos movimentos de integração na América do Sul.

A década de 1980, com toda sua instabilidade e recessões ao redor do mundo, representou um problema também para a Venezuela, que teve de lidar tanto com a queda dos preços do petróleo, logo, queda dos rendimentos que davam suporte ao pacto de governabilidade entre as elites; quanto com a elevação do serviço da dívida devido ao choque dos juros estadunidense. Segundo Villa:

O comportamento negativo da economia nos anos de 1980 afetou de forma relevante a base material redistributiva do regime venezuelano, fato que mostrava que a eficácia política do Pacto de Punto Fijo estava intrinsecamente atrelada ao comportamento do modelo rentista petrolífero⁹⁴.

Este contexto gerou instabilidade política no país, com o início de uma crise que se agravou com o governo seguinte de Carlos Andrés Peres (1989 – 1993), eleito em nome da lembrança dos venezuelanos dos bons e prósperos anos de 1970 que marcaram o governo deste presidente no passado. Entretanto, as benesses do pacto não se

⁹² Atualmente, pode-se afirmar que este posto de aliado estratégico dos Estados Unidos foi preenchido pela Colômbia, mostrando um realinhamento estratégico dos países da região e da própria política norte-americana para a América do Sul.

⁹³ A Venezuela foi a grande idealizadora da OPEP, visando a criação de um cartel para diminuir a oferta e elevar os preços, o que permitiria aumentar a margem de lucro dos países exportadores, algo essencial para países fortemente apoiados nas reservas advindas do petróleo para financiar sua economia, como é o caso da Venezuela.

⁹⁴ VILLA, Rafael Duarte. *op.cit.*



repetiram. A implementação de medidas neoliberais como forma de se combater os desequilíbrios macroeconômicos gerou descontentamento social do povo que queria a volta do Estado interventor.

O episódio de Caracaço, em 1989, uma manifestação social duramente reprimida pelo governo (dados extra-oficiais apontam para mil mortos⁹⁵), e a tentativa frustrada de golpe do então tenente-coronel Hugo Chávez, marcam o fim das instituições democráticas do Pacto de Punto Fijo. Sem sucesso, as elites tentaram recompor um arranjo político que pudesse devolver a estabilidade ao país. Porém, um vácuo de poder surge a partir do enfraquecimento do pacto entre as elites, abrindo uma brecha que é preenchida pela base popular de Chávez, eleito de forma democrática em 1998 por mais de 55% da população; sua vitória engendraria modificações significativas na posição do país frente à América do Sul.

[A vitória] pôs fim à dominação de quarenta anos dos dois partidos conservadores tradicionais, inaugurando um outro modelo político caracterizado pelo nacionalismo social, distinto do conservadorismo tradicional e da malograda experiência neoliberal recente⁹⁶.

⁹⁵ CERVO, Amado Luis. *op.cit.*

⁹⁶ Id. loc cit.



Gastos militares da Venezuela: definições políticas e potencial econômico

Tabela 4.1 Gastos militares da Venezuela⁹⁷

Gastos Militares em bilhões de Bolívars							
1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
[55.9]	[67.9]	[117]	138	212	306	753	716
1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
927	1030	1524	1388	1706	2571	3357	4475
Gastos Militares em Milhões de US\$ (constantes em 2005)							
1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
[1862]	[1721]	[2147]	1574	1512	1092	1791	1254
1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1314	1257	1654	1229	1152	1427	1606	1924
Gastos Militares em % PIB							
1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
[1.8]	[1.6]	[2.1]	1.6	1.5	1	1.8	1.4
1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1.6	1.3	1.7	1.3	1.3	1.2	1.2	

A análise da evolução dos gastos militares da Venezuela, seja em termos absolutos, seja em relação ao PIB, apresenta, historicamente, um comportamento estável. Se voltarmos ao período de 1950 a 1986, momento de redemocratização e consolidação da democracia venezuelana após a ditadura de Jimenez, finalizada em 1958, os gastos militares da Venezuela correspondiam a uma média entre 1,5 e 2% do PIB⁹⁸, proporção semelhante ao período atual. Aumentos nesta porcentagem são notados no final dos anos 1980 e podem ser atribuídos aos esforços por parte do governo em manter um orçamento militar estável mesmo frente à tendência de contração geral da economia neste momento. Este esforço deu continuidade a um

⁹⁷ Tabela OFTA. Fonte dos dados: SIPRI Military Expenditure Database. Disponível em: <http://first.sipri.org/non_first/milex.php> Acesso em: 05 mai. 2007.

⁹⁸ GLOBAL SECURITY. Defense Spending. Disponível em: <www.globalsecurity.org> Acesso em 06 jul. 2007.



padrão que permaneceu por várias décadas, o qual, durante os períodos de austeridade econômica, acabou por diminuir a parte do orçamento destinada ao setor militar, sem, contudo, eliminá-lo. Da mesma forma, durante os períodos de expansão da economia, os gastos militares geralmente apresentaram um crescimento pequeno em relação aos demais gastos efetuados pelo governo.

Este padrão de gastos reduzidos no setor militar era indicativo de um desejo tanto da Aliança Democrática quanto do Partido Cristão Democrata (COPEI) – os dois partidos que se revezaram no poder durante o período 1958-1988 – de isolar os militares, ao menos até certo grau, de receberem um orçamento significativo em períodos de *boom* do crescimento, procurando enfraquecê-los e controlá-los de modo a evitar a volta à ditadura militar. Para tal, o governo procurava manter o orçamento militar praticamente estável e, particularmente, com uma porcentagem baixa em relação ao PIB, de forma que os presidentes que assumiam o poder se viam compelidos a continuar com esta política de equilibrar e refrear o poder militar pelo controle dos gastos públicos no setor militar⁹⁹.

A Venezuela carecia de uma indústria bélica importante, fazendo com que o país importasse a maior parte de todo o seu armamento, representando uma restrição aos gastos em defesa, uma vez que, para se aumentar as importações de determinado material bélico, se necessitava da reciprocidade do comércio mundial e dos parceiros. As Forças Armadas tentaram sanar esta deficiência em 1975, no governo de Carlos Andrés Pérez Rodríguez, ao estabelecerem a Sociedade Anônima Venezuelana de Indústrias Militares (Compañía Anónima Venezolana de Indústrias Militares - Cavim)¹⁰⁰. Apesar das expectativas do governo em desenvolver internamente uma indústria militar forte, por volta dos anos 1990 a Cavim teve um fraco desempenho¹⁰¹. A produção interna de armas consistia em munições para armas de pequeno porte,

⁹⁹Ibid. No governo Chávez, esta política foi alterada, e nota-se no governo um movimento de colocar militares de alta patente em cargos de alta confiança do presidente, liderando muitas vezes, instituições importantes, como é o caso dos temas relativos à segurança e defesa do país, que estão nas mãos dos militares.

¹⁰⁰ CAVIM. *Decreto Presidencial 883 do dia 29 de abril de 1975*. Disponível em: <<http://www.cavim.com.ve/corp.php?id=8&ic=8&lg=>> Acesso em: 02 jul. 2007.

¹⁰¹ A indústria sofreu com a abertura comercial e a “Gran Viraje” realizadas pelo presidente Pérez que, continuadas pela “Agenda Venezuela” de Rafael Caldera e Teodoro Petkoff, entregaram o país às medidas neoliberais e restritivas do FMI, acelerando a destruição especialmente do parque industrial venezuelano. Cf. SEVERO, L. W. *Venezuela: Petróleo semeando emancipação e crescimento econômico*. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/article141468.html>> Acesso em 02 jul. 2007.



explosivos, algumas peças sobressalentes e barcos costeiros de patrulhamento para a marinha. O desenvolvimento fraco da Cavim tinha causa na queda vertiginosa dos preços internacionais do petróleo frente à recessão mundial dos anos 1980 e, por outro lado, em função da compra de armamentos pesados e avançados como os caças F-16 importados dos Estados Unidos. Uma expansão futura da indústria militar na Venezuela nos anos 1990 se mostrava inviável¹⁰².

Tais são as condicionalidades de caráter político para o aumento dos gastos militares. Mas também é importante nos voltarmos às de caráter econômico. Como já citamos, a Venezuela é altamente dependente das receitas petrolíferas, que compreende 90% das exportações, mais de 50% do orçamento federal e cerca de 30% do PIB¹⁰³. De acordo com o Banco Mundial, os gastos da Venezuela com defesa decresceram anualmente no período 2001 – 2004, já que o país apresentou um fraco desempenho do PIB em função das oscilações negativas do preço do petróleo e das instabilidades políticas. Em 1999, o PIB da Venezuela caiu 6%, refletindo a grave situação econômica do país, por conta dos preços em queda do petróleo em 1998, e do oposicionismo ferrenho realizada pela mídia contra o presidente Chávez, recém eleito.

Em 2000 e 2001 o PIB venezuelano teve leve alta de 3,7% e 3,4%, respectivamente, fruto da recuperação dos preços do petróleo e das políticas macroeconômicas expansionistas do novo governo. Uma greve em escala nacional entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003 teve grandes conseqüências econômicas – o PIB real declinou cerca de 9% em 2002 e 8% em 2003. Esse, de fato, foi um período conturbado para o país, resultando em uma redução dos gastos militares absolutos.

Entre o final de 2001 e fevereiro de 2003 ocorreu de tudo na Venezuela: a greve patronal de dezembro de 2001; o Golpe de Estado promovido pela CIA em abril de 2002; as conspirações e a “sabotagem petroleira” entre o último trimestre de 2002 e fevereiro de 2003¹⁰⁴.

O crescimento do PIB, entretanto, ocorre a partir de 2004 e está muito relacionado com a recuperação e alta dos preços do petróleo, mas também às políticas de gastos de Chávez. Em 2005 o PIB cresceu 9,3% impulsionado pelas atividades dos setores não relacionados com o petróleo, queda nos juros nominais e queda do

¹⁰² Ibid

¹⁰³ CIA - THE WORLD FACTBOOK. *Venezuela*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ve.html>> Acesso em: 15 jun. 2007.

¹⁰⁴ Ibid



desemprego. Logo, é apenas em 2005 que se pode notar um leve aumento nos gastos em defesa da Venezuela, passando de 1,17% para 1,2% do PIB. Este aumento resultou, em dólares, em um gasto de US\$ 1.61 bilhões em defesa em 2005, período em que o PIB apresentou uma taxa de aumento de 9,3%¹⁰⁵.

Já em 2006, o crescimento econômico atingiu 9%, com um PIB de 47,9 bilhões de dólares, mais uma vez em função do aumento no preço mundial do petróleo, que permitiu conceder mais créditos à população, resultando em um *boom* de consumismo – a venda de carros em 2006 aumentou cerca de 70%. Contudo, isto vem acarretando em um aumento considerável da inflação, ao patamar de 15.8% e a uma taxa de 4,3% no ano de 2006¹⁰⁶. A relação direta entre aumento do PIB e gastos militares a partir dos anos 1990 pode ser observado claramente no gráfico 4.1 abaixo.

Em comparação aos países vizinhos, os gastos militares da Venezuela são relativamente baixos. A Colômbia gasta aproximadamente três vezes e meio mais, e o orçamento do Brasil em defesa é doze vezes maior. A diferença fica maior quando se compara as porcentagens do PIB. No entanto, outros países da região têm aumentado constantemente seus gastos militares em relação ao PIB. Por meio deste cálculo, a Venezuela fica atrás de Colômbia, Chile, Equador, Bolívia, Uruguai, Brasil e Peru¹⁰⁷.

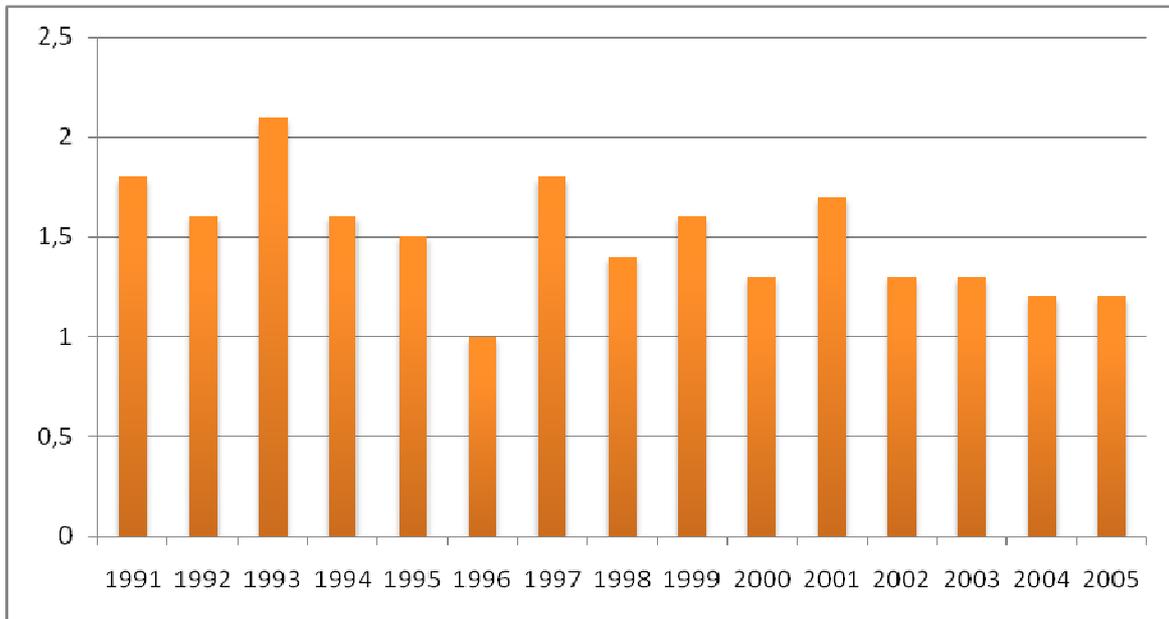
¹⁰⁵ Ibid

¹⁰⁶ Ibid

¹⁰⁷ GLOBAL SECURITY. *op.cit.*.



Gráfico 4.1 Venezuela - Gastos Militares em % PIB¹⁰⁸



As transformações da política de defesa venezuelana

A entrada de Chávez deve ser entendida muito mais do que uma guinada política e social, mas também uma retomada e volta dos militares às instituições políticas. Isso porque se trata de um militar apoiado em um discurso de resistência auto-denominado anti-imperialista, que atende não apenas as demandas populares por melhorias de vida, mas também as expectativas das Forças Armadas por maior participação. Ao mesmo tempo, seu governo está inserido em um contexto macroeconômico muito favorável, por conta dos picos elevados do preço internacional do petróleo. Face ao enfraquecimento das condições anteriores – o esgotamento das instituições do Pacto de Punto Fijo, aliado às dificuldades econômicas e à crise nas Forças Armadas (corrupção e fragmentação) – e às novas condições favoráveis, Chávez foi capaz de estabelecer um novo projeto de Estado, ao reviver o projeto da revolução bolivariana¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Gráfico: OFTA. Fonte dos dados: SIPRI Military Expenditure Database. *op.cit.*

¹⁰⁹ HENRIQUEZ, H. O. ; COLMENARES, I. R. *Las fuerzas armadas en la política social de Venezuela*. Política y Cultura, Venezuela, no. 20, 2003, pp.117-135.



Aliada à idéia de um novo projeto de Estado está a reedição de importantes pilares político-estratégicos. Primeiramente, Chávez lança uma nova doutrina de segurança, que põe fim à Doutrina Betancourt. Em paralelo, implementa uma nova estratégia nas Forças Armadas, que dá suporte à chamada “revolução pacífica”. Trata-se de uma estratégia de guerra popular de resistência prolongada, a qual exige uma reorganização e um reaparelhamento das Forças Armadas como um todo, que se encontravam obsoletas frente ao já citado embargo estadunidense. Vejamos no que consiste cada uma dessas novas diretrizes políticas.

Na década de 90 as então consideradas Forças Armadas tinham uma doutrina de segurança baseada no enfoque das questões prioritariamente externas; as questões civis internas, por sua vez, eram pouco tratadas sob esta doutrina. Entretanto, no que teoricamente deveria existir a neutralidade das Forças Armadas no âmbito político, não se observava tal fato, sobretudo com a ascensão de Chávez ao poder. Tanto que a nova Constituição Nacional em 1999¹¹⁰ concedia poderes à esfera militar a ponto das Forças Armadas fazerem deliberações militares sem a aprovação do legislativo, bem como o detinham direito de voto. Chávez, por meio dessa nova constituição, ganha mais poderes, sobretudo no setor militar. É nesse contexto que, ao final de 2002, o presidente lança um plano de reorganização e unificação das Forças Armadas, transformando-a em uma única Força Armada Nacional (FAN) – instituição esta cujo comandante e chefe é o próprio presidente da Venezuela¹¹¹. Sob este plano de consolidação da FAN é que se projeta a nova doutrina de segurança instalada por Chávez em seu governo.

A nova doutrina de segurança nacional pode ser vista como um marco ao recolocar nas mãos de um poder militar, de forma quase ilimitada, sem freios nem contrapesos, os assuntos-chave e mais sensíveis do Estado¹¹². Tal fato não acontecia

¹¹⁰ Em 1999 Chávez, por meio de um referendo popular convoca a Assembléia Constituinte para mudar a constituição nacional. Esta nova constituição lhe atribuía maiores poderes em todas as esferas – política (executivo e legislativo), econômica e militar.

¹¹¹ Nesse novo formato, a FAN possui maior centralização de poder nas mãos do presidente e sua autoridade é exercida pelo cargo do Ministro da Defesa Nacional, o que normalmente seria por um militar mais graduado na hierarquia do exército. Dentro dessa estrutura, o Conselho Nacional de Defesa adverte o presidente quanto a assuntos pertinentes à segurança nacional e o Alto Conselho das Forças Armadas trata das questões reativas à defesa do país. GLOBAL SECURITY. *op.cit.*

¹¹² A Lei de Segurança Nacional (Ley de Seguridad Nacional), sancionada em 28 de novembro de 2002 pela Assembléia Nacional, é um instrumento formal que coloca na prática a Doutrina de Segurança Nacional, ao estabelecer a restrição da liberdade de circulação dos indivíduos e de manifestação contrária (protesto), entre outros aspectos. TEIXEIRA, *op. cit.*



desde o fim da ditadura Jimenez em 1958, quando a elite conservadora, receosa de uma volta à ditadura, procurou afastar os militares do poder e passou a controlá-los por meio da diminuição do orçamento destinado ao setor. Desse modo, a instituição militar se transforma no principal elemento que irá abordar os problemas relativos à segurança – e isto ocorre em um contexto político de falta de articulação entre as instituições e ausência de freios institucionais ao poder militar, de forma que a FAN passa a se transformar em um ente autônomo na política venezuelana¹¹³.

A politização da FAN, atribuindo poderes de um corpo executivo às questões militares trouxe mudanças a partir da promulgação de uma nova Doutrina de Segurança Nacional, que passou a considerar também as questões internas. Segundo o estudioso da Facultad Latino Americana de Ciencias Sociales (FLACSO) Arévalo de León¹¹⁴, a nova doutrina de segurança é regida pelos seguintes princípios: *plena autonomia do Estado*, que está acima de qualquer instituição da sociedade civil; está baseada na concepção de “*inimigo interno*” a qual estabelece que existam alguns setores políticos e sociais que ameaçam a segurança interna, portanto, estes devem ser vigiados e suas influências, neutralizadas; e *politização da Força Armada Nacional*, no qual considera o dissenso e a crítica como atos de traição. Acrescentamos ainda um quarto princípio, que é a guerra contra o “*inimigo externo*”, a saber, os Estados Unidos. Inclusive, o próprio inimigo interno é caracterizado por aquele que atua a favor dos interesses do hegemona e contra os interesses do Estado e da soberania venezuelana.

Em relação a este “*inimigo externo*”, as relações entre Venezuela e Estados Unidos, diante dessa nova doutrina de segurança da Venezuela, estremecem-se cada vez mais. E, frente ao contexto desse mal estar e dissidências abertas com os Estados Unidos – que tiveram certa intensificação em 2005 após o caso do seqüestro de um colombiano em Caracas¹¹⁵ e pelo quase simultâneo movimento de aumento do número

¹¹³ VELA, Monolo. "El sistema de seguridad en Guatemala: un debate de la postguerra". In: LEÓN, Arévalo de (coord.), *Seguridad democrática en Guatemala: desafíos de la transformación*, Guatemala, FLACSO, 2002, p. 140. *apud* Jácome, F. *Conflictos potenciales durante la próxima década*. Disponível em < http://www.revistafuturos.info/futuros_3/venezuela3.htm > Acesso em 02 jul. 2007.

¹¹⁴ LEÓN, Arévalo de. *op.cit.*

¹¹⁵ “Nas primeiras semanas de 2005, a má vontade entre os dois países [Venezuela e Estados Unidos] já evoluíra para um aberto conflito. O seqüestro de um exilado colombiano em Caracas, através de uma operação envolvendo a quebra da disciplina nas forças armadas venezuelanas e agentes do serviço secreto colombiano, levou a uma brutal escalada de acusações entre Bogotá e Caracas. Os Estados Unidos,



de observadores norte-americanos na fronteira da Colômbia com a Venezuela – a reação da Venezuela foi a de aprovar, no início de 2005, uma estratégia de segurança de uma *guerra popular prolongada e de resistência*¹¹⁶, utilizando os superávits comerciais advindos das elevações do preço mundial do barril de petróleo para financiar esta estratégia e reaparelhar a FAN.¹¹⁷ Em termos práticos, as reestruturações realizadas por Chávez resultam em um movimento de militarização da sociedade, na qual os indivíduos, de forma voluntária, se convertem em partes ativas da estrutura de defesa, com grupos civis que controlam a população e fornecimento de informações ao governo; é o caso dos chamados “Círculos Bolivarianos” e da polícia metropolitana, os quais são inspirados nos Comitês Cubanos para a Defesa da Revolução; de modo o presidente Chávez distribui armamentos para aproximadamente 10 mil membros dos Círculos Bolivarianos (círculos de defesa popular). Neste contexto, surgem grupos pró-Chávez na sociedade, dentre os quais os de maior destaque estão as *Fuerzas Bolivarianas de Liberación—FBL*, com 500 membros; e o *Ejército del Pueblo en Armas—EPA*¹¹⁸. Estes grupos, por sua vez, também necessitam de financiamento para sua militarização. Para tanto, mais uma vez, contam com o apoio do governo venezuelano que destina parte de suas verbas para armar estes grupos dentro da sociedade civil.

Os principais fornecedores de armamentos

O reaparelhamento da FAN introduz, além de uma mudança política na estruturação das instituições militares do país, a questão da produção e aquisição de armamentos. Conforme explicitamos no capítulo 3, o processo de reaparelhamento dos Estados periféricos não depende apenas da disponibilidade de recursos, mas também da oferta de equipamentos bélicos. Essa é um aspecto crucial em relação à Venezuela, pois, mesmo com os excedentes exportáveis conseguidos com o petróleo disponível para a

desconhecendo a secular tradição do asilo político na América do Sul, logo se posicionaram ao lado dos colombianos, acusando Chávez de desestabilizar o subcontinente”. TEIXEIRA, F. *op. cit.*

¹¹⁶ Ibid.

¹¹⁷ O presidente também anunciou em julho de 2005 um aumento de 50% a 60% nos soldos (pagamento) dos militares. E em 2006, o contingente da Força Armada Nacional era formado por aproximadamente 82 mil homens, divididos em 34 mil no Exército, 18 mil na Marinha, 7 mil na Aeronáutica e 23 mil homens nas Forças Armadas de Cooperação (FAC), também conhecidas como Guarda Nacional, funcionando como um grupo paramilitar responsável pela segurança interna apenas. Ibid.

¹¹⁸ Ibid



realização de tais investimentos, o confronto declarado com os Estados Unidos introduz algumas restrições em termos de aquisições, já que este último país impôs sanções em relação aos fluxos de material bélico para a Venezuela. O resultado, conforme demonstramos no capítulo anterior, é um movimento de diversificação dos parceiros comerciais, principalmente para os fluxos de equipamentos militares, além de ser uma forma de reforçar o discurso de resistência e anti-imperialismo empregado pelo presidente venezuelano para realizar seu projeto bolivariano na América do Sul. Conforme assinala o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS):

À luz da deterioração das relações com Washington, seu tradicional fornecedor de armas, a Venezuela desenvolve relações com outros exportadores de material militar, para o incômodo da Administração Bush e o susto da vizinha Colômbia¹¹⁹.

Face ao embargo estadunidense, a Venezuela conta com alguns fornecedores específicos. Dentre os fornecedores medianos, devemos citar, primeiramente, a Espanha, país com o qual foram fechados contratos em 2005 para a compra de um número ainda indeterminado de Fragatas F-25 e F-26, da classe Descoberta, quatro corvetas Tango 61 e Tango 62, 12 lanchas de deslocamento rápido dotadas de lança - mísseis, além de dois submarinos e seis aviões C-295¹²⁰. Depois, com o Brasil, Caracas fechou contrato também em 2005 para a compra de 24 aviões Super Tucanos, como parte de um largo projeto de cooperação para o patrulhamento da Amazônia¹²¹. Por fim, com a Ucrânia foi feito um acordo que, já em 2004, resultou em fornecimento de equipamentos militares de leve a médio porte para Venezuela – e as negociações continuam em relação ao fornecimento de equipamentos militares de tecnologia mais sensível e estrategicamente mais importante¹²².

As relações de fornecimento são mais complexas envolvendo a China Popular. Nesse ano, um imenso volume de fardamentos para as FAN e Unidades de Defesa Popular foi encomendado a este país¹²³. Ademais, com o episódio em 2005 da quebra de contrato para fornecimento de peças de F-16 pelos Estados Unidos para a manutenção dos caças comprados na década de 1980, a Venezuela ameaça quebrar a obrigação

¹¹⁹ PAÍSES da América do Sul aumentam orçamento de defesa. *Estadão On Line*. Disponível em <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=272038> > Acesso em: 05 jul. 2007.

¹²⁰ Ibid.

¹²¹ Ibid.

¹²² GLOBAL SECURITY. *op.cit.*.

¹²³ TEIXEIRA, F. *op.cit.*



contratual a qual protegeria a tecnologia dos aviões, podendo destiná-la à China ou à Cuba¹²⁴ – seus parceiros comerciais – para temor dos Estados Unidos que vê nessa postura mais uma ameaça ofensiva para com o país .

Finalmente, temos o principal fornecedor de armamentos à Venezuela, a Rússia, que por motivos óbvios, traz densas implicações ao entorno sul americano e à atuação dos Estados Unidos na região. Em 2005-2006, a Venezuela encomendou da Rússia armamentos equivalentes ao valor de US\$ 3.4 bilhões, incluindo 24 caças Su-30MK2V para substituir os F-16 americanos que se tornaram obsoletos – mesmo porque, com o embargo americano, a Venezuela não teria condições de adquirir peças para reposição; sistema Tor-M1 de mísseis para defesa aérea, helicópteros Mi-17B *multi-role*, helicópteros Mi-35 de combate e helicópteros Mi-26 Halo para transporte pesado; cinco radares móveis e 50 caças MIG-29¹²⁵. Em 2005, o país também comprou 100 mil fuzis Kalashnikov AK-103 e 104 – sendo essas aquisições uma das mais polêmicas, conforme veremos a seguir. De forma que, entre 2006-2007 a Venezuela se tornou o segundo maior país importador de armamentos russos do mundo, depois da Algeria, a qual faz acordos bélicos com a Rússia em torno do valor de US\$7.5 bilhões¹²⁶.

Aumentos dos gastos em articulação com a política externa e os conflitos geopolíticos

O fato é que a relação estabelecida entre Venezuela e Rússia vem provocando uma série de discussões acerca da real aproximação entre ambos, sobretudo pela ótica estadunidense, a qual defende a ocorrência de uma militarização ofensiva contra os Estados Unidos a partir de um desequilíbrio gerado na América do Sul e Central, papel até então exercido pelo presidente Fidel Castro em Cuba. Para isso tenta ampliar suas relações com antigos e atuais rivais da potência, como a Rússia e o Irã. Chávez, por sua vez, utiliza-se do mesmo argumento, mas às avessas: justifica o reaparelhamento frente a possibilidade de uma invasão estadunidense na Venezuela, como mais uma ação imperialista desse país: argumento razoável após a tentativa de golpe apoiada pelos

¹²⁴ CHÁVEZ ameaça enviar caças para China e Cuba. *BBC Brasil*. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2005/11/051102_chavezcg.shtml> Acesso em: 20 jun. 2007.

¹²⁵ TEIXEIRA, F. *op.cit.*

¹²⁶ GLOBAL SECURITY. *op.cit.*



Estados Unidos. Não seria, portanto, um investimento ofensivo venezuelano, mas defensivo.

O ministro do poder popular para a Defesa Raúl Isaías Baduel, em entrevista à rede de Rádio Nacional da Venezuela¹²⁷, ressalta que a modernização da FAN tem finalidade defensiva e não ofensiva vista a necessidade de defesa para o povo venezuelano. Segundo o ministro, o reaparelhamento é fundamental para a FAN cumprir suas 3 missões – defesa militar, cooperação e manutenção da ordem interna visando ao desenvolvimento nacional. Mas tal condição, afirma o ministro, não se relaciona à “agredir nenhum país irmão, vizinho ou amigo. (...) O plano de adequação tecnológica, modernização e equipamento da Força Armada nacional foi empreendido com o objetivo de fortalecer a capacidade de defesa e proteção da nação”¹²⁸.

Apesar das declarações apaziguadoras, o mal-estar que esta política provoca nos Estados Unidos é imediato. Primeiramente, em relação à formação de alianças frente ao estreitamento de laços com a Rússia, país que desde o fim da Guerra Fria ainda apresenta uma relação ambígua frente aos Estados Unidos, ora comportando-se como aliado estratégico, ora realizando alguma ação de política externa de enfrentamento. Depois, em relação às repercussões regionais: as compras realizadas por Chávez ferem diretamente os interesses comerciais e atrapalham a estratégia continental dos Estados Unidos na região, ao introduzir um novo projeto de liderança e organização para a América do Sul (como, por exemplo, a proposta de integração das Américas - Alca)¹²⁹. Finalmente, tais tensões colocam entraves aos acordos e negociações para fornecimento de material e equipamentos bélicos de outros países, com Espanha, Brasil e China, em função da resistência de Washington para a exportação de armamentos para a Venezuela, principalmente porque alguns componentes essenciais destes armamentos são de origem americana.

No que tange à política externa propriamente dita, Chávez conduz uma clara reorientação para a América do Sul, se aproximando dos países vizinhos e estimulando a integração latino-americana, sob as diretrizes do pensamento bolivariano. Nesse

¹²⁷ BAUDEL, Raúl Isaías. *Equipamiento de FAN tiene fines eminentemente defensivos*. Radio Nacional de Venezuela. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación e Información. Disponível em <<http://www.mv.gov.ve/noticias/index.php?act=ST&f=2&t=46456>> Acesso em: 05 jul. 2007.

¹²⁸ Ibid.

¹²⁹ Ibid. Retomaremos à questão da integração regional no tocante à ‘corrida armamentista’ no capítulo subsequente.



sentido, a ação externa venezuelana se pauta em quatro grandes áreas geopolíticas: caribenha, atlântica, andina e amazônica. O governo passa a direcionar seus esforços e o poder gerado pelo controle do petróleo de modo a acelerar o processo de resistência, em primeiro lugar, e depois de integração, na região. Não se pode negar que as transformações engendradas por Chávez em termos de sua característica carismática de liderança, suas políticas sociais e sua reorientação na política interna e externa do país têm como base material a transformação deste recurso natural em instrumento estratégico de uma liderança de integração regional distinta da hegemônica. Também é evidente que as aquisições e o aumento dos gastos militares refletem, mais do que seu uso efetivo, uma política de prestígio capaz de engendrar efeitos ideacionais representativos de tais mudanças voltadas à consolidação de uma identidade nacional.

A relação entre Estados Unidos e Venezuela progride para um conflito aberto. A apreensão estadunidense transformou a fronteira Colômbia-Venezuela como o marco territorial dessas tensões. Na fronteira, o número de “observadores” e “instrutores” americanos se elevou de 400 para 800 homens¹³⁰ em razão do plano contra o narcotráfico e as ações guerrilheiras¹³¹. Tal conjuntura amarraria os motivos para o aumento dos gastos: a Venezuela alega que tal vigilância se refere aos primeiros sinais de uma invasão estadunidense no território venezuelano; motivo este que, segundo Chávez, justifica a militarização nesta região de fronteira. Ao mesmo tempo, para conter o avanço do narcotráfico, a Venezuela criou um plano de medidas que demanda a compra de aviões, helicópteros, radares e pistas de aterrissagem para patrulhamento e defesa¹³²; assim, para suprir as lacunas de arsenais militares na região, a Venezuela traça relações comerciais principalmente com a Rússia, na ausência do fornecimento estadunidense.

Observa-se, portanto, que o aumento de gasto militar na Venezuela suscita inúmeros debates e temores acerca do real motivo de sua militarização. A preocupação que os Estados Unidos possuem diante dessa nova rearticulação de Chávez com seus antigos rivais e atualmente fornecedores de armamentos para a Venezuela ganha cada

¹³⁰ TEIXEIRA, F. *op.cit.*

¹³¹ Sobre as questões fronteiriças e os conflitos transnacionais – elementos fundamentais para o tema em questão – discutiremos em nossa conclusão.

¹³² VENEZUELA enviará 6 mil soldados à fronteira. *BBC BRASIL*. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2006/06/060618_venezuela_frenteira.shtml> Acesso em: 04 jul. 2007.



vez maior projeção na mídia internacional. Em relação às preocupações relacionadas ao aumento dos gastos militares, contudo, é possível afirmar que a existência de uma ‘corrida armamentista’ não é verossímil. Como demonstramos, a militarização da Venezuela não traz implicações de conflito tipicamente interestatais, como na época da Guerra Fria; os gastos têm vínculos diretos (1) com a possibilidade de ingerência hegemônica e (2) com os conflitos transnacionais referentes aos grupos de ação política violenta na fronteira com a Colômbia. Suas conseqüências, por sua vez, denotam uma mudança na política dos Estados Unidos para a América do Sul, que passa a dar mais atenção política e financeira na conquista por aliados na região; e ao mesmo tempo, apresenta uma alternativa de inserção internacional para a América do Sul a partir da nova roupagem dada ao sonho bolivarista. Como última conseqüência, parece promover, de forma gradativa na América do Sul uma espécie de divisão entre os países em torno deste aparente propósito, por meio da ação venezuelana.



4.3. CHILE

Os gastos militares do Chile no ano de 2005 foram de cerca de 4,3 milhões de dólares, 2º lugar no *ranking* de maiores gastos militares na América do Sul segundo dados do SIPRI e utilizou 2,7% de seu PIB total em 2006 de acordo com o documento do *The World Factbook da CIA*¹³³. Durante o período que compreende os anos de 1991 a 2006 presencia-se um aumento nos gastos militares do país. Esse aumento vincula-se ao processo de modernização do exército que o país vem passando, sobretudo a partir de 2002 – ano este que marca a presença de Michele Bachelet, atual presidente do Chile, então no Ministério da Defesa. A contextualização do regime político após o governo do ditador general Augusto Pinochet favoreceu a construção de um novo delineamento na estrutura de defesa, visto o contínuo processo de democratização do país.

Tabela 4.2 Gastos militares do Chile¹³⁴

Gastos Militares em Bilhões de Pesos Chilenos							
1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
[502]	[600]	[693]	[781]	[866]	[965]	1114	1249
1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1367	1502	1615	1765	1743	2216	2463	2809
Gastos Militares em milhões US\$ (constantes 2005)							
1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
[2054]	[2127]	[2180]	[2204]	[2258]	[2343]	2551	2719
1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
2879	3048	3164	3374	3241	4077	4397	4858
Gastos Militares %PIB							
1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
[3.9]	[3.7]	[3.6]	[3.3]	[3.1]	[3.1]	3.2	3.4
1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
3.7	3.7	3.7	3.8	3.4	3.8	3.8	

¹³³ CIA - THE WORLD FACTBOOK. *op.cit.*

¹³⁴ SIPRI. *Military Expenditure Database. op.cit.*



Uma breve retomada: o processo de redemocratização do Chile

Após dezessete anos da nova configuração democrática do país, a linha partidária do governo considerado centro-esquerda de Ricardo Lagos Escobar, conjuntamente com o alinhamento comercial estabelecido com a União Européia, permitiu que a base da política externa chilena adotasse uma linha mais democrática. A partir deste longo processo de inserção democrática é possível compreender a modificação partidária causada pela sucessão de Lagos por Michele Bachelet, a partir da entrada de um partido de esquerda no governo chileno. Esse é um marco para a democracia do país, até então com resquícios do governo ditatorial de Pinochet, dividido pela linha centro-esquerda e direita radical (com vitória no segundo turno de Ricardo Lagos em 2000 de apenas 51% contra Joaquín Lavín, partido de direita, com 48% das apurações¹³⁵).

Com referência à estrutura militar do país, a saída de Pinochet também representa um marco em termos de sua modificação no que tange à subordinação do poder militar ao poder executivo. Segundo os estudos da FLACSO, tais transformações resultaram em três características transitórias: aplicabilidade da lei de anistia, modificação das regras constitucionais no Ministério da Defesa e modernização interna do setor de defesa com o reaparelhamento do exército, profissionalização do corpo militar e operações de paz¹³⁶.

Todas essas modificações na doutrina militar são, pois, diretamente influenciadas pelo processo de democratização e pela maior inserção dos partidos de esquerda no governo chileno, iniciado por Ricardo Lagos e mantido por Bachelet. Assim, a atual presidente do Chile manteve a motivação dos governos democráticos pós-Pinochet em reformular as forças armadas visto o passado histórico que o país viveu diante da repressão da ditadura. É nesse sentido que no *Livro de Defesa do Chile*

¹³⁵ MORALES, N. R. *Por trás do mito chileno*. Disponível em <<http://diplo.uol.com.br/2002-11,a491>> Acesso em: 25 jun. 2007.

¹³⁶ FLACSO:Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais. *La transición de los militares*. Disponível em: <<http://www.flacso.cl/flacso/main.php?page=noticia&code=1241>> Acesso em: 25 jun. 2007.



de 2002¹³⁷ a questão de defesa se articula diretamente aos cuidados do Estado, ou seja, é uma política do Estado, pois tal instituição deve sustentar uma função básica para a população civil, sua preservação, além de cuidar da conjuntura política que envolve as relações externas com os demais Estados. Adicionadas a essa estrutura militar, as condições sociais também permitiram que o Chile pudesse aumentar seus gastos em armamentos militares. O apoio da população civil frente às novas políticas adotadas por Bachelet, como por exemplo, a lei que desobriga o serviço obrigatório militar no país dentro de 5 a 10 anos¹³⁸, permite concluir que a possibilidade de existência do controle militar sobre o controle do poder executivo não represente mais em uma ameaça quanto a volta da ditadura.

Por conta da estrutura específica de financiamento da defesa do Chile, a saber, o destino de 10% do faturamento da indústria cúprica, associado à praticamente inexistente possibilidade de conflitos interestatais tradicionais no cenário conjuntural, a questão macroeconômica e a especificidade do financiamento tornam-se pertinentes para a análise dos gastos militares. Isso demarca sua particularidade em relação aos motivos que levam o aumento dos gastos na Venezuela, por exemplo. A relação de variáveis como o PIB nominal e taxa de câmbio altera consideravelmente a percepção sobre o aumento dos gastos chilenos. Por outro lado, a questão da substituição de armamentos, treinamento do pessoal e setores secundários ao setor das Forças Armadas, devem ser entendidas no marco das relações preferenciais com os Estados Unidos.

Gastos militares do Chile: decisões políticas e potencial econômico

Sobre as questões macroeconômicas, pode-se constatar que o Chile possui uma economia altamente dependente da produção de cobre; e tendo em vista a conjuntura externa favorável às exportações de cobre, principalmente por conta da demanda chinesa, o Chile passa a colher bons frutos de seu recurso estratégico. É desse modo que seu PIB vem crescendo, o que acarreta também em reflexos positivos no tocante à relação crescimento do PIB e o que o governo chamou de modernização. Enquanto tal

¹³⁷ RESDAL - Red de Seguridad y Defensa de América del Sur. *Libro de La Defensa Nacional de Chile 2002*. Disponível em < <http://www.resdal.org/Archivo/d00001fd.htm> > Acesso em: 07 jun. 2007.

¹³⁸ BACHELET, preocupação social e fortalecimento da democracia. *EFE - UOL Notícias*. 15 de jan. 2006 Disponível em:< <http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/01/15/ult1808u57039.jhtm>> Acesso em: 16 de abr. 2007.



modernização assume um contexto mais abstrato em setores como o de educação e de saúde, no caso do setor de defesa, a modernização é materialmente tangível, tornando-se uma política nacional efetiva em termos de recursos e reaparelhamento.

De fato, o Chile mantém, desde 1989, a *Lei Reservada do Cobre*, projeto o qual estabelece a parcela de 10% do valor da produção e comercialização total de cobre no país destinada às Forças Armadas do Chile¹³⁹. Essa lei teve conseqüências políticas fundamentais no marco da transição democrática: foi um dos termos do compromisso estabelecido com a elite militar de modo a garantir a transição e evitar possíveis tentativas de golpe por parte desse setor. Já em termos econômicos, a lei implicou que as empresas mineradoras, principalmente as empresas estatais, financiem significativamente o setor de defesa do Chile. Sem embargo, as empresas privadas participam também de uma fatia deste financiamento, mas de forma limitada por meio de impostos aprovados por lei, como a Lei nº 20.026¹⁴⁰ em que se estabelece um imposto de 0,5 a 5% sobre o faturamento das empresas de médio e grande porte, retidos pelo governo. Ademais, muito embora a lei tenha sofrido modificações ao longo desses anos¹⁴¹, não só destina tais 10% mas também permite que o Ministério da Defesa tome conta do rateio que cada uma das Forças Armadas – Exército, Aeronáutica e Marinha – recebem do governo.

Tal projeto atualmente vem recebendo críticas, especialmente em relação à situação praticamente monopólica da Codelco, maior empresa estatal de cobre. Por conta da lei que preserva o PIB potencial do Chile (isto é, o país expande seus gastos até o limite de não causar gargalos no balanço de pagamentos ou pressões inflacionárias na economia nacional), a Codelco tem controlado os níveis de produção de cobre no Chile de forma majoritária. Tal controle de produção tem imposto significativas barreiras às indústrias privadas, inviabilizando assim seus investimentos que visem uma

¹³⁹ PATTILLO, G. *El Presupuesto de Defensa em Chile: Procesos Decisionales y Propuesta de Indicadores de Evolución*. Disponível em <<http://www.ndu.edu/chds/Journal/PDF/Pattillo-final.pdf>> Acesso em: 26 jun. 2007.

¹⁴⁰ MINISTERIO DE MINERIAS DO GOVERNODO CHILE. *Lei nº 20.026*. Disponível em <http://www.minmineria.cl/pagina.php?seccion_id=316&sub_id=321&cont_id=2026> Acesso em: 28 jun. 2007.

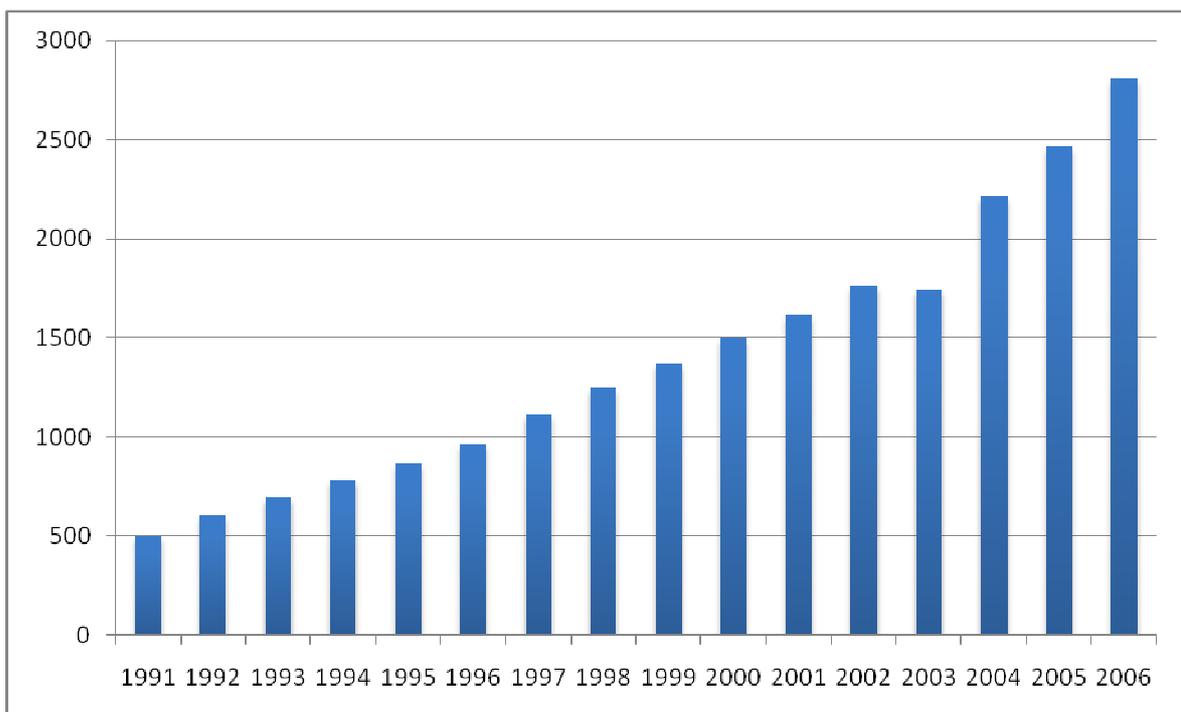
¹⁴¹ Em 1976, 1985 e 1987. GUAJARDO, J. C. *Ley Reservada del cobre: la opción de CESCO*. Disponível em: <<http://www.cesco.cl/index.php?nombre=Categorias&accion=Leer&area=5&seccion=3&id=25>> Acesso em: 25 jun. 2007.



ampliação produtiva. Até porque o aumento dos lucros do setor não tem um caráter qualitativo, mas apenas quantitativo, referente à valorização do preço do cobre - ditado, aliás, pela própria Codelco. Assim, muito embora o PIB do Chile venha crescendo, este não está relacionado com um efeito multiplicador oriundo seja da ampliação da produção, seja da redistribuição dos lucros da Codelco. Todas essas questões colocam em dúvida, pois, a transparência da remessa do montante arrecadado da comercialização do cobre pelo governo às Forças Armadas.

Os gráficos seguintes demonstram o crescimento progressivo dos gastos militares chilenos, particularmente em função do desempenho favorável do PIB (leia-se Lei do Cobre) da década de 1990 em diante:

Gráfico 4.2 Gastos Militares do Chile (em bilhões de pesos chilenos)¹⁴²



¹⁴² Gráfico OFTA. Fonte dos Dados: SIPRI Military Expenditure Database. *op.cit.*



Gráfico 4.3 Gastos Militares do Chile (em US\$ milhões)¹⁴³

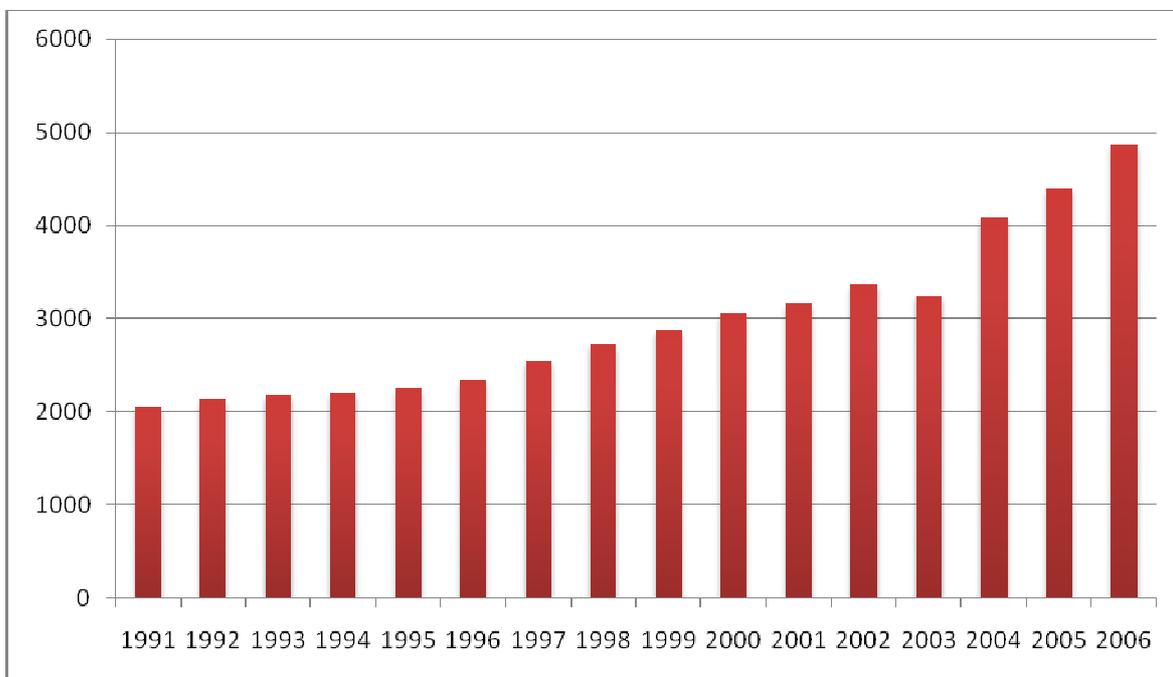
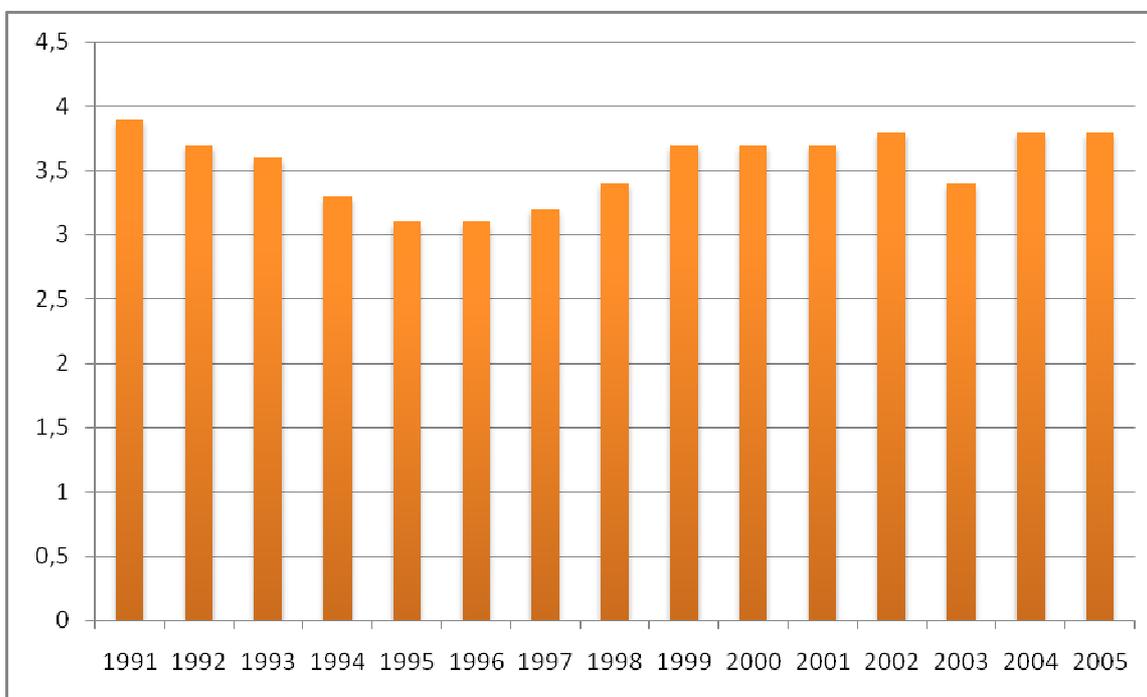


Gráfico 4.4 Gastos Militares do Chile em % PIB¹⁴⁴



¹⁴³ A preços constantes de 2005. Gráfico OFTA.Ibid.

¹⁴⁴ Gráfico OFTA. Ibid.



Nesse sentido, a condição relacional entre gastos militares e PIB é relativamente equilibrada ao longo dos anos, pois há uma porcentagem fixa a ser investida nas Forças Armadas; ao mesmo tempo, esses gastos não comprometem o orçamento para outros setores do governo. Ademais, como a inflação do Chile tem comportamento baixo – 2,6% menor em relação aos demais países da América do Sul¹⁴⁵ – o poder de compra e o investimento privado tornam-se mais elevados, gerando assim um ciclo macroeconômico favorável. Outra condição positiva ao Chile é sua taxa de câmbio valorizada que, combinada a uma política fiscal anticíclica de modo a conter o crescimento baseado nas especulações, possibilitou o desenvolvimento do Chile nos últimos anos a partir da valorização do preço do cobre, expandindo assim, por consequência, os gastos militares. O aumento dos gastos chilenos, pois, tem um caráter eminentemente absoluto, em função da proporção de 10% estabelecida pela Lei do Cobre; pelo resultado do gasto fiscal em defesa proveniente da equação gastos totais / PIB e Lei Reservada do Cobre, este número não se constitui como um aumento do gasto relativo; assim, o índice de gasto militar acompanha as condições macroeconômicas favoráveis que o Chile vem passando.

A indústria de defesa do Chile

Dentre todos os países da América do Sul, o Chile é o que possui uma das indústrias de defesa mais expressivas, composta por empresas estratégicas de modo a suprir algumas necessidades de defesa do país a partir de especificidades em diferentes áreas das Forças Armadas. O complexo estatal de defesa é composto pelas seguintes seis empresas:

- Asmar – fabricação de navios para a frota nacional e estrangeira;
- Enaer – manutenção, reparação e fabricação de aviões, partes e peças;
- Famae – armas de infantaria e munições;
- IGM – Instituto Geográfico Militar;
- SAF – Serviço Aerofotogramétrico;
- SHOA – Serviço Hidrográfico e Oceanográfico da Armada do Chile.

¹⁴⁵ Só perde para o Peru, com taxa de 2,1%. CIA THE WORLD FACTBOOK. *Chile*. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ci.html>> Acesso em: 29 jun. 2007.



Ademais, o país conta com mais 13 indústrias privadas de defesa, a saber:

- CK equipamentos aeronáuticos – empresa especializada em pára-quedas;
- COTACO – estudos e projetos ambientais;
- PROQUILAB – engenharia nuclear e de processos; auditoria e gestão ambiental;
- BORDO e MEDAL – fabricação de medalhas e insígnias;
- ESS-ESC – produção e desenvolvimento de material criptográfico para proteger a rede de comunicação e redes computacionais;
- DESA – sistemas eletrônicos;
- DTS – desenvolvimento e suporte do sistema de defesa;
- RAYSEL – projetos de sistemas eletrônicos aeronáuticos;
- RMS – desenho e fabricação de sistema de defesa;
- SISDEF – soluções de engenharia de sistema de defesa, comercial e industrial;
- RAYLEX – sistema de comunicações;
- MONARCH – confecção de roupas para as Forças Armadas e setor comercial.

Tais empresas possuem sua produção em duas esferas – tanto para as Forças Armadas quanto para o setor comercial. Essa condição permite criar um efeito multiplicador na economia chilena ademais dos desenvolvimentos tecnológicos gerados a partir das *joint-ventures* e outros mecanismos de transferência tecnológica.

Aumentos dos gastos em articulação com a política externa e os conflitos geopolíticos

Mesmo com certo desenvolvimento tecnológico, os gastos militares chilenos estão voltados sobretudo para a importação de artefatos militares. Desse modo é que nesses últimos anos o Chile procurou estabelecer relações comerciais com alguns países da Europa, principalmente com Alemanha, Rússia, França e Holanda no objetivo de reaparelhar suas Forças Armadas, substituindo por artefatos mais modernos os armamentos obsoletos, resquícios do governo ditatorial de Pinochet. Ademais, o Chile tem buscado uma projeção de prestígio nos processos de operações de paz, o que



também exigiu uma reestruturação das Forças Armadas. Por fim, o constante processo de modernização garante a estabilidade e o controle civil sobre os movimentos das instituições militares. É esse o direcionamento principal do aumento nos gastos militares, segundo o *Livro de Defesa do Chile de 2002*¹⁴⁶.

Diferentemente do caso venezuelano, o processo de modernização das forças armadas chilenas não apresenta resistência dos Estados Unidos; pelo contrário, as novas aquisições são compostas basicamente por tecnologia estadunidense. Mas o país conta também com outros fornecedores, particularmente os países europeus, a saber, Alemanha, Rússia e França, Holanda. Suas principais aquisições a partir dessas transformações foram: tanques Leopard, caças F-16, submarinos Scorpene, fragatas Type 23 ex-Royal Navy, blindados de tropas M-113 Lynx, mísseis AIM-9M Sidewinder, AIM-120 AMRAAM, SeaSparrow, Harpoon, Python 5, Derby BVR, Spike MR-LR e bombas inteligentes¹⁴⁷. Outro meio de se obter esses artefatos é por meio de feiras como a LAAD – *Latin América Aerospace & Defense*¹⁴⁸ que ocorre bianualmente (ocorrido em 2007) é possível também reaparelhar o setor de Defesa. Esta feira, não obstante, reúne países expositores de todo o mundo como os Estados Unidos, Rússia, Alemanha, Holanda e Israel, inclusive o Chile que expõe sua capacidade militar através de sua indústria de defesa nacional.

Em resumo, trata-se efetivamente de uma modernização de seu aparelho militar obsoleto, muito embora suas aquisições de artefatos não apresentem um caráter tecnológico preocupante, uma vez que se referem às armas usadas e com grau relativo de depreciação. De fato, a problemática dos gastos militares do Chile é mais de caráter quantitativo, associada à questão da Lei do Cobre, do que eminentemente relacionados a alguma ação ofensiva na região – afinal, as forças armadas chilenas são historicamente conhecidas por sua capacidade de treinamento e busca por tecnologias mais avançadas. Ao mesmo tempo, o aumento dos gastos não denota nenhum grau de politização das forças armadas em caráter ofensivo.

¹⁴⁶ LIBRO DE LA DEFENSA NACIONAL DE CHILE DE 2002. *Parte VI – Análisis del Gasto em Defensa*. Disponível em <http://www.defensa.cl/libro_2002/index.htm> Acesso em: 26 jun. 2007.

¹⁴⁷ MILITARY POWER. *Ranking do poder militar da América do Sul 2006/2007*. Disponível em <<http://www.militarypower.com.br/ranking.htm>> Acesso em: 17 abr. 2007.

¹⁴⁸ LATIN AMÉRICA AERO & DEFENCE. Disponível em <<http://www.laadexpo.com/pt/postshow>> Acesso em: 15 abr. 2007.



Complementarmente, o Chile realiza várias ações em prol da transparência de seus gastos. Sem dúvida, dentre os países da América do Sul pesquisados, é o que mais dispõe para a sociedade civil conteúdos sistematizados sobre seus gastos e política de defesa. Tal ação faz parte do Acordo de Transparência realizado por Chile, Argentina e Peru e Brasil¹⁴⁹, promulgado no Livro de Defesa de 1997, objetivando uma maior transparência nos investimentos de Defesa a fim de se criasse uma confiança mútua entre esses países por meio do intercâmbio de informações e cooperação logística. Outra medida de estabelecer a confiança entre os países da América é a criação de inventário de medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança realizada pelo Conselho Permanente da OEA (Organização dos Estados Americanos)¹⁵⁰. Tais documentos revelam um relatório das atividades de 14 países (exceto – dentre os países da América do Sul – Equador, Paraguai, Suriname, Uruguai e Venezuela) em torno da defesa de cada país.

O único potencial de conflito provém do Peru, que como vimos no capítulo 2, declarou publicamente que o Chile estaria deflagrando uma corrida armamentista na América do Sul. No que tange à conjuntura de 2007, tais preocupações estão minimizadas, face o período conturbado de 2001-2004. Não obstante, a ação ofensiva parece partir muito mais do Peru, por conta da questão fronteiriça, do que propriamente do Chile, cujo projeto de inserção internacional passa pela aliança preferencial com os Estados Unidos e ações em termos de operação de paz no entorno da ONU.

¹⁴⁹ RESDAL - Red de Seguridad e Defensa de América do Sul. *Libro de la Defensa Nacional de Chile Parte III – Política de Defensa*. Disponível em <<http://www.resdal.org/Archivo/chi-02-part3c.htm>> Acesso em: 23 jun.2007.

¹⁵⁰ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Aplicação de medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança*. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/portuguese/fdacsrelat%C3%B3rios.asp#relatorios>> Acesso em: 25 jun. 2007.



4.4. EQUADOR

O Equador, segundo dados do SIPRI tem aumentado seus gastos militares, sobretudo a partir do ano de 2003, em que se observa um significativo aumento não apenas em termos absolutos, mas também em relação ao PIB. Segundo a estimativa, o país gastou cerca de 887 milhões de dólares no ano de 2005; 2,6% de seu PIB.

Tabela 4.3 Gastos militares do Equador¹⁵¹

Gastos Militares em milhões							
1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
209	211	276	291	475	419	499	549
1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
296	266	384	505	739	710	887	[934]
Gastos Militares em milhões US\$ (constantes 2005)							
1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
356	341	385	365	809	678	696	688
1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
353	317	439	578	778	727	887	[908]
Gastos Militares % PIB							
1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1.8	1.7	1.8	1.6	2.4	2	2.1	2.4
1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1.8	1.7	1.8	2.1	2.7	2.3	2.6	

A variação brusca dos gastos militares no Equador representa todo o contexto de instabilidade política, econômica e social que o país vem passando, sobretudo a partir de 2000, com sucessivas crises que afetaram o país. No cenário interno, a percepção desta variação só pode ser compreendida se analisarmos a situação política e social, na qual vários presidentes foram depostos em virtude de insatisfações populares com as reformas estruturais neoliberalizantes. No contexto internacional, a justificativa do aumento dos gastos militares é dada pela necessidade de controle de fronteiras e de

¹⁵¹ SIPRI. *Military Expenditure Database*. op.cit..



manutenção de soberania: a disputa territorial com Peru, a ameaça nacional perante a plantação de coca para o narcotráfico na região Amazônica e seus desdobramentos com a divergência contra o governo colombiano sobre as medidas do plano no combate ao tráfico de drogas denominado “Plano Colômbia”. Soma-se o fato de que a mudança de governo – opositorista ao neoliberalismo, alinhando-se cada vez mais com as idéias do presidente da Venezuela Hugo Chávez de concretizar o sonho bolivariano, trouxe consigo também a preocupação particularmente estadunidense em relação ao aumento dos gastos. Todos esses fatores fazem com que o Equador – país de pequenas proporções se comparado aos demais países da América do Sul, cujo PIB é baseado principalmente na extração de petróleo – tenha investido em gastos militares, sobretudo na última década.

Uma breve retomada: As crises sociais e instabilidade política

Ao observar a história política do Equador, evidenciam-se intensas manifestações populares, como a ocorrida nos últimos 10 anos em que seis presidentes foram depostos pelo legislativo equatoriano¹⁵². Tal insatisfação é denotada a partir de uma população cuja renda per capita atinge \$4,500, segundo dados da CIA¹⁵³, sendo o 141º no ranking da lista mundial de desenvolvimento. Essas condições, associadas a políticas econômicas que pioraram ainda mais as condições de vida do país fizeram com que a pressão popular fosse intensa na história equatoriana.

O Equador se encontra, atualmente, imerso em meio a um contexto de convulsões sociais resultado de uma crise de institucionalidade e governabilidade e, também, de uma crise econômica¹⁵⁴. Seu ápice foi o ano 2004, durante o governo de

¹⁵² GOBIERNO NACIONAL DE LA REPUBLICA DEL ECUADOR. História Constitucional do Equador Disponível em: <http://www.presidencia.gov.ec/modulos.asp?id=130> Acesso em: 16 jun. 2007.

¹⁵³ FACTBOOK CIA. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ec.html> Acesso em: 17 de jun de 2007.

¹⁵⁴ AZUL, Rafael. *Rafael Correa é declarado novo presidente do Equador*. World Socialist Website: 13 de dezembro, 2006. Disponível em: <http://www.wsws.org/pt/2006/dec2006/por1-d13.shtml> Acesso em: 20 de jun. 2007. “O moderado crescimento econômico alcançado neste ano [2006], estimulado pelos altos preços do petróleo (o Equador produz 500.000 barris por dia, sendo que exporta 450.000 ao dia), foi algo ínfimo se comparado à catastrófica queda do padrão de vida. (...) A questão do petróleo tem sido uma fonte de tensão na empobrecida região norte do país, desencadeando protestos nas cidades e vilas da região por causa da destruição ambiental e da contaminação da água potável, em consequência da procura e exploração do petróleo. Em meio às greves e interrupções da produção, o Equador cancelou alguns dos



Lucio Gutiérrez. O presidente foi eleito em 2003, após liderar um movimento popular indígena contra o governo de Jamil Mahuad¹⁵⁵, como uma esperança para a população indígena de ter um governo como o de Chávez na Venezuela, com políticas de cunho social. Porém, isto não ocorreu e o então presidente deu continuidade às políticas neoliberais de seus antecessores, sendo inclusive acusado de tentar implementar uma ditadura após reestruturar, unilateralmente, a Suprema Corte de Justiça. Gutiérrez colocou novos juizes que, por sua vez, anularam os processos administrativos contra os ex-residentes Bucaram e Gustavo Noboa e o ex-vice-presidente Alberto Dahik¹⁵⁶, gerando grande insatisfação popular.

A crise, contudo, se intensifica diante da declaração de Gutiérrez, e em abril de 2005 são decretado o estado de emergência e a dissolução, por um dia, da Suprema Corte de Justiça – isso porque presidente alegou que a causa dos protestos eram os juizes, por não representarem a vontade popular¹⁵⁷. Após tais ações, Gutiérrez é destituído pelo Congresso Nacional, acusado de corrupção e de violação de princípios democráticos. Depois, “abandona o cargo” ao encaminhar-se para a embaixada brasileira e posteriormente para o Brasil, após a concessão de asilo político. Frente o contexto de convulsão social incontrolável, assume o governo do Equador o vice-presidente, Alfredo Palácio que fica no poder até as eleições de 2006.

O atual presidente, Rafael Correa, legou tal cenário de instabilidade política e de convulsão social jamais antes visto na história do Equador e apoiado em um discurso que faz menção ao pan-americanismo de Simon Bolívar e à luta dos povos indígenas por melhores condições de vida, “(...) e chama para a formação de uma “nova ordem” baseada na igualdade entre as etnias, no desenvolvimento ecologicamente sustentável e na renegociação da dívida externa”¹⁵⁸. Vem seguindo, portanto, a linha esquerdista

aluguéis da companhia norte-americana Occidental Petroleum e transferiu-os para a Petroecuador, a companhia nacional de petróleo”.

¹⁵⁵ Durante o governo de Mahuad (eleito em 1998) a realização de reformas neoliberais, elevação de tarifas de serviços e a dolarização da economia levaram a grandes convulsões sociais que obrigaram o governo a declarar estado de emergência. Contudo, a revolta dos indígenas se intensifica e em 21 de janeiro de 2000, um grupo de coronéis, liderados por Gutiérrez, apóiam os indígenas e derrubam o presidente.

¹⁵⁶ CONGRESSO destitui presidente do Equador. *Folha On Line*. 20 de abr. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u83033.shtml>> Acesso em 03 jul 2007

¹⁵⁷ *Ibid.*

¹⁵⁸ AZUL, Rafael. *op.cit.*



adotada por Hugo Chávez da Venezuela e Evo Morales da Bolívia, e ao mesmo tempo, vem cumprindo as promessas realizadas no ato de sua posse.

Correa, a partir do apoio popular, vem realizando algumas reestruturações políticas, sendo que a mais impactante fora a vitória no referendo sobre a criação de uma Assembléia Constituinte com plenos poderes para formular uma nova Constituição. Isso porque foi necessária a expulsão de alguns políticos do poder, como os legisladores que se opunham a essas medidas, fato este que causou expressiva repercussão política e violência já no início de seu mandato como presidente¹⁵⁹. Outra questão relevante no balanço de 5 meses de seu mandato foi a crítica severa da oposição em relação ao alinhamento com o presidente Chávez em relação ao episódio do fim da concessão televisiva. Entretanto, o Equador ainda passa por uma crise e o governo de Correa ainda não conquistou estabilidade política.

As crises econômicas: um agravante político

O Equador possui uma economia pouco desenvolvida se comparado aos demais países da América do Sul. Pela produção econômica setorial, 12% pertence ao setor primário; 22% à indústria; 10% ao petróleo; e 56% de outras atividades¹⁶⁰. O país vem crescendo a 1,3% ao ano e apresenta severos gargalos estruturais, fruto de um modelo de substituição de importações incompleto¹⁶¹. O PIB baixo representa uma modesta taxa de exportações de seus produtos, cerca de US\$ 8,7 bilhões, enquanto a taxa de importações é de US\$ 8,9 bilhões, indicando a dependência econômica externa do país

¹⁵⁹ CORREA assume Presidência do Equador e planeja referendo. *Folha On Line*. 15 jan. 2007 Disponível em : <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u103807.shtml>> Acesso em: 17 jun.2007.

¹⁶⁰ NETO, José Ribeiro Machado. Equador: um novo ensaio bolivariano na contramarcha da integração. *Meridiano 47*, 10 abr. 2007. Disponível em: <<http://meridiano47.wordpress.com/2007/04/10/equador-um-novo-ensaio-bolivariano-na-contramarcha-da-integracao/>> Acesso em: 18 jun. 2007.

¹⁶¹ O “modelo de substituição de importações” constitui-se em um projeto cujo objetivo era construir todos os “andares” da cadeia produtiva simultaneamente, ou seja, completar o parque industrial do país para se superar as reposições de estrangulamento entre a demanda e a produção nacional. Para atender a demanda nacional, o país dependia das exportações, o que lhe conferia uma dependência externa para seu crescimento. É nesse ínterim que o modelo de substituição de importações visava superar tal condição ao autonomizar, assim, o processo de desenvolvimento e criar uma dinâmica endógena de acumulação de capital. Cf. TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.



aprofundada com a implementação de políticas neoliberais; intensifica-se, assim, a dependência de suas exportações de petróleo.

O país é rico nesse recurso natural, o qual corresponde a 40% das exportações e é responsável por um terço das receitas do governo¹⁶². Os Estados Unidos são os maiores parceiros econômicos do Equador, sendo destino de 50,6 % de suas exportações e fonte de 22,1 % de suas importações. Diante deste cenário, a economia do país de fragiliza frente às oscilações do preço desta *commodity* no mercado internacional. Nos anos 1990, o Equador teve uma profunda crise econômica, após sofrer um desastre natural fruto de abalos sísmicos, grande queda no preço internacional do petróleo e reformas neoliberais de ajustes estruturais¹⁶³, a economia equatoriana mergulhou numa recessão com auge em 1999. Um dos ajustes mais intensos foi a dolarização da economia em 2000, visando estabilizar os preços e a inflação. Contudo, tal medida tirou a autonomia do país para formular suas políticas macroeconômicas, subordinando-se às políticas formuladas pelos Estados Unidos por meio do Federal Central Norte-Americano (FED)¹⁶⁴. Estas políticas econômicas favoráveis ao Consenso de Washington alteraram ainda mais as condições econômicas do país, principalmente no que tange à questão do petróleo.

Em 2005 ocorrera um dos mais relevantes acontecimentos para a exportação de petróleo para os demais países. A greve instaurada em duas províncias pela recusa dos trabalhadores em extrair petróleo para o fornecimento dos países estrangeiros, sobretudo para os Estados Unidos, fez com que o Equador criasse medidas de combate à instabilidade social provocada. Em 2007, esta crise volta a ocorrer, face à queda

¹⁶² CIA. *The World Factbook*. *op.cit.*

¹⁶³ A inserção de idéias neoliberais ocorreu a partir de 2000 com a ascensão do presidente Jamil Mahuad, propondo a dolarização de sua moeda; esta desvalorizada - na época 25.000 sucres equivaliam a 1 dólar. Entretanto, as pressões econômicas provocadas por tais determinações fizeram com que líderes indígenas apoiados por generais do exército o depusessem da presidência. A partir deste período, o país sofre com os desdobramentos sócio-econômicos que tal abertura neoliberal provocou até os dias atuais. Cf. GOBIERNO NACIONAL DE LA REPÚBLICA DE ECUADOR Historia Constitucional de Ecuador Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.ec/modulos.asp?id=130>> Acesso em: 16 jun. 2007. .

¹⁶⁴ WRITTEN AGREEMENT BY AND BETWEEN BANCO POPULAR DEL ECUADOR, S.A., *Quito, Ecuador, Banco Popular del Ecuador's Miami agency, the Federal Reserve Bank of Atlanta and the State of Florida Department of Banking and Finance*. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/boarddocs/press/Enforcement/1999/19990625/>> Acesso em: 02 jul. 2007



significativa de produção dos barris de petróleo, atualmente 530 mil barris por dia¹⁶⁵, o que fez com que a economia equatoriana sofresse um pequeno abalo. Fica mais uma vez evidente, pois, a dependência do país em relação ao petróleo: “o Equador é o terceiro maior fornecedor de petróleo sul americano dos Estados Unidos, atrás do México e da Venezuela, e o sexto maior produtor de petróleo da América do Sul”¹⁶⁶.

O petróleo também é vem estreitando as relações Equador-Venezuela. Iniciou-se com a oferta de Hugo Chávez em exportar petróleo ao Equador; depois, a Venezuela tem comprado títulos da dívida pública do Equador, revelando o estreitamento das relações entre ambos os países. Finalmente, tem apoiado insistentemente as negociações iniciadas por Correa visando a volta do Equador à OPEP, já que este país havia se retirado da organização em 1992¹⁶⁷. Tal retorno é interessante para a Venezuela em dois aspectos: primeiramente fortaleceria a ação deste cartel na América do Sul, atualmente representada apenas por este país; depois, porque o Equador ainda possui muitas empresas multinacionais em solo nacional, nas mãos das quais está o petróleo, como por exemplo, a Repsol YPF, que é a maior produtora privada (com uma cota de 11%), enquanto a estatal Petroecuador controla cerca de 46% da produção nacional¹⁶⁸. “Para a Venezuela, é muito importante que o Equador retome sua idéia de voltar à OPEP, pois a produção petrolífera no país está entregue ao capital internacional e às companhias privadas”¹⁶⁹, diz o ministro de Energia venezuelano, Rafael Ramírez. Ao mesmo tempo, para o Equador demarca uma possível reorientação em sua política, agora com um caráter nacional.

Gastos Militares no Equador: a indústria nacional e a manutenção da defesa

Diante de tantos problemas que o Equador enfrenta – de caráter político, econômico, social e fronteiriço – o país ainda mantém uma considerável proporção

¹⁶⁵ OPEP diz que Equador será aceito novamente na organização. *Efe – Folha On Line*. 21 jun. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u306109.shtml>> Acesso em: 05 jun. 2007.

¹⁶⁶ OPEP surpreende... *op.cit.*

¹⁶⁷ *Ibid.* Em março de 2007, a OPEP anunciou que o Equador ainda é membro, ele estava apenas “suspense” e afastado das atividades do cartel, haja visto que nem o Equador nem a OPEP teriam dado continuidade no processo jurídico de saída definitiva do país da organização.

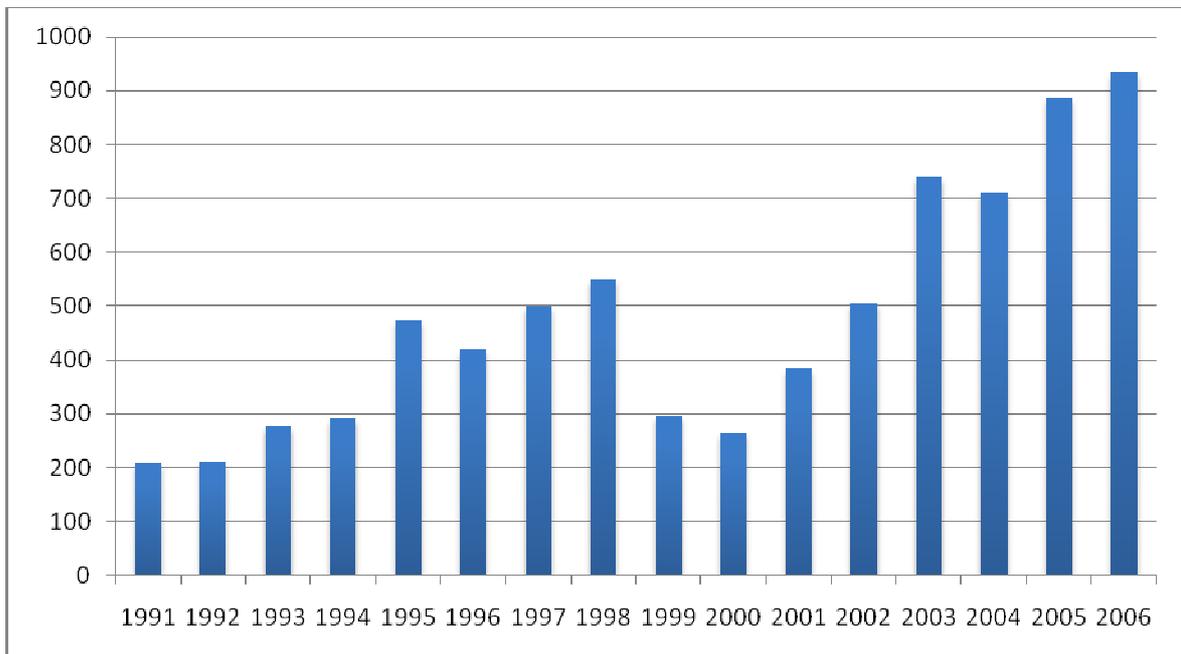
¹⁶⁸ *Ibid.*

¹⁶⁹ *Ibid.*



entre gastos militares e PIB. Segundo dados da CIA, o PIB do Equador é de US\$ 61, 52 bilhões¹⁷⁰, apresentando taxa de crescimento de 4,1%. Em relação ao gasto militar, em 2006 esta variável correspondeu a 2,8% do PIB¹⁷¹. Tal porcentagem é considerada alta se comparar aos demais países da América do Sul, como Brasil e Argentina¹⁷², e pode ser observada nos gráficos a seguir.

Gráfico 4.5. Gastos Militares do Equador (em milhões US\$)



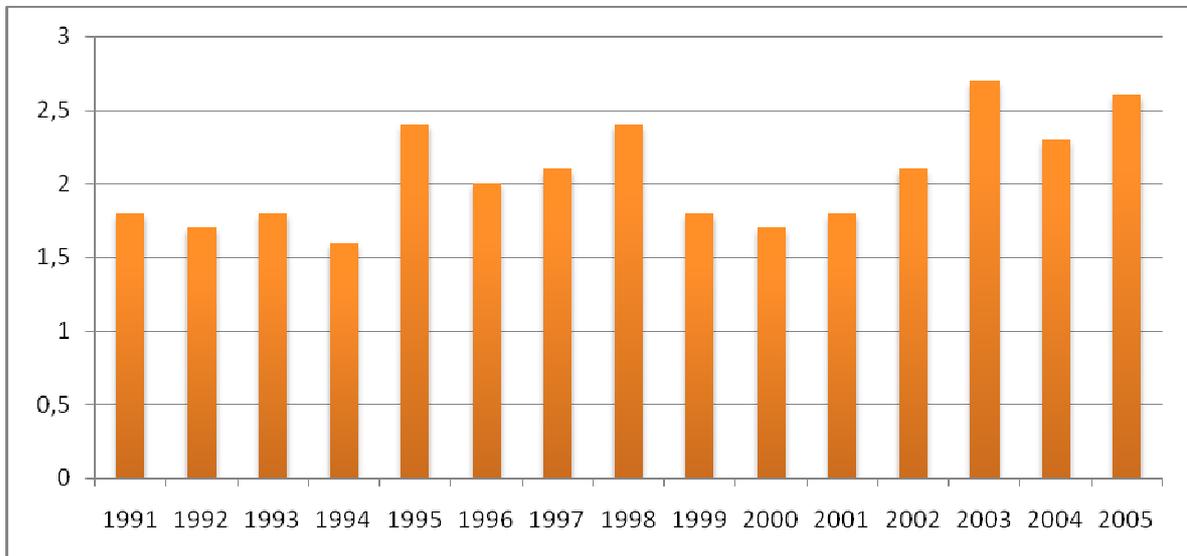
¹⁷⁰The World Factbook – CIA. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ec.html>> Acesso 05 mai. 2007.

¹⁷¹ Ibid

¹⁷² Vide Gráfico 1.1 (Gastos militares em US\$ bi, globais e por região, 1988-2000) e Gráfico 1.2 (Gastos militares em US\$ bi, globais e por região, 2001-2006) do Cap. 1. deste trabalho.



Gráfico 4.6 Gastos Militares % PIB



Em primeiro lugar, deve-se enfatizar que as Forças Armadas do Equador possuem importância fundamental tanto no plano militar quanto nos rumos da economia do país. Isto porque em 1973 foi criado o programa de substituição de importações em que as próprias Forças Armadas se beneficiaram, a partir da produção interna de uniformes militares e artefatos bélicos. Paralelamente, engendrou-se uma estrutura muito específica de financiamento desse setor: “aos poucos, os militares começaram a copiar os grandes grupos econômicos equatorianos, que têm uma carteira de investimentos muito variada”¹⁷³. Assim, criou-se DINE – Direção de Indústrias do Exército – uma corporação industrial e comercial que reúne uma parceria entre as empresas civis e militares. Atualmente, a “*holding* militar” conta com 11 empresas com 2.700 empregados atuando em diferentes áreas como o setor turístico e hoteleiro, empresas aéreas como a TAME¹⁷⁴. Segundo o presidente executivo da DINE, o coronel do Estado-Maior Conjunto Nelson Echeverría Martínez, atualmente a *holding* gera

¹⁷³ MAISONNAVE, Fabiano. *Forças Armadas dominam política e economia no Equador* Folha de S.Paulo 15 out.2006 Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u100942.shtml>> Acesso em: 24 jun. 2007.

¹⁷⁴ Segundo a TAME – Línea Aérea Del Ecuador, a empresa surgiu em 1962 fruto de um projeto das Forças Armadas em para integrar as cidades, além de criar um desenvolvimento econômico, comercial, turístico e cultural para o Equador. Cf. TAME Disponível em: <<http://www.tame.com.ec/tame/institucion2/default.asp>>



emprego direto a 1.648 pessoas, sendo 96% civis e 4% militares¹⁷⁵. O funcionamento dessa corporação proporcionou bons resultados à condição macroeconômica do país. Isto porque parte desses recursos advindos da DINE¹⁷⁶ destina-se à Força Terrestre, ao Instituto de Segurança Social das Forças Armadas (ISSFA) e ao Estado Equatoriano.

Este poder conferido às Forças Armadas, tanto pela questão militar quanto pelo controle econômico da DINE, faz com que se crie uma competitividade entre o setor privado e o militar; dado o peso dessa *holding*, significa afirmar que as Forças Armadas do Equador possuem o controle militar e econômico do país, permitindo assegurar uma excelente posição frente aos rumos políticos do país. Em outras palavras, o executivo necessita do apoio das Forças Armadas, caso contrário, há a possibilidade de pressões militares na dinâmica política civil; razões estas que provocaram algumas de suas deposições de cargos presidenciais.

Conseqüentemente, tal corporação não só tenta fomentar o desenvolvimento sócio-econômico, quanto se torna responsável por parte do financiamento do gasto que as Forças Armadas necessita. É desse modo, pois, que é possível entender a alta porcentagem do PIB equatoriano destinada a gastos militares. Pouco desse montante é destinado, entretanto, à aquisição de artefatos bélicos: segundo dados do SIPRI a compra expressiva de armamentos se verificou apenas em 2005 com a aquisição de 33 artefatos entre aviões e motores advindos de seus principais fornecedores atuais: Brasil, Espanha e Estados Unidos¹⁷⁷. Na verdade, a maioria dos gastos refere-se à consecução de planos de defesa que envolvem as questões fronteiriças no Equador, como veremos na sessão subsequente.

As relações fronteiriças e a militarização: o “Plano Equador”

As relações fronteiriças entre Equador e seus vizinhos são claramente conflituosas. Por fazer parte da região amazônica, um local estratégico de escoamento

¹⁷⁵ MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL DE LA REPUBLICA DE ECUADOR. “Holding Dine genera empleo directo para los ecuatorianos” 25 de Out. 2006. Disponível em: <<http://www.midena.gov.ec/content/view/592/204/>> Acesso em: 23 jun. 2007

¹⁷⁶ No ano de 2006 a corporação industrial e comercial proporcionou ao fisco cerca de US\$ 6 milhões. Id.

¹⁷⁷ SIPRI Disponível em: <http://armstrade.sipri.org/arms_trade/values.php> Acesso em 05 mai. 2007.



de drogas – segundo a Agência Antidrogas Americana¹⁷⁸ (DEA - Drug Enforcement Administration) – além do Equador, a rede de narcotráfico atua na Colômbia, no Peru e na Venezuela¹⁷⁹; desse modo, a tensão faz com que seja reforçado o armamento nessa região. Assim, por ser um local de difícil acesso, o Equador também enfrenta a questão transnacional de migração de civis e também do avanço das FARC, o que facilita a entrada de tropas militares de países vizinhos, agravando ainda mais a tensão na região.

O Equador tem intensificado disputas com a Colômbia em função do narcotráfico e do Plano Colômbia, o qual estimula o fluxo migratório de pessoas fugindo da violência e de narcotraficantes em direção à fronteira norte do Equador (e como já referenciamos, também em direção à fronteira venezuelana), de forma que na região se intensificou as atividades e fluxo populacional migratório. Além disso, é na fronteira Equador-Colômbia em que estão estabelecidos os centros de processamento de coca, tornando essa região parte da rota que escoar parte da cocaína produzida na Colômbia e no Peru para os Estados Unidos e outros lugares do mundo, principalmente por via marítima¹⁸⁰. O acesso, por sua vez, é dificultado pela mata fechada, o que proporciona um menor controle sobre o avanço do narcotráfico na região. Ademais, o plano compreende os impactos ambientais e sociais advindos não apenas da atividade petrolífera na região norte, de predomínio da Floresta Amazônica. Isso porque se observa também na região norte um aumento no contrabando de derivados do petróleo que servem como manufatura para a fabricação de substâncias químicas ilegais o que gera prejuízos para o Estado¹⁸¹. Por outro lado, a economia dolarizada e a fraca restrição à entrada de capitais tornam o país um lugar fácil para lavagem de dinheiro advinda do narcotráfico e corrupção.

Neste contexto, o presidente Rafael Correa lançou o *Plano Equador*¹⁸², uma política de Estado que se baseia na premissa de concepção da segurança humana como resultado de um ambiente pacífico e desenvolvido. Segundo o Ministério da Defesa, “o

¹⁷⁸ DEA - Drug Enforcement Administration “Andean Region and Southern Cone” Disponível em: <http://www.usdoj.gov/dea/pubs/international/andean_region.html> Acesso em 08 jun. 2007.

¹⁷⁹ Ibid. Esses países são responsáveis pelo tráfico e distribuição de heroína e cocaína. As drogas são transportadas via containeres marítimos ou navios de pesca para os Estados Unidos, Europa, México e América Central.

¹⁸⁰ MINISTÉRIO DA DEFESA DO EQUADOR. *Plano Equador – 2007*. Disponível em: <<http://midena.gov.ec>> Acesso em: 09 jun. 2007

¹⁸¹ Ibid.

¹⁸² Ibid.



Plano Equador, frente aos impactos do conflito interno colombiano na sociedade equatoriana, orienta seus esforços com base em um enfoque preventivo, multidimensional e multi-setorial, o qual aponta para as soluções dos graves problemas derivados da pobreza, da exclusão e da violência”¹⁸³. O Plano está voltado para atividades concentradas na fronteira norte do Equador, procurando melhorar a economia das províncias desta região, a qualidade de vida e elevar a presença do Estado de modo a diminuir os impactos do deslocamento dos grandes fluxos migratórios vindos da Colômbia.

É mais do que evidente, pois, que o Plano Equador faz frente ao avanço das Forças Armadas colombianas na fronteira do país, ação essa que poderá ser levada ao Tribunal Internacional de Haia, acusando a Colômbia de fumigações destrutivas e novas invasões fronteiriças, segundo a mídia equatoriana¹⁸⁴. Esse é o primeiro foco de tensão. Mais grave é a projeção de uma série de bases militares denominadas *Forward Operation Locations* (FOLs) em diferentes lugares das Américas – Central e Latina, entre eles a Base de Manta no Equador¹⁸⁵. O uso desta plataforma pelos Estados Unidos originou-se perante um acordo assinado por ambos os países em 1999 ainda no governo de Mahuad. Segundo dados do Congresso Norte Americano em América do Sul¹⁸⁶ (NACLA: *North American Congress in Latin America*, em inglês), os Estados Unidos injetaram no período 2000-2001 um montante de US\$ 458, 7 milhões (cerca de 35% do total destinado ao Plano Colômbia: US\$ 1,3 bilhões), com o objetivo de estabelecer bases militares nos países vizinhos à Colômbia, inclusive no Equador¹⁸⁷. A justificativa para tais investimentos era o de combate ao narcotráfico por meio de treinamento militar em locais estratégicos, bem como ter fácil locomoção da fronteira com a Colômbia e demais países fronteiriços e marítimos, frente à perda da base do Panamá.

¹⁸³ Ibid.

¹⁸⁴ CORREA: Ecuador no aceptará más abusos de Colômbia. *El Universo*. 31 mar 2007. Disponível em: <<http://www.eluniverso.com/2007/03/31/0001/8/B9B5378AC6254D85AD617EF2D7F449AB.aspx>> Acesso em 05 jun. 2007.

¹⁸⁵ Além da Plataforma de Manta havia também a de Beatrix (Aruba) e Hato (Curaçao), no Caribe, e no Aeroporto Internacional de El Salvador, Comalapa, na América Central. BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. “Colômbia: da droga ao petróleo”. *Revista Espaço Acadêmico* ano II nº 9 dezembro de 2002. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/019/19bandeira.htm>> Acesso em: 05 jun. 2007

¹⁸⁶ Cf. NACLA – North American Congress in Latin America Disponível em: <<http://www.nacla.org>>

¹⁸⁷ TATE, WiniFred. “Dentro do complexo andino: Bush II continua com a marcha à militarização” In: NACLA Report on the Américas Vol. 35, No. 3 November/December 2001 Disponível em: <http://www.nacla.org/art_display.php?art=1926&nacla_Session=6ab52bd4fc14e1c7c6d613f48dbbbee2Although&nacla_Session=6ab52bd4fc14e1c7c6d613f48dbbbee2Although> Acesso em: 06 jun. 2007.



Entretanto, diante das constantes invasões, bem como os impactos provocados por essa militarização da região de Manta, como por exemplo, desastres ambientais, crise bancária, depreciação monetária e problemas sociais como violência e prostituição provocaram pressões populares internas e de organizações não-governamentais¹⁸⁸ e fizeram com que Correa reconsiderasse o uso da base do Equador como local estratégico de treinamento às tropas estadunidenses ao não renovar a concessão em 2009¹⁸⁹.

Assim, o aumento dos gastos militares no Equador tem por reflexo tanto o financiamento externo, sobretudo dos Estados Unidos, quanto o gasto militar interno do próprio Equador de modo a equipar as Forças Armadas para a defesa fronteiriça. As atividades propriamente de defesa da fronteira norte chegam a US\$ 21 milhões, mas há outros projetos previstos que chegam a um total de cerca de US\$ 35 milhões, dentre os quais se destacam os planos de Soberania Energética, de Segurança Integral do Sistema Hidrocarbonífero, Desenvolvimento do Tráfego Fluvial entre outros¹⁹⁰.

Em relação à questão fronteiriça com o Peru, o problema parece mais inflamável, à medida que desde a primeira guerra entre os dois países em 1941¹⁹¹, quando o Equador perdeu territórios a leste e sul para o Peru, esta zona

¹⁸⁸ NO BASES – Rede Internacional pela Abolição de Bases Militares Estrangeiras (*International Network for the Abolition of Foreign Military Bases*) – é uma organização que tem por objetivo questionar as bases estrangeiras, sobretudo as norte-americanas. Afirmam que a permanência das mesmas fomentam a expansão do imperialismo estadunidense em todo o mundo, inclusive na América do Sul, que conta com 17 instalações de radares dos EUA na região, principalmente Colômbia e Peru; 4 locais de Segurança Cooperativa em Manta (Equador), Comalapa (El Salvador), Reina Beatrix (Aruba) e Hato Rey (Curaçao); 2 bases militares em Guantánamo (Cuba) e Cano / Palmerola (Honduras). Em março de 2007 formou uma conferência com mais de 400 participantes de 40 diferentes países. Tal encontro foi realizado em Quito, Equador com o objetivo de se opor à manutenção de bases estrangeiras nos países. Disponível em <<http://www.no-bases.org/index.php?mod=basemanta&bloque=4&idioma=es>> Acesso em: 06 jun. 2007.

¹⁸⁹ PIMENTEL, Spensy “Ativistas reunidos no Equador pedem fim das bases militares estrangeiras e denunciam EUA” Agência Brasil 8 de março de 2007. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/03/08/materia.2007-03-08.3224309508/view>> Acesso em: 07 jun. 2007.

¹⁹⁰ Cf. PLANO EQUADOR. *op.cit.*

¹⁹¹ Sobre o questão tensa entre Equador-Peru, o embaixador Ivan Cannabrava afirma que “a progressiva consolidação da penetração e colonização peruanas nos territórios disputados, mercê de seu maior dinamismo econômico e demográfico, agravaria o clima de rivalidade e suspeita mútua e alimentaria sentimento no Equador de ter sido despojado pelo vizinho mais poderoso” de forma que “a eclosão da crise em 1941, em decorrência da escalada de um desses enfrentamentos [fronteiriços], determinou a intervenção decisiva dos tradicionais mediadores e que se tornariam [os países] Garantes (Brasil, Argentina e Estados Unidos, aos quais se juntaria o Chile) (...) [e] pelo Protocolo do Rio de Janeiro de 1942, estabeleceu-se como a fronteira equatoriano-peruana limite que correspondia em larga medida aos contornos históricos da ocupação efetiva de cada país e que fora consagrada na linha do status quo militar



permaneceu litigiosa e com alto potencial de conflitos armados, o que transforma tal área em destino certo de parte do orçamento militar dos dois países. De tal forma que o Equador possui níveis de gastos militares desproporcionais, apesar de ser dono de um território de pequenas proporções se comparado aos países da América do Sul e uma economia dependente das flutuações do petróleo. Tal cenário ocorre devido às questões fronteiriças entre Peru e ao combate à guerrilha colombiana.

Em 1995, um gravíssimo enfrentamento bélico na região fronteiriça, a Guerra do Alto Cenepa¹⁹² (região de disputa bilateral), reacendeu a rivalidade entre os dois países, tornando clara a necessidade de investir em um processo de paz e desenvolvimento na região. Deste ponto de tensão entre ambos resultou, diante a mediação dos países vizinhos, particularmente o Brasil, a Declaração de Paz do Itamaraty em fevereiro de 1995¹⁹³. Dificuldades, no entanto, se apresentaram principalmente em relação à questão demarcatória, levando à postergação do cumprimento da Declaração em razão do quadro de instabilidade interna que os dois países enfrentavam¹⁹⁴. O quadro militar foi estabilizado na região por meio da criação da *Missão de Observadores Militares Equador-Peru*¹⁹⁵ (MOMEPE), composta por Brasil, Chile e Estados Unidos, para efetuar a distensão militar e o fim do litígio.

de 1936. No entanto, divergências na etapa de demarcação desses limites levaram à suspensão pelo Equador dos trabalhos, alegando que o Protocolo: 1. era nulo, pois teria sido imposto sob coação, tendo em vista que as tropas peruanas só desocuparam a totalidade dos territórios invadidos após sua assinatura e: 2. era inexecutável, uma vez que a realidade geográfica não corresponderia ao previsto no seu texto (2)". EMBAIXADOR CANNABRAVA, Ivan, *O Processo de Paz Equador - Peru: 1995-1998* In: SILVA, Raúl Mendes. *Missões de Paz: a diplomacia brasileira nos conflitos internacionais*. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/missoes_paz/port/capitulo11.html> Acesso em: 07 jun. 2007

¹⁹²Op. Cit. EMBAIXADOR CANNABRAVA.

¹⁹³ Ibid

¹⁹⁴ No Peru, temos a reeleição de Fujimori, o qual entrou no governo em 1990 realizando reformas neoliberais e um governo com tendências autoritárias, ao realizar um auto-Golpe em 1992. Foi reeleito com a promessa de estabilidade econômica. Seu segundo governo foi turbulento pelas denúncias de corrupção e escândalos pessoais. Já no Equador, as reformas neoliberais iniciadas no governo de Sixto Durán Ballén (1992) trouxeram recessão e insatisfação popular. Em 1995 o vice-presidente de Ballén foge do país para evitar ser processado por corrupção. Em seguida a guerra de Cenepa com Peru é deflagrada. Assume o governo em 1996, Abdalá Bucaram sob uma base populista o qual é deposto em 1997 por "incapacidade mental".

¹⁹⁵ A Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEPE) foi criada 1995 com o objetivo de ser o órgão executor dos Ministérios das Relações Exteriores de Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos, Equador e Peru, países participantes do Protocolo do Rio de Janeiro. A MOMEPE tinha por função a verificação de movimentos de tropas entre a fronteira Equador e Peru, além de estabelecer e manter uma área desmilitarizada para que facilitasse a tomada de decisão frente aos impasses dos países em conflito. Fonte: Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra Disponível em: <https://www.mar.mil.br/comffe/missao_paz_momepe.htm> Acesso em: 20 jun. 2007



Em 1998, estabeleceu-se o Cronograma do Rio de Janeiro, que cuidaria dos impasses em torno da questão fronteiriça, procurando focar em pontos de convergência e cooperação entre Equador e Peru. Por fim, os Congressos dos dois países aprovaram a solução apresentada pelos mediadores: o Peru cederia terreno na fronteira equivalente à área de Tiwintza, a ser transformada em uma área de preservação ambiental, desmilitarizada e sob gestão bilateral coordenada. Contudo, como as negociações esbarrassem em detalhes considerados “simbólicos”, estabeleceu-se um regime diferenciado sob Tiwintza, pelo “(...) qual o Peru transferiria a posse patrimonial - mas não a soberania - de um quilômetro quadro de território em torno dessa localidade para o Equador”¹⁹⁶. Este acontecimento foi oficializado pela assinatura da Ata Presidencial de Brasília, que sela a paz entre os dois países até os dias de hoje.

Em 2001, Comissão Binacional Peruano-Equatoriana reafirmou o projeto sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança já assinado em 1998, o qual visa “(...) gerar e reforçar progressivamente a confiança mútua para fortalecer a paz e a segurança entre o Peru e o Equador”¹⁹⁷. Tal Comissão deve reunir-se com o intuito de “(...) considerar: a) acordos para a redução substancial e gradual dos efetivos, armamentos e unidades militares presentes na zona fronteiriça; b) o estabelecimento de uma zona de confiança mútua ao longo da linha fronteiriça comum; c) a adoção de um sistema de homologação dos gastos militares em ambos os países”¹⁹⁸.

Pode-se verificar, portanto, que as tensões fronteiriças entre Peru e Equador já ultrapassaram seu ponto crítico, caminhando para uma estabilização. Segundo o presidente do Peru, Alan García, o país não possui “nenhuma reivindicação territorial nem marítima a fazer ao Equador (...) Temos uma fronteira de paz, uma fronteira de segurança que fortalece a amizade de nossos povos. Não existe elemento do qual possam decorrer conflitos, confrontos ou discussões”¹⁹⁹. Como parte dos esforços de

¹⁹⁶ Ibid

¹⁹⁷ Trecho retirado do Documento da Organização dos Estados Americanos/ Conselho Permanente da OEA - Comissão de Segurança Hemisférica. Disponível em: <http://209.85.165.104/search?q=cache:n_0JTJnZy0QJ:scm.oas.org/doc_public/PORTUGUESE/HIST_03/CP11593P08.DOC+Equador+-+Peru+gastos+militares&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=3&gl=br&client=firefox-a> Acesso em: 22 jun. 2007.

¹⁹⁸ Ibid

¹⁹⁹ GARCÍA defende acordo comercial com UE mas Correa mantém reservas. Agência EFE - UOL Economia. 2 de junho de 2007 Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2007/06/02/ult1767u94547.jhtm>> Acesso em 22 jun. 2007.



cooperação, atualmente Peru e Equador compartilham o desejo de fomentar a consolidação do bloco regional Comunidade Andina (CAN) e diversificar os acordos comerciais entre blocos, como é o caso da ampliação de relações comerciais com a União Européia. Para isso, a aproximação entre ambos os países é visível, dada a premissa de cooperação para a cristalização de um bloco mais forte visando maior projeção diante de uma rodada comercial. Outra forma de cooperação surge nas próprias questões militares, quando o termo de transparência dos gastos militares é assinado na OEA a partir da resolução sobre “Fomento da confiança e da segurança nas Américas”²⁰⁰. Assim, a preocupação maior do Equador nessa conjuntura é de pauta transnacional, como o narcotráfico, fruto da rota que passa pela fronteira de ambos. É por esse meio que a concentração dos gastos militares se justifica.

Um breve balanço: As motivações dos gastos militares da América do Sul e o contexto internacional

Ao estabelecer este estudo de caso dos países que vem apresentando um aumento de gastos militares mais expressivos do que se comparado aos demais países da América do Sul – Venezuela, Chile e Equador – podemos esclarecer perceber as motivações destes, tanto interna quanto externamente. Para a primeira motivação, estão as condições macroeconômicas favoráveis e as redefinições em termos de política de segurança e defesa. Para a segunda motivação, estão as condições das relações internacionais, as relações com o hegemonia, a ordem política econômica mundial, e particularmente, os fenômenos transnacionais. Assim, enquanto nas questões internas verificam-se motivações peculiares a cada país, nas questões externas, esta motivação se homogeneíza.

Em relação à motivação interna, deve-se analisar o papel das políticas que condicionam os países a investirem no setor militar. No caso da Venezuela, a vinculação direta entre corpo executivo na figura de Chávez e sua ampliação militar sugere que o montante destinado a esse gesto passa, sobretudo, pela decisão direta do presidente. O Chile, por outro lado, possui uma menor proximidade entre decisões

²⁰⁰ Resolução AG/RES. 1623 (XXIX-O/99) “Fomento de la Confianza y de la Seguridad en las Américas” do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos - OEA. Disponível em: <http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_03/CP11521S04.doc> Acesso em: 23 jun. 2007.



políticas e militares se comparado à Venezuela, mas mesmo assim a reserva de 10% do faturamento do cobre é uma ação estatal decisiva para a manutenção do aparato militar. E o Equador, país cuja relação PIB/gastos militares é considerada alta, possui uma clara vinculação de suas Forças Armadas com o processo desenvolvimentista do país. Trata-se, pois, de destinar os lucros da “holding militar” instalada no país. A vinculação entre economia e setor militar faz com que a motivação interna passe pelo desenvolvimento de seu parque industrial e também da economia como um todo.

Já ao considerar as motivações externas, esta lógica se homogeneiza e se amplia. Ao tratar sobre assuntos históricos, este presente estudo de caso percebeu que as rivalidades entre países, sobretudo problemas fronteiriços, são cada vez mais apaziguadas pelo fenômeno da integração regional. Significa afirmar que, ao observar a conduta dos atores estatais, os conflitos entre destes países vizinhos, no que tange a problemas interestatais, deixam de ser a única variável determinante do aumento dos gastos militares. Há que se considerar também a diversificação do leque de fornecedores de armamentos bélicos para os países de todo o globo, inclusive para a América do Sul, ao passo que os Estados Unidos perdem mercado cada vez mais na América do Sul, bem como suas bases militares localizadas estrategicamente na região. A ascensão de governos considerados de esquerda que deram início ao questionamento de tal posicionamento militar estadunidense na região. E, os discursos destes países, como é o caso de Venezuela, Chile e Equador, começam a se homogeneizar de modo que o “cinturão”²⁰¹ que os Estados Unidos tentam criar na região latino americana começa a perder o efeito. Sobre esta questão, o professor Luiz Alberto Moniz Bandeira,

As bases permitem a manutenção de grandes orçamentos para o Pentágono. Por causa da indústria bélica, do complexo industrial militar nos EUA, eles precisam gastar seus equipamentos militares para novas encomendas. É um círculo vicioso. E qual é o mercado para o consumo dos armamentos? A guerra. Os EUA têm interesse na guerra porque a sua economia depende em larga medida do complexo bélico, para inclusive manter empregos. Há certas regiões dos EUA dominadas totalmente pelo interesse dessas indústrias. Há uma simbiose entre o estado e a indústria bélica. O estado financia a indústria bélica e a indústria bélica necessita do estado para dar vazão aos seus armamentos e a sua produção.²⁰²

²⁰¹ Termo utilizado pelo professor Moniz Bandeira. DEAK, André; PAIVA, Bianca. “Professor Moniz Bandeira diz que EUA têm ‘cinturão militar’ em volta do Brasil” *Agência Brasil* 18 Janeiro 2006 - *Defesanet* 24 Janeiro 2006 Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/notas/abr_mb.htm> Acesso em: 25 jun. 2007.

²⁰²Ibid.



Ao mesmo tempo verifica-se que o manejo frente os conflitos transnacionais é que começam a influenciar cada vez mais na variação dos gastos militares, não apenas de forma quantitativa, mas especialmente qualitativa, em termos do emprego dos recursos. Isto porque problemas transnacionais como ambientais, migrações e narcotráfico perpassam as fronteiras nacionais para tornar-se um problema que atinge o sistema internacional. Sob essas questões trataremos na nossa conclusão.



5. CONCLUSÃO: Um balanço dos focos de conflito interestatal e transnacional na América do Sul

O nosso percurso nesse trabalho foi balizado por duas perspectivas: a primeira, acerca de transformações inequívocas na ordem histórica mundial, a qual contemporaneamente é balizada por um princípio de guerra sem limites; depois, que essa nova estrutura modificou a perspectiva do conflito nas relações internacionais, relativizando seu caráter tradicionalmente interestatal e apontando para novas possibilidades de articulações.

Comparando os focos de conflito regionais em todo o mundo, é possível afirmar que a América do Sul apresenta uma menor propensão a conflitos armados interestatais, sendo conhecida como uma região de tradição pacífica. Várias são as explicações para tal fato; a maioria delas referencia os esforços dos Estados sul-americanos frente às políticas de integração para o constante desenvolvimento econômico da região, o que em tese, diminui a tendência a maiores conflitos²⁰³. Não obstante, a contenção dos conflitos na América do Sul deve ser entendida por uma perspectiva mais ampla, a saber, o histórico processo de disciplina das relações interestatais latino-americanas por meio de seu enquadramento – seja ele consentido ou imposto – às regras das ordens históricas internacionais e conseqüentemente, aos regimes subjacentes a estes. A história endossa que a América do Sul foi e ainda é uma fonte de recursos a todo globo, e portanto, apresenta-se como parte essencial do mecanismo e da reprodução das relações hegemônicas.

São no interior de tal composição estrutural que devem ser entendidas as políticas de segurança e defesa da América do Sul, particularmente no tocante à ordem estabelecida a partir de 2001, consubstanciada na economia e no estado de guerra permanente. Os Estados da região passaram a atender certas medidas que o hegemona entende como imprescindíveis à segurança da região, como por exemplo, procedimentos

²⁰³ De acordo com a perspectiva liberal e o livre-comércio. Cf. ANGELL, Norman A *Grande Ilusão* trad. port. Brasília & São Paulo: IPRI, Imprensa Oficial, 2002.



legais a serem adotados pós-11 de setembro no que tange ao terrorismo e cumplicidade entre agências de inteligência desses países.

Não obstante, a emergência de tensões e conflitos violentos, dentro e fora dos Estados da América do Sul, tem apresentado uma face muito específica: diferentemente dos tradicionais conflitos interestatais que balizavam a ordem anterior, eles envolvem agora questões como diferenças étnicas, desigualdade econômica, exclusão social, entre outros. Crime organizado, tráfico de armas, narcotráfico e migrações ilegais, processos tipicamente transnacionais, são as principais preocupações dos Estados no que tangencia possibilidades de conflito armado não tipicamente entre Estados, mas entre Estados e outros grupos sociais. Isso implica que, embora os desdobramentos de conflitos oriundos desses processos afetem a sociedade civil num primeiro plano, os Estados continuam sendo os responsáveis institucionais pela garantia da segurança ao fazer uso de suas capacidades de força para a contenção e prevenção desses conflitos.

A problemática frente a essa situação compreende o fato de que, de certa forma, as ameaças deste século deixaram de ser tão certas e precisas como na época da Guerra Fria. Atualmente, o inimigo é o incerto. A imprevisibilidade de um atentado ou ação política violenta dificulta apontar até mesmo qual é o problema e o porquê de certos conflitos. A própria produção de armas - provenientes de tecnologias de vanguarda - não possui um "alvo" específico, sendo esta a característica estrutural da economia e do estado de guerra permanente, conforme explicitamos no Capítulo 3. Essa imprecisão exige com que algumas medidas militares derivem de rigorosas análises e de abundantes dados; entretanto, as análises balizadoras da ação estatal não conseguem acompanhar a velocidade dos processos envolvendo uma dada possibilidade de conflito.

Esta realidade contraditória torna-se ainda mais evidente na América do Sul. O mapeamento e o controle da proliferação de focos de conflito esbarram frente seus problemas históricos estruturais: Estados Nacionais pouco consolidados, com articulações muito frágeis entre os setores da burocracia, gerando governos com centros decisores muito centralizados no Executivo; ao mesmo tempo, políticas conduzidas para atender os interesses dos pactos conservadores firmados entre o Estado e as elites econômicas retrógradas; economias com pouco dinamismo e extremamente vulneráveis às vicissitudes do mercado internacional; desenvolvimento tecnológico pífio, dependente da importação e transferência tecnológica controlada por grandes potências;



mazelas sociais densamente expostas pela concentração de renda; enfim, problemas típicos de uma inserção periférica.

Tais características periféricas ajudam a compreender os tipos de conflitos que permeiam a América do Sul, isto é, de caráter transnacional. Tal transnacionalidade consiste nas articulações entre o Sistema Internacional, Estado e forças sociais. Os principais focos de desestabilidade e possibilidade de conflitos na América do Sul são, pois, marcados por um tipo “desintegração” da identidade coletiva, seja ela étnica, de nacionalidade, ou de cultura. Tal desintegração está normalmente associada a baixos índices de desenvolvimento, desemprego, limitada possibilidade de ascensão social e por questões políticas. O papel do Estado tem relevância significativa, haja visto que a ineficiência em prover os meios mais elementares para o desenvolvimento social acaba por contribuir para a emergência de insatisfações sociais em populações vivendo praticamente no vácuo de um efetivo poder político. Ao mesmo tempo, retornamos às dificuldades estruturalmente impostas à superação da condição periférica, o que traz implicações diretas às relações assimétricas perpetuadas pelos mecanismos do sistema internacional. Todos esses elementos são, por fim, amarrados pelas características estruturais da economia e do estado de guerra permanente, cujas articulações consistem no objetivo dessa conclusão que visa articular a ocorrência desses fenômenos transnacionais na América do Sul com a estrutura histórica apresentada ao longo dos capítulos anteriores.

À guisa de conclusão, realizaremos um balanço indicativo dos principais fatores que legam aos focos de conflito na América do Sul um caráter muito peculiar, exigindo assim estruturas analíticas capazes de abarcar com propriedade tal complexidade. Trataremos desses fatores em dois grupos: os elementos interestatais, que compreendem uma breve análise sobre os três projetos mais marcantes de poder, liderança e integração para a América do Sul, a saber, Brasil, Venezuela e Colômbia. Depois, nos voltaremos às articulações transnacionais que começam com o grupo de ação política violenta FARC e nos conduzem à questão da privatização do uso da força.

5.1. A minimização dos conflitos interestatais: enquadramento à ordem hegemônica e projetos de liderança pela integração latino-americana



Os conflitos interestatais típicos ocorreram na América do Sul por basicamente duas motivações: em primeiro lugar, no momento de consolidação dos Estados e conseqüente delimitação das fronteiras nacionais – conflitos esses solucionados ao longo do século XIX; depois, por disputa à posição de aliado preferencial dos Estados Unidos – aliás, tais rivalidades foram significativamente incitadas pelo próprio hegemonia, com o objetivo de evitar uma articulação de resistência entre os países da região. Assim, muito embora as opiniões formadas pelo hegemonia sejam sempre de exacerbação e alerta frente qualquer movimentação contrária à sua ordem e seus interesses – tal foi nossa conclusão evidente frente ao diagnóstico de ‘corrida armamentista’ na América do Sul – a rivalidade existente entre os Estados da região não deixa de ser um comportamento normal de um sistema que valoriza a autonomia e a busca por projeção do poder.

Quando se trata de um possível enquadramento da América do Sul em termos de conflito ou cooperação, é evidente que a realidade dessa região revela uma diversidade de comportamentos e de níveis de cooperação entre os Estados, que revogam a idéia de uma integração regional generalizante e homogênea; muito pelo contrário, a integração regional revela uma manifestação mais comum das relações internacionais que é a diplomacia e o comportamento pragmático, com articulações de interesses expiráveis no tempo e que cuja realização é definida por circunstâncias históricas. A conjuntura atual da América do Sul exprime, nesse sentido, um momento decisivo no que tange à definição dessas articulações de interesses; trata-se de um período de enfraquecimento da hegemonia do modelo neoliberal²⁰⁴, no qual parece demandar um outro modelo de organização social.

É sob essas condições que parece ser possível vislumbrar modelos diferentes de inserção da América do Sul, estratégias oriundas de projetos de política externa de alguns países da região que vislumbram regimes específicos para se lidar com os problemas comuns ao entorno latino-americano. Parecem ser identificados três processos distintos de política e integração: uma nacionalista que coloca resistência à algumas diretrizes do modelo neoliberal e de enfrentamento para com os Estados

²⁰⁴ Cf. SADER, Emir. “Os desafios do pós-neoliberalismo” *Le Monde Diplomatic* Fevereiro 2003. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2003-02,a570>> Acesso em: 22 jun. 2007.



Unidos; uma linha moderada que busca um desenvolvimentismo²⁰⁵ com inclusão social, numa tentativa conciliatória com as regras da ordem econômica internacional; e uma direita conservadora que se pauta no militarismo e no apoio externo para manutenção do modelo neoliberal. Venezuela, Brasil e Colômbia (sob os auspícios da influência estadunidense) são, respectivamente, os principais expoentes dos referidos processos de integração regional. A relação entre essas peculiaridades políticas e a propensão para o conflito interestatal na América do Sul depende avaliar se tais modelos podem se transformar efetivamente em projetos de poder e liderança regional de cada um desses países.

Brasil, desenvolvimentismo e projetos sociais: Desde os tratados entre Portugal e Espanha até o início do século XX, a definição dos limites territoriais preocupava a elite governante brasileira. Somente com a atuação do Barão do Rio Branco que essa questão deixou de concentrar tantos esforços desta elite de brasileiros. Para alguns estrangeiros tais esforços eram provenientes do projeto imperialista brasileiro, como propugnava o argentino Estanislao Zeballos²⁰⁶ – contemporâneo do Barão do Rio Branco, e derrotado por esse último no caso de arbitragem sobre o território de Palmas – defensor do fortalecimento das forças armadas argentinas frente às brasileiras, o que por pouco não resultou em um conflito entre os dois países na passagem do século XIX para o XX.

Zeballos acreditava haver a consolidação de um eixo Estado Unidos-Brasil – tendo em Rio Branco o seu principal articulador – que visava anular o eixo Argentina-Inglaterra. Tais eixos poderiam realmente existir, mas Zeballos dava muita importância a essa visão, o que condicionava seu pensamento ao belicismo. No entanto, as visões contrárias às de Zeballos estavam tomando cada vez mais força na Argentina e o Barão do Rio Branco soube muito bem se aproveitar disso, de modo a retomar a paz entre os países. Ele, sabendo que um ex-presidente argentino – Julio Argentino Roca – era favorável às relações amigáveis de seu país com o Brasil, tratou de convidá-lo para um

²⁰⁵ Desenvolvimentismo foi um legado importante das teorias cepalina, da dependência e do capitalismo tardio, como expõe professor de economia Renato Perim Colistete Cf. COLISTETE, Renato Perim. "O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil". *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 41, 2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 jun. 2007

²⁰⁶ FRAGA, Rosendo. "O olhar adversário". *Nossa História*. Nº25. Vera Cruz: São Paulo, 2005. pp. 28-29



encontro com outras líderes políticos no Brasil. Desta forma, a impressão que foi transmitida para a Argentina não era a de um Brasil belicista, mas sim um país interessado na cooperação. Criou-se, portanto, uma situação insustentável para Estanislau Zeballos, que em 1908 renunciou a seu cargo de ministro. Neste momento, emergia uma nova perspectiva de relacionamento para as duas nações²⁰⁷.

A definição do contorno do Brasil foi um fator muito importante para a geopolítica da América do Sul, pois conferiu maior estabilidade às relações bilaterais que envolviam o maior país do continente. Tal fato fica exposto no caso da arbitragem sobre o território de Palmas – enquanto Chile, Bolívia, Paraguai, Argentina, Venezuela, Colômbia e Peru têm até hoje algumas zonas fronteiriças litigiosas entre si – o que proporcionou ao Governo brasileiro uma maior margem de atuação em sua política externa para a América do Sul e, por conseguinte, promoveu a sua projeção sobre o continente. Outro fator que tornou esse projeto brasileiro viável foi o pujante crescimento a qual foi acometida a economia brasileira a partir da Era Vargas, com as primeiras tentativas de deslocamento do eixo dinâmico da economia para a indústria e para o desenvolvimento de um mercado interno mais consistente. A enorme pujança da economia brasileira, em relação aos seus vizinhos, faz com que qualquer movimentação represente grandes impactos nas economias sul-americanas²⁰⁸.

A história do Brasil é repleta de demonstrações de seu interesse em projetar-se como liderança política (por vezes também militar) no continente sul-americano, um interesse ainda residente em nossa política externa atual, embora ao longo da história brasileira tais projetos tomaram matizes diferentes. Tais projetos de liderança foram certamente possibilitados pela base material muito mais ampla e consolidada frente aos demais países sul-americanos, o que lhe confere maior atratividade econômica e um maior poder de barganha com seus vizinhos. Tais elementos foram importantes na conjuntura da década de 1990, particularmente permeada por crises e reestruturações políticas e econômicas. Nesta década houve um significativo incremento nas transações comerciais entre Brasil e seus vizinhos, bem como a consolidação de projetos antigos,

²⁰⁷ Id. Ibidem pp.29-31

²⁰⁸ MARINGONI, Gilberto “Após 12 eleições, para onde vai a América do Sul?” Carta Maior Internacional 6 dez. 2006 Disponível em: <http://www.agenciacartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=13030> Acesso em: 27 jun. 2007.



como o gasoduto Brasil-Bolívia e a criação do Mercosul²⁰⁹. Cabe ressaltar que a Petrobrás teve sua inserção efetiva na América do Sul neste mesmo momento, passando a atuar na Argentina, Bolívia, Equador, Chile e, mais recentemente, no Uruguai, Paraguai, Peru e Venezuela²¹⁰. Sendo a principal empresa controlada pelo Estado brasileiro, não é de se duvidar que seja um baluarte de sua política externa para a América do Sul. Fica evidente, assim, como a partir desse período a projeção econômica ganha peculiaridade em termos de projeção de poder.

As duas últimas décadas também deixam evidente que o desenvolvimento econômico almejado pelo Brasil se dá através de uma inserção na ordem financeiro-produtiva (mais financeira que produtiva) neoliberal global, em que as políticas econômicas fiscal e monetária estão restritas a uma margem que não coloca em risco a credibilidade externa do país e que, ao mesmo tempo, ata as mãos do Estado com relação à resolução de problemas sociais internos, como a crônica desigualdade social. O processo de internacionalização do capital e do Estado, uma das faces da própria retomada da hegemonia estadunidense, reproduz na periferia “uma extraordinária contra-revolução liberal-conservadora, que para nós quer dizer regressão produtiva, mais exclusão social e a volta redobrada da dependência externa”²¹¹.

A ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva ocorreu no contexto descrito no parágrafo acima. Apesar das perspectivas esperadas de mudança, o governo de Lula não contestou o modelo político-econômico vigente no país. Aliás, ainda em sua candidatura já estavam expressas na “Carta ao povo brasileiro” que seu governo não passaria por uma ruptura às regras da ordem econômica internacional, de modo a não afugentar os capitais especulativos e os investidores, ou seja, garantir a credibilidade externa de seu governo²¹²: “Seu objetivo estratégico não é construir o socialismo, é ‘destravar o

²⁰⁹ Cf. MERCOSUL Disponível em:

<<http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/pt/index.htm>>. Acesso em: 27 de jun. 2007. PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:

<<http://www2.camara.gov.br/comissoes/cpcms/siglar2/g/GASBOL.html>>. Acesso em : 27 de jun. 2007.

²¹⁰ Cf. PETROBRÁS Disponível em:

<http://www2.petrobras.com.br/portugues/ads/ads_AtuacaoInternacional.html>. Aceso em: 27 de jun. 2007.

²¹¹ MELLO, João Manuel Cardoso de. “Prólogo”. In: TAVARES, Maria Conceição e FIORI, José Luís (orgs.). *op.cit.*

²¹² Cf. CARVALHO, Carlos Eduardo. *Governo Lula, o triunfo do neoliberalismo*. Agência Carta Maior, 24 abr. 2004. Disponível em



capitalismo' brasileiro"²¹³. Ao mesmo tempo, manteve a perspectiva social, mas agora atrelada a programas específicos de elevação artificial da renda.

É nesse sentido que o Brasil, por ter uma visão de política externa declaradamente baseada nas tradições pacifista, jurídicista e pragmática²¹⁴, apresenta uma maneira peculiar pela qual conduz seus projetos de liderança. Sua projeção na América do Sul se dá, portanto, pela articulação dos interesses produtivos e financeiros nacionais e internacionais, que culminou em um processo frágil de crescimento, de cunho *stop and go*. A falta de recursos materiais para sustentar aliados na região em prol de uma liderança hegemônica impõe dificuldades à essa projeção brasileira, a não ser a partir de um discurso atrelado ao engajamento aos regimes internacionais. Uma liderança do Brasil na região indicaria, provavelmente, um processo de integração sob um viés prioritariamente econômico para a América do Sul na qual o desenvolvimento sustentável deve resultar da moderação entre os ditames internacionais e controle de choques provenientes da desigualdade social.

*Venezuela, bolivarismo e rompimento com o ideário neoliberal: Uma diferente (embora não tão nova) via de integração para a América do Sul se impôs com a projeção da Venezuela de Hugo Chávez e sua revolução bolivariana. A proposta de Chávez surge em um período em que os sustentáculos do neoliberalismo mostram-se fragilizados em quase a totalidade das sociedades sul-americanas, desejosas por um modelo menos agressivo socialmente. Tal fragilidade é apresentada mesmo por periódicos estadunidenses, como o *The New York Times*, em seus artigos sobre o continente nos últimos anos. Alguns exemplos: "Latin Allies of the U.S.: Docile and Reliable No Longer", "Letter from South America"; *Opposition to U.S. Makes Chávez a Hero to Many*" e "Bush Faces Tough Time in South America"*²¹⁵. Esses artigos, assim como muitos outros do *New York Times* e de vários outros periódicos em todo o mundo,

: <http://www.agenciartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=1574> Acesso em: 27 jun. 2007.

²¹³ FIORI, José Luis. Debata Aberto: *De volta para o futuro*. Agência Carta Maior. Disponível em: <http://www.agenciartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3499> . Acesso em: 27 jun. 2007.

²¹⁴ Cf. CERVO, Amado Luiz. "Tendências da Política Exterior do Brasil". In CERVO, A. L. (Org.) *O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora UnB, 1994. O autor faz análise bastante sucinta das tradições pacifista, jurídicista e pragmática, presentes na política externa brasileira.

²¹⁵ THE NEW YORK TIMES. Publicados, respectivamente, em 09/01/04, 01/06/05 e 02/12/05. Disponíveis em: <<http://www.nytimes.com/>> Acesso em: 28 jun. 2007



ênfatisam o recuo do neoliberalismo e da influência dos Estados Unidos na América do Sul no século XXI.

Ligado a este fato está a ascensão dos partidos de esquerdas em quase a totalidade do continente por meio de processos democráticos, de modo que colocam como inquestionável a legitimidade dos novos governos. Apesar das críticas à democracia, é importante reconhecer seu progresso pelo simples fato de um subterfúgio, o golpe de estado, não figurar mais como um ferramental viável das elites na manutenção do *status quo*²¹⁶ (como o próprio caso venezuelano, em que houve tentativa de deposição de Hugo Chávez no ano de 2002). Por esta razão, o discurso bolivarista de Chávez não só tem ampla aceitação nas sociedades mais afetadas pelas mazelas sociais, mas também adotou ações nacionalistas e protecionistas, como as estatizações, centralização e política externa agressiva. É inegável que essas ações defenderam a renda e a certa recuperação social no país.

Não se pode negar a base material que sustenta tais políticas: a utilização de parte da receita petrolífera para o auxílio de nações sul americanas na superação de crises e fragilidades econômicas. Em termos de conquista de aliados que dêem suporte a uma projeção hegemônica da Venezuela, essa questão é fundamental – aliás, essa é uma das críticas à fragilidade da liderança brasileira na região, a saber, os insuficientes incentivos materiais destinados aos países vizinhos. Chávez, por sua vez, parece estar se articulando nesse sentido. Comprou o bônus de dívida pública Argentina, somando 2,5 bilhões de dólares entre 2005 e 2006²¹⁷; como vimos no capítulo 4, fez o mesmo com parte da dívida equatoriana; sem contar as parcerias no setor petrolífero com o próprio Equador, ademais da atuação da PDVSA na Bolívia. Certamente estes são instrumentos importantes para a projeção venezuelana no continente.

A liderança da Venezuela na América do Sul representa, então, uma rejeição crescente aos postulados neoliberais e à influência externa (principalmente a estadunidense). Fomenta uma lógica centralizadora e nacionalista para os Estados periféricos, na busca por consolidação de uma identidade nacional e, como proposta,

²¹⁶ Muito embora a ascensão de um líder de esquerda não significa uma ruptura com algum pacto de elite, vide o próprio caso brasileiro. Cf. Arantes, Paulo Eduardo. *op. cit.*

²¹⁷ BENEDETTI, Rubén. “Chávez compra más deuda argentina” *Hispalibertas* 17 de mai. 2006 Disponível em: <<http://www.hispalibertas.com/noticias/2006/05/17/chavez-compra-mas-deuda-argentina.html>> Acesso em: 29 jun. 2007.



uma identidade latino-americana. Essa participação só se torna efetiva com a expansão da base fiscal do Estado, de modo que as estatizações tornam-se ferramentas imprescindíveis. São nesses termos que a revolução bolivariana empregada por Chávez é politicamente mal vista pelos Estados fortes, pois coloca certas resistências ao comportamento até então disciplinado da região: daí as acusações de populismo²¹⁸ e fonte de ameaça e desestabilidade no continente sul americano. Por outro lado, cada vez mais os países periféricos tornam-se adeptas de Hugo Chávez, não apenas na América do Sul, bem como ao redor do mundo²¹⁹, vide o alinhamento com Cuba, as aproximações com China e Rússia, e as empreitadas frente ao Irã.

Colômbia, laboratório²²⁰ para estratégias 'antiterroristas' e ponta de lança da manobra estadunidense: a articulação das perspectivas de conflito interestatal: As mazelas da sociedade colombiana exacerbadas pela violência e miséria fizeram com que o país tomasse um rumo distinto dos demais países da América do Sul, sendo um contraponto nas movimentações da região. É palco de pesada e declarada influência estadunidense, com um governo ultraconservador muito popular, que governa o país em estado de sítio através do auxílio militar e financeiro dos Estados Unidos em nome da luta contra as forças para-militares e os narcotraficantes sob a égide do Plano Colômbia. Álvaro Uribe, reeleito em 2006, tem neste plano o principal baluarte de seu governo. Visando o combate às FARC, ao narcotráfico, à redução das forças paramilitares e ao retorno da segurança pública, Uribe realiza, entretanto, uma crescente militarização do país, alegando que somente com o fim da guerra civil a economia e os pilares da democracia na Colômbia serão reforçados. Para a realização deste Plano, Uribe conta com 1,3 bilhões²²¹ de dólares do governo estadunidense, que acredita estar contribuindo para a Colômbia "a lutar contra o comércio ilícito de drogas, a aumentar o domínio da

²¹⁸ Não entrando no mérito de uma definição para governo populista, nem estabelecendo um juízo

²¹⁹ Cf. GALL, Norman "Grande tour de Hugo Chávez". O Estado de S. Paulo 08 de out. 2006. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=270276&Imp_rime=on> Acesso em: 28 jun. 2007.

²²⁰ Termo utilizado por CAIPIRINHA, Luis. *Laboratório de Dominação: Colômbia, uma guerra silenciada*. Agência Carta Maior, 01 de março, 2007. Disponível em: <http://www.agenciartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=13596>. Acesso em: 05 jun. 2007.

²²¹ U.S. DEPARTMENT OF STATE. *Support for Plan Colômbia*. In: Disponível em: <<http://www.state.gov/p/wha/rt/plnocol/>> Acesso em 28 jun. 2007



lei, a proteger os direitos humanos, expandir o desenvolvimento econômico, regulamentar a reforma judiciária e buscar a paz”²²².

A argumentação dos Estados Unidos deixa claro que a sua participação na Colômbia vai muito além da mera cooperação militar no combate ao narcotráfico e às FARC. O Plano Colômbia é hoje a principal ferramenta de atuação e entrada e difusão da presença norte americana na América do Sul. As freqüentes acusações de assassinatos de líderes de esquerda em uma guerra de extermínio e o envolvimento com os paramilitares²²³, são os principais exemplos da opinião dissidente, que floresce em várias páginas da internet e publicações alternativas, mas obviamente, tais questões não são suscitadas nos principais veículos midiáticos colombianos.

De fato, a dificuldade que o governo colombiano tem para lidar com seus assuntos internos debilita a afirmação de que a Colômbia exerça um papel de liderança regional, ou que apresente uma proposta explícita de integração regional na América do Sul. Concluindo, sobre essa terceira via para a integração da América do Sul, pode-se dizer que não existem chances efetivas de uma preponderância colombiana, tanto pelos problemas internos quanto pela conjuntura desfavorável ao modelo adotado pela Colômbia. Por outro lado, existem uma articulação fundamental que está sendo engendrada no interior da Colômbia e que pode deflagrar algum conflito interestatal na América do Sul, ambos relacionados com a intervenção do hegemonia.

Em primeiro lugar está a função laboratorial que a Colômbia vem exercendo para os Estados Unidos a partir do Plano Colômbia. A partir do fornecimento de armamentos, entre outros investimentos militares, realiza-se treinamentos e verificações empíricas para o emprego de táticas militares de combate à guerrilhas. A criação desse conhecimento tácito consiste em um aspecto fundamental da estratégia de segurança dos Estados Unidos no cenário de uma ação militar na América Latina visando não cometer novamente o fiasco da Guerra do Vietnã. Depois, a função laboratorial reflete o fato de que a Colômbia tem sido a ponta de lança para uma manobra dos Estados Unidos na região frente às novas articulações e alianças realizadas por Chávez. O cenário de que pode haver uma intervenção militar na região por parte dos Estados Unidos pode ser

²²² Id.

²²³ CARAPINHA, Luiz. *op.cit.*



considerado factual na medida em que se estrangulam as relações Venezuela-Estados Unidos.

O que ocorre na Colômbia do século XXI remete à história da América do Sul nas décadas de 1960-70, fruto da Doutrina Truman e da Guerra Fria, em que, por temer a proliferação do comunismo em seu ‘quintal’, os Estados Unidos fizeram valer toda a sua influência, quase que ditando os rumos que para a América do Sul, como no envolvimento dos golpes militares que derrubaram os Governos de Allende no Chile de 1973 e de João Goulart no Brasil de 1964. O clima de guerra interna tem sido proliferado tanto nos Estados Unidos, quanto na Colômbia, quanto na própria Venezuela. O desenrolar dessa questão deve ser observado atentamente, pois trará contrapontos importantes para o posicionamento brasileiro, que provavelmente fará papel de mediador.

5.2. A face transnacional das relações sul-americanas

À guisa de encerramento desse trabalho, apresentaremos a seguir um esboço do estudo a ser desenvolvido pelo OFTA no segundo semestre de 2007, a saber, a relação entre grupos de ação política violenta, as políticas estatais de combate a tais grupos e a questão da privatização do uso da violência pela posse civil de armamentos. Essa questão articula-se com os elementos levantados nas sessões anteriores dessa conclusão. Trata-se ainda das primeiras linhas de nossa investigação, na qual traçaremos aqui um breve esboço, levantando as principais fontes problemáticas, de modo a já suscitar um debate profícuo sobre o tema.

Observamos como o foco crucial inicial de conflito transnacional a atual situação da fronteira Colômbia-Venezuela, exemplo significativo das articulações entre o sistema internacional, Estado e forças sociais. Três grupos distintos atuam na região: de um lado, os paramilitares das “Autodefesas Unidas da Colômbia” (AUC) com aval do Presidente Uribe²²⁴, de outro, membros das “Forças Armadas Revolucionárias da

²²⁴ Em entrevista, o colombiano José Miguel Sánchez, ex-guerrilheiro do M-19 denuncia que “as AUC transformaram-se em uma organização empresarial diversificada. Por exemplo, através de laranjas têm assumido o controle do contrabando de gasolina na fronteira, um negócio fantástico graças ao desnível de preços que existe. Na Venezuela, devido ao subsídio estatal, a gasolina é vendida a 400 pesos colombianos, contra 6000 pesos, que é o preço de venda na Colômbia. Outra atividade que permite que eles ajam nos dois lados da fronteira é o mercado da morte, como costumamos chamar, que consiste em oferecer a mão-de-obra dos seus mercenários aos latifundiários venezuelanos para eliminar dirigentes



Colômbia” (FARC) e do “Exército de Libertação Nacional” (ELN). E nesse mesmo espaço, precisamente na região Guajira, os Wayuu, índios estabelecidos na fronteira dos dois Estados, convivem com essa realidade sem se importarem com as questões de ‘interesse nacional’. Segundo José Sánchez, ex-guerrilheiro do M-19, esses grupos vivem sob a possibilidade de uma intervenção estadunidense mais assertiva.

“A maior ameaça para a revolução bolivariana não provém de um hipotético, mas que não está descartado, desembarque militar dos Estados Unidos no norte venezuelano. O ponto mais vulnerável da defesa venezuelana está na região oeste do país, situado nos mais de 2000 km de fronteira com a Colômbia, onde os ‘paracos’ (paramilitares colombianos) mandam e desmandam tranqüilamente porque têm o controle dos pontos de passagem vitais”²²⁵.

Dadas as estruturas e meios de ação de guerrilha, ambos os grupos são classificados pelos Estados Unidos e pela União Européia como núcleos terroristas. Tal classificação, entretanto, não é legitimada pelos representantes desses grupos. Autodenominando-se opositores do governo, prezam objetivos similares no que tange à promoção do bem estar da população colombiana e da democracia. Todavia, ao se considerar que grande parte da renda de subsistência desses grupos advém do seqüestro e de civis, os objetivos tornam-se questionáveis. Segundo a *Fundación País Libre*²²⁶, um organismo privado de combate a seqüestros, o grupo ELN seqüestrou entre 1996 e 2006 o total de 5.374 pessoas, correspondendo ao segundo grupo que mais comete

agrários que lutam pela aplicação da lei de terras promulgada em 2001. Centenas de dirigentes camponeses foram mortos nos últimos anos.(...) A base do poder das AUC são os latifundiários. Álvaro Uribe é a síntese dessa aliança de interesses: sua candidatura foi respaldada explicitamente pelas AUC, ele mesmo é membro de uma dinastia de latifundiários e *seu pai, envolvido com o narcotráfico, foi assassinado nos anos 1980*, em um acerto de contas mafioso, por Pablo Escobar, histórico capo do cartel de Medellín, que também acabou morto nos anos 90.” Cf. VELÁSQUEZ. P. *Fronteira Colômbia-Venezuela: onde mora o perigo*. Agência Carta Maior. 29 de janeiro, 2006. Acessado em 07 de junho de 2007. Disponível em:

<http://www.agenciartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=9845> . Acesso em: 17 de jun. 2007. É importante ressaltar que a Colômbia hoje é a maior recebedora de ajuda estadunidense depois do Oriente Médio e do Afeganistão. Desde 2000, os EUA já desembolsaram cerca de US\$ 4,7 bilhões no combate ao tráfico de drogas e guerrilhas de esquerda na Colômbia.

²²⁵ Ibid.

²²⁶FUNDACIÓN PAÍS LIBRE. *Estadísticas generales del secuestro en Colombia enero de 1996 - diciembre 2006*. Disponível em:

<<http://www.paislibre.org/images/PDF/secuestroestadisticasgenerales%202006%20org.pdf>>. Acesso em: 07 de junho, 2007.



seqüestros na Colômbia, com 23,22% do total. As FARC são pioneiras na lista, com 6.727 seqüestros, 29% durante os últimos 10 anos²²⁷.

A atividade desses grupos continua dinâmica frente à dificuldade em se alcançar a reciprocidade do governo; a despeito das tentativas de negociação, ambos os atores não possuem o mesmo ponto de partida e tampouco os mesmo objetivos. O governo procura coagir os grupos à rendição pelo emprego da força militar ao passo em que os grupos insistem na tomada do poder ou na emancipação de sua região. O ELN, após cinco tentativas fracassadas de negociação com governo, conquistou o primeiro avanço no que tange à tentativa de um cessar fogo na reunião de Havana²²⁸. A princípio, a Comunidade Européia ofereceu US\$ 400 milhões para sustentar a tropa da ELN, o que foi entendido como uma alternativa para atingir a resolução do conflito²²⁹. Já em relação às FARC, as negociações avançam com dificuldades. As duas vertentes persistem na liberação de reféns e as FARC se prontificam a encontrar negociadores do governo apenas se este desmilitarizar duas regiões estratégicas, Florida e Pradera²³⁰.

A princípio, não há qualquer indício de rendição por parte dos guerrilheiros, que continuam auto-sustentáveis em função de sua ligação com o tráfico de drogas e captura de reféns – muito embora tenha se minimizado essas fontes materiais de sustentação por conta das políticas de Uribe. Mas um aspecto que pouco é analisado é como esses grupos adquirem seu principal meio de combate, isto é, armamentos e outros artifícios bélicos. Nossas pesquisas apontam alguns indícios: em junho de 2007 foi aprisionado um grande traficante de armas – Monzer Al Kassar – quando negociava com agentes infiltrados nas FARC um grande arsenal para o grupo guerrilheiro. Tal como Kassar, há vestígios de outros fornecedores ilegais como o ex-chefe do serviço de inteligência do

²²⁷ GUERRILLA endurece posición frente a gobierno colombiano. *El Nuevo Herald* apud *Laboratório de Estudos do Tempo Presente*. 04 de março, 2007. Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=1921&Itemid=117>. Acesso em: 26 de jun. 2007.

²²⁸ Representantes do governo e do movimento do ELN se reuniram em Cuba visando negociar interesses para a resolução do conflito.

²²⁹ LUCES y sombras. *Portal Cambio*. s/data. Disponível em: <http://www.cambio.com.co/paiscambio/politicacambio/721/ARTICULO-WEB-NOTA_INTERIOR_CAMBIO-3522282.html>. Acesso em: 26 de jun. 2007.

²³⁰ FARC dicen que no hablaron con Francia para liberar a 'Granda' y reiteran su exigencia de despeje. *El tiempo*. 12 de julho, 2007. Disponível em: <http://www.eltiempo.com/conflicto/noticias/ARTICULO-WEB-NOTA_INTERIOR-3592375.html>. Acesso em: 24 jun. 2007.



Peru, Vladimiro Montesinos, dois irmãos peruanos, um financista francês, um traficante de armas libanês, Sarkis Soghanalian²³¹.

Percebe-se, pois, que a movimentação e a sustentação desses grupos dependem fundamentalmente de uma rede transnacional. Alguma intervenção estatal parece emergir agora com a questão das novas aquisições de Chávez. A compra de fuzis AK-47 da Rússia por parte da Venezuela, bem como o início da produção de munições deste artefato para substituir os 100 mil FAL (fuzis americanos) que as FAN até então utilizava geraram polêmicas. Isto porque tal armamento é utilizado somente pelas Forças Armadas de Cuba e pelas FARC. Segundo o professor da Universidade Central da Venezuela Andrés Serbin,

Chávez agora está causando um desequilíbrio em função de sua idéia de que tem de enfrentar os EUA. Não creio que comprar 100 mil fuzis AK-47 sirva para enfrentar os marines. Mas, vale lembrar, os únicos que usam AK-47 são as Forças Armadas cubanas e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Chávez anunciou que vai produzir munição para os AK-47. Onde vai parar essa munição? A outra pergunta é sobre os 100 mil FAL - os fuzis americanos das Forças Armadas da Venezuela - que ele vai tirar de circulação e serão trocados pelos AK-47. Onde vão parar esses FAL? Na Favela da Rocinha?²³²

Todos esses questionamentos surgem diante da possibilidade de o presidente venezuelano se alinhar com as FARC, ao subsidiar todo seu armamento, o que poderia desestabilizar a América Latina ao fornecer armas para o grupo guerrilheiro, a medida em que o fortalece contra às tropas colombianas, que por sua vez, estariam associadas ao exército estadunidense. Significa, pois, que indiretamente a política de Chávez no combate à influência dos Estados Unidos no continente latino-americano seria neutralizado. Sobre este assunto, o presidente Bush, em entrevista a um periódico russo, se manifestou: "Estamos muito preocupados porque essas armas poderiam terminar, por exemplo, nas mãos das FARC, uma força muito desestabilizadora na América do Sul"²³³. O fato é que diante do debate reacendido sobre

²³¹ MONTESINOS é condenado por venda de armas às Farc. *BBC Brasil*. 22 de setembro, 2006. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2006/09/060922_montesinosfarcw.shtml>. Acesso em: 24 jun. 2007.

²³² SERBIN, Andrés. "Armamentos de Chávez são ameaça à América Latina" *apud*. WERNECK, Felipe. O Estado de S. Paulo, 05 de fev. 2007. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=335479>> Acesso em: 29 jun. 2007

²³³ VENEZUELA pode levar armas às FARC, diz Bush. In: Folha de S. Paulo 07 mai. 2005 *apud*. Seleção Diária de Notícias Nacionais MRE. Disponível em:



o fornecimento de armamentos para o grupo guerrilheiro, emergem, entretanto, outras fontes de aquisição de armas, que projetam uma dinâmica transbordante do conflito da Colômbia para a América Latina:

Emergem, entretanto, outras fontes de aquisição de armas, que projetam uma dinâmica transbordante do conflito da Colômbia para a América Latina:

Diante dessa conjuntura, a perspectiva de conflito ganha projeções maiores na América do Sul quando nos voltamos às interconexões entre os demais grupos “revolucionários” no continente e fora dele. Supostas relações e negociações entre as FARC e o “Primeiro Comando da Capital”(PCC) e “Movimento dos Sem-Terra” (MST) do Brasil já foram manchetes na mídia, por exemplo²³⁴.

Ao longo dos anos, suscitam-se várias indicações dessas relações. Por exemplo, vale ressaltar que a Polícia Federal Brasileira (PF), em investigação para a CPI do Tráfico de Armas²³⁵, apontou que traficantes brasileiros trocaram armas desviadas de quartéis do Exército Brasileiro por cocaína com guerrilheiros das FARC, na fronteira dos dois países²³⁶. Tal fato conecta-se com os acontecimentos de 2001, quando a PF na consecução da “Operação Cobra”, descobriu laboratórios e fábricas em complexos das FARC em território brasileiro²³⁷. A droga era transportada em aviões, saindo de pistas clandestinas da Colômbia e destinava-se para a Europa, Estados Unidos e Brasil. É possível que esse seja o mesmo trajeto realizado para a transferência de armamentos.

<http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=131665&Imp_rime=on> Acessado em: 29 jun. 2007.

²³⁴MONTFORT Associação Cultural. *Guerrilha FARC treina sem-terra (MST)*. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=imprensa&subsecao=brasil&artigo=20051030&lang=bra> Online Acesso em: 27 de jun. 2007.

²³⁵ Cf. CPI DAS ARMAS deve decidir nessa terça se prorroga investigação. *Folha On Line*. 09 de setembro, 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u111809.shtml>>. Acesso em: 23 jun. 2007.

²³⁶ BRASIL. Márcia. *Armamento desviado do Exército para as Farc*. *Jornal O Dia* apud Defesanet. 29 de abril, 2006. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/terror/farc_guns.htm>. Acesso em> 23 de jun. 2007. Na mesma notícia, a jornalista aponta que “A munição fabricada pela Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) está abastecendo guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). De acordo com agentes da Polícia Federal (PF) lotados na delegacia de Manaus, Amazonas, que trabalham na fronteira dos dois países, as apreensões de projéteis com a marca são freqüentes. Os policiais já chegaram a apreender 12 mil caixas com o material de uma vez só na cidade de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas”.

²³⁷ Em BRASIL. Kátia. *Polícia Federal descobre fábricas de cocaína das Farc no Brasil*. *Jornal Folha de São Paulo*. 11 de novembro, 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/drogas.shtml>>. Acesso em: 23 de jun, 2007.



De acordo com pesquisas realizadas em 2006 pela organização não governamental “Viva Rio”²³⁸, atualmente circulam em 140 países cerca de 700 milhões de armas pequenas. A estimativa é que 59% delas pertençam à sociedade, ou seja, e não ao Estado, polícia ou forças armadas. No Brasil, encontram-se 17 milhões dessas 700 milhões de armas, sendo que aqui, 90% delas está na mão da população. Dessas 17 milhões de armas em circulação, metade é ilegal, e dessas, segundo a organização, metade estão a serviço do crime: cerca de 4 milhões de armas. De 770 mil armas apreendidas pela polícia do Rio de Janeiro, 88% eram revólveres e pistolas, sendo que 77% dessas eram fabricadas sobretudo no Rio Grande do Sul. De acordo com o sociólogo Antônio Rangel Bandeira²³⁹, 70% das armas apreendidas com bandidos de organizações criminosas foram vendidas previamente para o Estado – grande parte para a Polícia Militar e depois o Exército:

“A maior fonte de abastecimento dos bandidos no país é a instituição que pagamos para combater o crime. Hoje há policiais que vendem até metralhadora antiaérea para os traficantes. Somente 20% das armas com organizações criminosas vêm do exterior, a maioria de armamentos mais potentes. Muitas, no entanto, são fabricadas aqui dentro do país, como a pistola 9 mm fabricada pela brasileira Taurus, que não pode comercializá-la aqui dentro mas que exporta para o Paraguai, onde as fronteiras com o Brasil dificilmente são controladas. Na década de 90, o maior comprador de armas brasileiras foi os Estados Unidos. O segundo maior, com uma população infinitamente menor, foi o Paraguai”²⁴⁰.

Articula-se, assim, frente a problemática da venda de armas brasileiras para atores civis, as relações entre Brasil e Paraguai. Segundo Denis Minze, do “Instituto sou da Paz”, as armas adquiridas pelo Paraguai não permanecem neste país: “Como o povo paraguaio pode precisar de tantas armas? A questão é que elas não ficam 15 minutos lá. Batem e voltam, direto para o crime organizado no Brasil”²⁴¹. Ao mesmo tempo,

²³⁸ Os estudos realizados pela “Viva Rio”, auxiliaram a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Tráfico de Armas.

²³⁹ Apud BARBOSA, Bia. *77% das armas dos criminosos foram feitas no Brasil, diz estudo*. Agência Carta Maior. 14 de novembro, 2006. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=12234>. Acesso em: 25 jun. 2007.

²⁴⁰ referencia

²⁴¹ Ibid.



proliferam-se lojas de armas ao redor das fronteiras brasileiras: Paraguai, Bolívia, e Uruguai – ademais apresentam a questão dos brasiguaios.

“E isso, até bem pouco tempo, era ignorado sistematicamente pelo governo brasileiro (...) Hoje o maior cliente da Companhia Brasileira de Cartuchos, a CBC, que detém o monopólio da produção de munição no Brasil é o crime organizado. Pelo Estatuto do Desarmamento, uma pessoa comum pode comprar somente 50 cartuchos por ano; e as polícias têm trabalhado em geral com pouca munição. Portanto, são essas organizações que pagam a conta da CBC, que é quem paga a conta daqueles que estão no Congresso dizendo se um maior controle de armas é bom ou não para o Brasil. Há interesses econômicos muito fortes e falta de vontade política pra não se controlar armas”²⁴².

Este é o marco decisivo onde os estudos sobre a questão da ‘corrida armamentista’ devem atuar. Como buscamos demonstrar ao longo dessa análise, a questão da aquisição de armamentos na conjuntura atual não pode ser entendida sem o entorno da economia e do estado de guerra permanentes, a partir dos quais gestam-se as redes institucionais e materiais que sustentam esses movimentos. Esse é o marco decisivo o qual demonstra as três perspectivas desse artigo. Primeiramente, a emergência de novos fenômenos que desafiam a institucionalidade estatal em relação ao monopólio legítimo do uso da força; depois, a emergência inequívoca da transnacionalidade, revelando que não existe uma divisão estanque entre as relações interestatais e as relações entre as sociedades; e finalmente, explicita o grau de mobilidade e organização das sociedades frente a lógica opressora e desigual do sistema.

²⁴² Ibid.



BIBLIOGRAFIA

AITH, Marcio. *Governo dos EUA diz que decisão não interfere nas relações com o Brasil*. Folha de São Paulo. 04 de janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0401200308.htm>. > Acesso em: 30 jun. 2007.

ANGELL, Norman A *Grande Ilusão* trad. port. Brasília & São Paulo: IPRI, Imprensa Oficial, 2002.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Extinção*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2007.

ARIAS, Oscar. *Valores, liderazgo, desarrollo y el BID*: Série de conferências da Cátedra Siglo XXI; Banco Interamericano de Desenvolvimento. 21 de novembro, 2001. Disponível em: <<http://www.iadb.org/idbamerica/index.cfm?thisid=1199>>. Acesso em: 18 jun. 2007.

ARON, Raymond. "Que é uma Teoria das Relações Internacionais?". In: *Estudos Políticos Estudos Políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985, 2ª Edição

AZUL, Rafael. *Rafael Correa é declarado novo presidente do Equador*. World Socialist Website: 13 de dezembro, 2006. Disponível em: <<http://www.wsws.org/pt/2006/dec2006/por1-d13.shtml>> Acesso em: 20 de jun. 2007

BACHELET, preocupação social e fortalecimento da democracia. EFE - UOL Notícias. 15 de jan. 2006 Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/01/15/ult1808u57039.jhtm>> Acesso em: 16 de abr. 2007.

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. "Colômbia: da droga ao petróleo". *Revista Espaço Acadêmico* ano II nº 9 dezembro de 2002. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/019/19bandeira.htm>> Acesso em: 05 jun. 2007

BARBOSA, Bia. *77% das armas dos criminosos foram feitas no Brasil, diz estudo*. Agência Carta Maior. 14 de novembro, 2006. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=12234>. Acesso em: 25 jun. 2007.

BATISTA JR. Paulo Nogueira. "Formação de capital e transferência de recursos ao exterior". *Revista de Economia Política*, vol. 7, No. 1, jan./mar. 1987.

BAUDEL, Raúl Isaías. *Equipamiento de FAN tiene fines eminentemente defensivos*. Radio Nacional de Venezuela. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación e Información. Disponível em <<http://www.rnv.gov.ve/noticias/index.php?act=ST&f=2&t=46456> > Acesso em: 05 jul. 2007.

BENEDETTI, Rubén. "Chávez compra más deuda argentina" *Hispalibertas* 17 de mai. 2006 Disponível em: <<http://www.hispalibertas.com/noticias/2006/05/17/chavez-compra-mas-deuda-argentina.html>> Acesso em: 29 jun. 2007.

BETANCOURT, Rômulo. *Venezuela: Política y Petróleo*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1956.



BIZZOTO, Márcia. *Gasto com armas na América do Sul preocupa europeus*. BBC Brasil. 10 de maio, 2006. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/05/060510_armasmarciars.shtml> Acesso em: 30 jun. 2007.

BRASIL. Kátia. *Polícia Federal descobre fábricas de cocaína das Farc no Brasil*. Jornal Folha de São Paulo. 11 de novembro, 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/drogas.shtml>>. Acesso em: 23 de jun, 2007.

BRASIL. Márcia. *Armamento desviado do Exército para as Farc*. Jornal O Dia apud Defesanet. 29 de abril, 2006. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/terror/farc_guns.htm>. Acesso em> 23 de jun. 2007.

BRODIE, Bernard. "On Nuclear Weapons: Utility in Nonuse". In: *War and Politics*. New York: Macmillan, 1973.

BUZAN, Barry. "Introduction: Deterrence and Defense". In: *An Introduction to Strategic Studies*. London: Macmillan, 1987.

CAIPIRINHA, Luis. *Laboratório de Dominação: Colômbia, uma guerra silenciada*. Agência Carta Maior, 01 de março, 2007. Disponível em: <http://www.agenciartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=13596>. Acesso em: 05 jun. 2007.

CANO, Wilson. *Soberania e Política Econômica na América do Sul*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CARVALHO, Carlos Eduardo. *Governo Lula, o triunfo do neoliberalismo*. Agência Carta Maior, 24 abr. 2004. Disponível em : <http://www.agenciartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=1574> Acesso em: 27 jun. 2007.

CAVIM. *Decreto Presidencial 883 do dia 29 de abril de 1975*. Disponível em: <<http://www.cavim.com.ve/corp.php?id=8&ic=8&lg=>> Acesso em: 02 jul. 2007.

CERVO, Amado Luis. *A Venezuela e seus vizinhos*. RelNet. Cena Internacional. (publicação digital UnB), 2001. Disponível em:< <http://www.rabisco.com.br/colunas/caderno0/caderno045.htm>> Acesso em: 02 de jul. 2007.

CERVO, Amado Luiz. "Tendências da Política Exterior do Brasil". In CERVO, A. L. (Org.) *O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora UnB, 1994. O autor faz análise bastante sucinta das tradições pacifista, jurídicista e pragmática, presentes na política externa brasileira.

CHÁVEZ ameaça enviar caças para China e Cuba. *BBC Brasil*. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2005/11/051102_chavezcg.shtml> Acesso em: 20 jun. 2007.

CHESNAIS, François (org.) *A finança mundializada*, Boitempo Editorial, São Paulo, 2005. Retornaremos à conceituação de "guerra sem limites" no Capítulo 3.



CHILE vai comprar dez caças F-16 produzidos pelos EUA. *Agência Reuters apud Folha de São Paulo*. 30 de janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/reuters/ult112u11299.shtml>> Acesso em: 30 jun. 2007.

CIA - THE WORLD FACTBOOK. *Venezuela*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ve.html>> Acesso em: 15 jun. 2007.

CIA The World Factbook -. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ec.html>> Acesso 05 mai. 2007.

CIA THE WORLD FACTBOOK. *Chile*. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ci.html>> Acesso em: 29 jun. 2007.

COLISTETE, Renato Perim. "O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil". *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 41, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 jun. 2007

Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra Disponível em: <https://www.mar.mil.br/comffe/missao_paz_momep.htm> Acesso em: 20 jun. 2007

COMPRA de caça-bombardeios não representa ameaça, diz Chile. *Agência ANSA apud Folha de São Paulo*. 16 de dezembro, 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u90612.shtml>> Acesso em: 30 jun. 2007.

CONGRESSO destitui presidente do Equador. *Folha On Line*. 20 de abr. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u83033.shtml>> Acesso em 03 jul 2007

CONSTANCE, Paul. *O sigilo é uma forma de corrupção*. Disponível em: <<http://www.iadb.org/idbamerica/index.cfm?thisid=1195>>. Acesso em: 18 jun. 2007.

CORREA assume Presidência do Equador e planeja referendo. *Folha On Line*. 15 jan. 2007 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u103807.shtml>> Acesso em: 17 jun. 2007

CORREA: Ecuador no aceptará más abusos de Colômbia. *El Universo*. 31 mar 2007. Disponível em: <<http://www.eluniverso.com/2007/03/31/0001/8/B9B5378AC6254D85AD617EF2D7F449AB.aspx>> Acesso em 05 jun. 2007.

CPI DAS ARMAS deve decidir nessa terça se prorroga investigação. *Folha On Line*. 09 de setembro, 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u111809.shtml>>. Acesso em: 23 jun. 2007.



DAGNINO, Renato Peixoto. *A indústria de armamentos brasileira: uma tentativa de avaliação*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia. Campinas: UNICAMP, 1989, p.65.

DEA - Drug Enforcement Administration “Andean Region and Souththtern Cone” Disponível em: <http://www.usdoj.gov/dea/pubs/international/andean_region.html> Acesso em 08 jun. 2007.

¹DEAK, André; PAIVA, Bianca. “Professor Moniz Bandeira diz que EUA têm ‘cinturão militar’ em volta do Brasil” *Agência Brasil* 18 Janeiro 2006 - *Defesanet* 24 Janeiro 2006 Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/notas/abr_mb.htm> Acesso em: 25 jun. 2007.

Defense news: <www.defensenews.com>

Documento da Organização dos Estados Americanos/ Conselho Permanente da OEA - Comissão de Segurança Hemisférica. Disponível em: <http://209.85.165.104/search?q=cache:n_0JTJnZy0QJ:scm.oas.org/doc_public/PORTUGUESE/HIST_03/CP11593P08.DOC+Equador+-+Peru+gastos+militares&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=3&gl=br&client=firefox-a> Acesso em: 22 jun. 2007.

EMBAIXADOR CANNABRAVA, Ivan, *O Processo de Paz Equador - Peru: 1995-1998* In: SILVA, Raúl Mendes. *Missões de Paz: a diplomacia brasileira nos conflitos internacionais*. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/missoes_paz/port/capitulo11.html> Acesso em: 07 jun. 2007

EUA dizem que Chávez pode causar ‘corrida armamentista’. *BBC Brasil*. 27 de fevereiro, 2007. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/02/070227_chavez_eua_dg.s.html> Acesso em: 03 abr. 2007.

FACTBOOK CIA. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ec.html> Acesso em: 17 de jun de 2007.

FARC dicen que no hablaron con Francia para liberar a 'Granda' y reiteran su exigencia de despeje. *El tiempo*. 12 de julho, 2007. Disponível em: <http://www.eltiempo.com/conflicto/noticias/ARTICULO-WEB-NOTA_INTERIOR-3592375.html>. Acesso em> 24 jun. 2007.

FIORI, José Luis. *Debata Aberto: De volta para o futuro*. Agência Carta Maior. Disponível em: <http://www.agenciacartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3499> . Acesso em: 27 jun. 2007.

FLACSO:Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais. *La transición de los militares*. Disponível em: <<http://www.flacso.cl/flacso/main.php?page=noticia&code=1241>> Acesso em: 25 jun. 2007.

FRAGA, Rosendo. “O olhar adversário”. *Nossa História*. Nº25. Vera Cruz: São Paulo, 2005. pp. 28-29



FUENTES, Luis. *Air Forces of the Americas. Airpower Journal International*. Disponível em: <http://www.airpower.maxwell.af.mil/almanac/english/engindex.html>. Acesso em 20 jun. 2007.

FUNDACIÓN PAÍS LIBRE. *Estadísticas generales del secuestro en Colombia enero de 1996 - diciembre 2006*. Disponível em: <http://www.paislibre.org/images/PDF/secuestroestadisticasgenerales%202006%20org.pdf>. Acesso em: 07 de junho, 2007.

GALL, Norman "Grande tour de Hugo Chávez". O Estado de S. Paulo 08 de out. 2006. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=270276&Imprime=on Acesso em: 28 jun. 2007.

GAO -United States General Accounting Office, Report: Military Exports, A comparison of Government Support in United States and Three Major Competitors Disponível em: www.gao.gov/cgi-bin/getrpt?NSIAD-95-86 Acesso em: 15 jun. 2007

GAO -United States General Accounting Office, Report: Military Exports, A comparison of Government Support in United States and Three Major Competitors Disponível em: www.gao.gov/cgi-bin/getrpt?NSIAD-95-86 Acesso em: 15 jun. 2007

GARCÍA defende acordo comercial com UE mas Correa mantém reservas. Agência EFE - UOL Economia.2 de junho de 2007 Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2007/06/02/ult1767u94547.jhtm> Acesso em 22 jun. 2007.

GLOBAL SECURITY. *Defense Spending*. Disponível em: www.globalsecurity.org Acesso em 06 jul. 2007.

GLOBAL SECURITY. *Military Mergers*. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/industry/mergers.htm> Acesso em 28 de jun. 2007.

GOBIERNO NACIONAL DE LA REPÚBLICA DE ECUADOR Historia Constitucional de Equador Disponível em: <http://www.presidencia.gov.ec/modulos.asp?id=130> Acesso em: 16 jun. 2007. .

GOBIERNO NACIONAL DE LA REPUBLICA DEL ECUADOR. História Constitucional do Equador Disponível em: <http://www.presidencia.gov.ec/modulos.asp?id=130> Acesso em: 16 jun. 2007.

GUAJARDO, J. C. *Ley Reservada del cobre: la opción de CESCO*. Disponível em: <http://www.cesco.cl/index.php?nombre=Categorias&accion=Leer&area=5&seccion=3&id=25> Acesso em: 25 jun. 2007.

GUERRILLA endurece posición frente a gobierno colombiano. *El Nuevo Herald apud Laboratório de Estudos do Tempo Presente*. 04 de março, 2007. Disponível em: http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=1921&Itemid=117. Acesso em: 26 de jun. 2007.

HENRIQUEZ, H. O. ; COLMENARES, I. R. *Las fuerzas armadas en la política social de Venezuela*. Política y Cultura, Venezuela, no. 20, 2003.



HIRST, Mônica. *História da Diplomacia Brasileira: O período 1945-64*. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/h_diplom/pd009.htm> Acesso em: 29 mai. 2007

LATIN AMÉRICA AERO & DEFENCE. *Disponível em* <<http://www.laadexpo.com/pt/postshow> > Acesso em: 15 abr. 2007.

LEE MYERS, Steven. *U.S. Lifts A Ban On Weapon Sales to Latin America*. The New York Times, 2 de agosto de 1997. Disponível em: <<http://select.nytimes.com/gst/abstract.html?res=F30714F63F590C718CDDA10894DF494D81&n=Top%2fReference%2fTimes%20Topics%2fPeople%2fC%2fClinton%2c%20Bill>>. Acesso em: 18 jun. 2007.

LEÓN, Arévalo de. (coord.), *Seguridad democrática en Guatemala: desafíos de la transformación*, Guatemala, FLACSO, 2002. *apud* Jácome, F. *Conflictos potenciales durante la próxima década*. Disponível em <http://www.revistafuturos.info/futuros_3/venezuela3.htm> Acesso em 02 jul. 2007.

LIBRO DE LA DEFENSA NACIONAL DE CHILE DE 2002. *Parte VI – Análisis del Gasto em Defensa*. Disponível em <http://www.defensa.cl/libro_2002/index.htm> Acesso em: 26 jun. 2007.

LOPES, Roberto. *Rede de intrigas: os bastidores do fracasso da indústria bélica no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1994. Nota de rodapé 39, p. 41.

LUCES y sombras. *Portal Cambio*. s/data. Disponível em: <http://www.cambio.com.co/paiscambio/politicacambio/721/ARTICULO-WEB-NOTA_INTERIOR_CAMBIO-3522282.html> . Acesso em: 26 de jun. 2007.

MAISONNAVE, Fabiano. “Forças Armadas dominam política e economia no Equador” *Folha de S.Paulo* 15 out.2006. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u100942.shtml>> Acesso em: 24 jun. 2007.

MARINGONI, Gilberto “Após 12 eleições, para onde vai a América do Sul?” *Carta Maior Internacional* 6 dez. 2006 Disponível em: <http://www.agenciartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=13030> Acesso em: 27 jun. 2007.

MARTINS, Luciano. “Ordem internacional, interdependência assimétrica e recursos de poder”. *Política Externa* Vol 1 N° 3 Dez/Jan/Fev 1992 – 1993, p. 70-72.

MCCONNELL, Michael J. *Annual Threat Assessment of the Director of National Intelligence for the Senate Armed Services Committee*. Disponível em: <<http://armed-services.senate.gov/statemnt/2007/February/McConnell%2002-27-07.pdf>> Acesso em: 21 mar. 2007.

MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of great power politics*. W.W. Norton and Company. New York/London, 2001.

MERCOSUL Disponível em: <<http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/pt/index.htm>>. Acesso em: 27 de jun. 2007. PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS



<<http://www2.camara.gov.br/comissoes/cpcms/siglariorio2/g/GASBOL.html>>. Acesso em : 27 de jun. 2007.

MILITARY POWER. *Ranking do poder militar da América do Sul 2006/2007*. Disponível em <<http://www.militarypower.com.br/ranking.htm>> Acesso em: 17 abr. 2007.

MILLS, Charles Wright. *Poder e Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MINISTÉRIO DA DEFESA DO EQUADOR. *Plano Equador – 2007*. Disponível em: <<http://midena.gov.ec>> Acesso em: 09 jun. 2007

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL DE LA REPUBLICA DE ECUADOR. “Holding Dine genera empleo directo para los ecuatorianos” 25 de Out. 2006. Disponível em: <<http://www.midena.gov.ec/content/view/592/204/>> Acesso em: 23 jun. 2007

MINISTÉRIO DE MINÉRIOS DO GOVERNODO CHILE. *Lei nº 20.026*. Disponível em <http://www.minmineria.cl/pagina.php?seccion_id=316&sub_id=321&cont_id=2026> Acesso em: 28 jun. 2007.

MONTESINOS é condenado por venda de armas às Farc. *BBC Brasil*. 22 de setembro, 2006. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2006/09/060922_montesinosfarcw.shtml>. Acesso em: 24 jun. 2007.

MONTFORT Associação Cultural. *Guerrilha FARC treina sem-terra (MST)*. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=imprensa&subsecao=brasil&artigo=20051030&lang=bra> Online Acesso em: 27 de jun. 2007.

MORA, Frank; PALÁ, Antonio. “US Arms Transfer Policy for Latin America Lifting the Ban on Fighter Aircraft”. *Aerospace Power Journal*, Primavera de 1999. Disponível em: <<http://www.airpower.maxwell.af.mil/airchronicles/apj/apj99/spr99/mora.html>>. Acesso em: 22 abr. 2007.

MORALES, N. R. *Por trás do mito chileno*. Disponível em <<http://diplo.uol.com.br/2002-11,a491>> Acesso em: 25 jun. 2007.

NEGÓCIO tem implicação estratégica. *Agência Folha*. 12 de agosto, 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u23394.shtml>> Acesso em: 30 jun. 2007.

NETO, José Ribeiro Machado. “Equador: um novo ensaio bolivariano na contramarcha da integração”. *Meridiano 47*, 10 abr. 2007. Disponível em: <<http://meridiano47.wordpress.com/2007/04/10/equador-um-novo-ensaio-bolivariano-na-contramarcha-da-integracao/>> Acesso em: 18 jun. 2007.

NO BASES – Rede Internacional pela Abolição de Bases Militares Estrangeiras (*International Network for the Abolition of Foreign Military Bases*). Disponível em <<http://www.no-bases.org/index.php?mod=basemanta&bloque=4&idioma=es>> Acesso em: 06 jun. 2007.



NYE, Joseph S. "O paradoxo do Poder Americano: Por que a única superpotência do mundo não pode seguir isolada". Editora Unesp, São Paulo, 2002.

OPEP diz que Equador será aceito novamente na organização. *Efe – Folha On Line*. 21 jun. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u306109.shtml>> Acesso em: 05 jun. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Funciones y poderes del Consejo de Seguridad. Disponível em: <http://www.un.org/spanish/docs/sc/unsc_funciones.html>. Acesso em: 18 jun. 2007.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Aplicação de medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança*. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/portuguese/fdacsrelat%C3%B3rios.asp#relatorios>> Acesso em: 25 jun. 2007.

PAÍSES da América do Sul aumentam orçamento de defesa. *Estadão On Line*. Disponível em <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=272038>> Acesso em: 05 jul. 2007.

PATTILLO, G. *El Presupuesto de Defensa em Chile: Procesos Decisionales y Propuesta de Indicadores de Evolución*. Disponível em <<http://www.ndu.edu/chds/Journal/PDF/Pattillo-final.pdf>> Acesso em: 26 jun. 2007.

PERU alega corrida armamentista do Chile para comprar mísseis. *Agência France-Presse apud Folha de São Paulo*. 20 de fevereiro, 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u69483.shtml>> Acesso em: 30 jun. 2007.

PETROBRÁS Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/portugues/ads/ads_AtuacaoInternacional.html>. Acesso em: 27 de jun. 2007.

PIMENTEL, Spensy "Ativistas reunidos no Equador pedem fim das bases militares estrangeiras e denunciam EUA" Agência Brasil 8 de março de 2007. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/03/08/materia.2007-03-08.3224309508/view>> Acesso em: 07 jun. 2007.

RAZA, Salvador Ghelfi: "As Crises e a Manobra de Crises" In: *Aeropace Power Journal em Português*, 2.o trimestre 2002, p.41.

RESDAL - Red de Seguridad e Defensa de América do Sul. *Libro de la Defensa Nacional de Chile Parte III – Política de Defensa*. Disponível em <<http://www.resdal.org/Archivo/chi-02-part3c.htm>> Acesso em: 23 jun.2007.

RESDAL - Red de Seguridad y Defensa de América do Sul. *Libro de La Defensa Nacional de Chile 2002*. Disponível em < <http://www.resdal.org/Archivo/d00001fd.htm> > Acesso em: 07 jun. 2007.

Resolução AG/RES. 1623 (XXIX-O/99) "Fomento de la Confianza y de la Seguridad en las Américas" do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos - OEA. Disponível em:



<http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_03/CP11521S04.doc> Acesso em: 23 jun. 2007.

SADER, Emir. "Os desafios do pós-neoliberalismo" *Le Monde Diplomatic* Fevereiro 2003. Disponível em: <<http://dipl.uol.com.br/2003-02,a570>> Acesso em: 22 jun. 2007.

SERBIN, Andrés. "Armamentos de Chávez são ameaça à América Latina" *apud*. WERNECK, Felipe. *O Estado de S. Paulo*, 05 de fev. 2007. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=335479>> Acesso em: 29 jun. 2007

SEVERO, L. W. *Venezuela: Petróleo semeando emancipação e crescimento econômico*. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/article141468.html>> Acesso em 02 jul. 2007.

SIPRI Arms Transfer database. Disponível em: <http://www.sipri.org/contents/armstrad/output_types_TIV.html>. Acesso em: 20 de jun. 2007.

SIPRI Disponível em: <http://armstrade.sipri.org/arms_trade/values.php> Acesso em 05 mai. 2007.

SIPRI Military Expenditure Database. Disponível em: <http://first.sipri.org/non_first/milex.php> Acesso em: 05 mai. 2007.

SIPRI Military Expenditure Database. Disponível em: <http://first.sipri.org/non_first/milex.php> Acesso em: 05 mai. 2007.

SIPRI Military Expenditure Database. Disponível em: <http://first.sipri.org/non_first/milex.php> Acesso em: 05 mai. 2007.

SIPRI Yearbook 2007. Disponível em: <<http://www.sipri.org/contents/milap/milex/aprod/trends.html>> Acesso em: 05 mai. 2007.

SIPRI Yearbook 2007. Disponível em: <http://www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_major_spenders.pdf/download> Acesso em: 05 mai. 2007.

SIPRI Yearbook 2007. Disponível em: <http://www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_major_spenders.pdf/download> Acesso em: 05 mai. 2007.

SIPRI Yearbook 2007. Disponível em: <http://www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_wnr_table.html> Acesso em: 05 mai. 2007

SIPRI Yearbook 2007. Disponível em: <http://www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_wnr_table.html> Acesso em: 05 mai. 2007

SIPRI Yearbook 2007. Disponível em: <http://www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_wnr_table.html> Acesso em: 05 mai. 2007.



SIPRI. *Sources and Methodology for SIPRI military expenditure data*. Disponível em: <http://www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_sources.html> . Acesso em: 05 mai. 2007.

TAME Disponível em: <<http://www.tame.com.ec/tame/institucion2/default.asp>>

TATE, WiniFred. "Dentro do complexo andino: Bush II continua com a marcha à militarização" In: *NACLA Report on the Americas* Vol. 35, No. 3 November/December 2001 Disponível em: <http://www.nacla.org/art_display.php?art=1926&nacla_Session=6ab52bd4fc14e1c7c6d613f48dbbee2Although&nacla_Session=6ab52bd4fc14e1c7c6d613f48dbbee2Although> Acesso em: 06 jun. 2007.

TAVARES, M.C. e FIORI, J. L. (org.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 1997.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.

THE NEW YORK TIMES. Publicados, respectivamente, em 09/01/04, 01/06/05 e 02/12/05. Disponíveis em: <<http://www.nytimes.com/>> Acesso em: 28 jun. 2007

U.S. DEPARTMENT OF STATE. *Support for Plan Colômbia*. In: Disponível em: <<http://www.state.gov/p/wha/rt/plncol/>> Acesso em 28 jun. 2007

VELÁSQUEZ. P. *Fronteira Colômbia-Venezuela: onde mora o perigo*. Agência Carta Maior. 29 de janeiro, 2006. Acessado em 07 de junho de 2007. Disponível em: <http://www.agenciacartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=9845> . Acesso em: 17 de jun. 2007. É importante ressaltar que a Colômbia hoje é a maior recebedora de ajuda estadunidense depois do Oriente Médio e do Afeganistão. Desde 2000, os EUA já desembolsaram cerca de U\$ 4,7 bilhões no combate ao tráfico de drogas e guerrilhas de esquerda na Colômbia.

VENEZUELA Could Trigger Regional Arms Race: U.S. Intel Chief. *Agence France-Presse* apud *Defense News*. 27 fevereiro, 2007. Disponível em: <<http://defensenews.com/story.php?F=2585736&C=america>>. Acesso em: 03 abr. 2007.

VENEZUELA enviará 6 mil soldados à fronteira. *BBC BRASIL*. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2006/06/060618_venezuela_fronteira.shtml> Acesso em: 04 jul. 2007.

VENEZUELA nega interesse em corrida armamentista regional. *Associated Press* apud *Folha de São Paulo*. 01 de abril, 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u82200.shtml>> Acesso em: 30 jun. 2007.

VENEZUELA pode levar armas às FARC, diz Bush. In: *Folha de S. Paulo* 07 mai. 2005 apud. Seleção Diária de Notícias Nacionais MRE. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=131665&Imprime=on> Acessado em: 29 jun. 2007.

VILLA, Rafael Duarte. "Venezuela: mudanças políticas na era Chávez". *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 19, n. 55, 2005. Disponível em:



<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300011&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 02 jul. 2007.

WALLER, Douglas. *How Washington works...Arms deal*. Time. 14 de abril, 1997. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,986173-4,00.html>. Acesso em: 18 jun. 2007.

WALTZ, Kenneth. *Teoria das Relações Internacionais*. Trad. Port. Lisboa: Gradiva, 2002.

WRITTEN Agreement by and between Banco Popular del Ecuador, S.A., Quito, Ecuador, Banco Popular del Ecuador's Miami agency, the Federal Reserve Bank of Atlanta and the State of Florida Department of Banking and Finance. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/boarddocs/press/Enforcement/1999/19990625/>> Acesso em: 02 jul. 2007